

UFRRJ

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE

DISSERTAÇÃO

PROJETO PECUÁRIA VERDE: A TRANSFORMAÇÃO DO BINÔMIO
PECUÁRIA-DESMATAMENTO

ANA LUIZA CLEMENTINO DA SILVA

2013



**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DE CIÊNCIAS SOCIAIS EM
DESENVOLVIMENTO, AGRICULTURA E SOCIEDADE**

**PROJETO PECUÁRIA VERDE: A TRANSFORMAÇÃO DO BINÔMIO
PECUÁRIA-DESMATAMENTO**

ANA LUIZA CLEMENTINO DA SILVA

Sob a Orientação do Professor
Peter Herman May

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, para obtenção do título de Mestre em Ciências.

**Seropédica, RJ
Agosto, 2013**

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e
Sociedade (CPDA)

ANA LUIZA CLEMENTINO DA SILVA

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em
Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade como requisito parcial para obtenção do
grau de Mestre em Ciências.

Dissertação aprovada em 30/08/2013



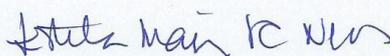
Peter Herman May, Dr. UFRRJ/CPDA
(Orientador)



Jorge Osvaldo Romano, Dr. UFRRJ/CPDA



Claudia Pfeiffer, Dr(a). IPPUR/UFRJ



Estela Neves, Dr(a). IE/UFRJ

631
S586p
T

Silva, Ana Luiza Clementino
Projeto Pecuária Verde: a transformação do
binômio pecuária-desmatamento.
110 f

Orientador: Peter May
Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências
Humanas e Sociais.

Bibliografia: f. 105-109

1. Pecuária - Teses 2. Produtores rurais - Teses. 3.
Paragominas - Teses. 4. Municípios Verdes - Teses. I.
May, Peter. II. Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. III.
Título.

Dedico este trabalho a:

Deus, minha família e meu marido.

Agradecimentos

Após pouco mais de dois anos de árduo trabalho na elaboração desta dissertação devo primeiro dedicar a Deus e em seguida a minha família, principalmente ao meu marido, Marcio, que acreditou desde o início neste desafio. A ele devo os incentivos e os conselhos para não desistir da jornada acadêmica, por acreditar que podia chegar mais longe do que eu podia imaginar e por continuar me incentivando e desafiando a mim mesma. Tenho certeza que se não fosse a sua insistência e paciência e porque não, inspiração de chegar no mestrado, não chegaria aqui e com vontade de querer ir mais longe. Tenho a certeza de que este é só o início de uma trajetória que vamos caminhar juntos rumo à dedicação e ao trabalho no caminho da educação.

Em segundo, a minha família, meu pai, Paulo, mãe, Angela, avó materna, Luiza, e irmã, Carolina por tantas vezes não compreenderem o meu esforço e dedicação aos estudos, mas que respeitavam a minha decisão de seguir em frente. A eles por me motivarem a ir cada vez mais longe, devo minha determinação, força de vontade e meus valores éticos, afinal se cheguei até aqui é por que devo a eles não somente uma educação formal, mas também por me ensinarem valores sem os quais não seria a cidadã que sou hoje.

Agradeço ao meu orientador, Peter May, que muitas vezes me desafiou e me fez repensar no tema de dissertação. A ele devo a escolha e motivação do tema escolhido assim como o apoio na elaboração desta dissertação.

Desejo também agradecer ao CPDA que acreditou e investiu em mim ao aprovar o meu ingresso no mestrado, neste caso incluo o agradecimento a todos os professores que permitiram a extensão e adensamento do meu conhecimento; aos funcionários – secretaria, biblioteca, xerox – que proporcionaram soluções e conhecimento; aos colegas de classe que compartilharam dúvidas, certezas, críticas, conhecimento e alegrias nesta jornada.

Agradeço também a amigos que fizeram parte dessa trajetória e dos quais tive que me privar de alguns momentos juntos de diversão em prol da conclusão deste desafio.

Por fim, não menos importantes meu agradecimento especial a todos que fazem parte do projeto Pecuária Verde, principalmente às coordenadoras do projeto Carla

Ferrarini e Regina Ramos que me ajudaram a acessar todas as informações do projeto e a cada um dos 6 produtores rurais (Mauro; Miguel; Pércio; Gilberto/Lourival; Marcus Vinícius/Mazinho; Quincas), que me permitiram estudar a experiência deles e por eles serem atenciosos e prestativos ao dividir suas histórias comigo. Além de agradecer as autoridades Adnan Demachki (ex-prefeito de Paragominas) e Paulo Tocantis (atual prefeito de Paragominas) por me permitirem acesso ao diálogo para efetuar as entrevistas para este trabalho.

“Seja você a mudança que quer ver no mundo”

Mahatma Ghandi

Sumário

INTRODUÇÃO.....	17
1 – Tema e Contexto	17
2 – Campo de pesquisa, relevância e justificativa	19
3 - Metodologia de Pesquisa	20
CAPÍTULO 1 - O binômio pecuária-desmatamento na Amazônia.....	24
1.1 – O modelo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia.....	29
1.2 - O papel da pecuária na economia brasileira	32
1.3 - A relação pecuária-desmatamento	36
1.4 Conclusão.....	40
Capítulo 2: A mudança: De município desmatado a município verde.....	42
2.1 - O Município de Paragominas – Uma análise socioeconômica do primeiro “Município Verde”	43
2.2 - Paragominas – Um Município desmatado.....	53
2.3 - De Paragobala a Parisgobela.....	57
CAPÍTULO 3 - O Projeto Pecuária Verde e o protagonismo do sindicato.....	62
3.1 - O Projeto Pecuária Verde	64
3.2 - O protagonismo do SPRP.....	71
3.3 - O legado do projeto.	79
4 - Considerações Finais	86
5 - Conclusão	92
Anexos.....	94
Anexo 1: A linha histórica do município.....	95
Anexo 2: Ficha Técnica dos produtores rurais participantes do projeto Pecuária Verde	96
Anexo 3: Mapa das propriedades	98
Anexo 4: Roteiro de entrevistas.....	104
Referências bibliográficas	107
Fontes pesquisadas.....	109

LISTA DE ABREVIACÕES E SBOLOS

ABIEC	Associao Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne
AGE	Auditoria Geral do Estado
APP	rea de Preservao Permanente
BASA	Banco da Amazônia
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econmico e Social
BPA	Boas Prácticas Agropecuárias
BRIC	Brasil, Rússia, ndia e China
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CCIR	Certificado de Cadastro do Imóvel Rural
CMN	Conselho Monetário Nacional
Embrapa	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
Esalq	Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz"
FAEPA	Federao da Agricultura e Pecuária do Pará
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FNO	Fundo Constitucional de Financiamento do Norte
GEE	Gases de Efeito Estufa
IBAMA Renováveis	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDESP/PA	Instituto de Desenvolvimento Econmico, Social e Ambiental do Pará
Imazon	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia
INCRA	Instituto Nacional de Colonizao e Reforma Agrária
INPE	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais
LAR	Licença Ambiental Rural
MAPA	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

MMA	Ministério do Meio Ambiente
MPF	Ministério Público Federal
ONG	Organização Não Governamental
OSCIP	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
PIB	Produto Interno Bruto
PMV	Programa Municípios Verdes
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
RAS	Rede de Agricultura Sustentável
RL	Reserva Legal
SAE	Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República
SAGRI	Secretaria de Estado de Agricultura
Semma	Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente
SGE	Sistema de Gestão Estratégica
SPRP	Sindicado de Produtores Rurais de Paragominas
TAC	Termo de Ajustamento de Conduta
TNC	The Nature Conservancy
UEPA	Universidade do Estado do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
Unesp	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
USDA	United States Department of Agriculture
USP	Universidade de São Paulo

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figuras

Figura 1: Bovinos abatidos por estado no Brasil em 2010

Figura 2: Áreas antrópicas no bioma Amazônia

Figura 3: Localização do município de Paragominas.

Figura 4: Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios em Paragominas, segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 1999-2011

Figura 5: Classificação dos municípios do Pará segundo o PMV, 2011.

Tabela

Tabela 1: População de Paragominas por faixa etária - anos e % (1991/2000/2010)

Tabela 2: Habitantes por domicílios permanente em Paragominas - 2000/2010

Tabela 3: Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água em Paragominas em 1991/2000/2010

Tabela 4: Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário em Paragominas nos anos de 1991/2000/2010

Tabela 5: Informações das propriedades do projeto Pecuária Verde

Fotos

Foto 1: Produtores rurais do Pecuária Verde e dos professores/consultores do projeto

Gráfico

Gráfico 1: Consumo de carne bovina no Brasil (mil toneladas)

Gráfico 2: Produção de carne bovina no Brasil (mil toneladas)

Gráfico 3: Evolução do consumo mundial e brasileiro de carne bovina e relação entre eles (1961-2009)

Gráfico 4: Distribuição do rebanho bovino na Amazônia Legal no ano de 2007

Gráfico 5: Estimativa dos maiores exportadores mundiais de carne para o ano de 2013

Gráfico 6: Evolução do efetivo de bovinos no Brasil – 2005 a 2010 (1.000 cabeças)

Gráfico 7: Produção Interna de bovinos no ano de 2010

Gráfico 8: Taxa de crescimento do rebanho bovino na região Norte 2008-2011

Gráfico 9: Evolução Populacional – Paragominas, Pará e Brasil (1970 a 2010)

Gráfico 10: Evolução da População Urbana X Rural em Paragominas – 1970 a 2010

Gráfico 11: Taxa de Urbanização em Paragominas - 1970 a 2010

Gráfico 12: Evolução da área desmatada em Paragominas, Pará, de 2001 a 2008

Gráfico 13: Participação dos Estados da Amazônia Legal no desmatamento da região
2011

RESUMO

Este trabalho se insere no contexto das discussões sobre as possibilidades de conter e controlar o desmatamento ilegal na Amazônia brasileira, iniciada com o decreto 6321/07. Neste sentido, a proposta deste trabalho é estudar o tema que envolve a questão do binômio pecuária-desmatamento através desta atividade econômica no município de Paragominas, no leste do Pará, mas especificamente do projeto “Paragominas, Modelo de Agropecuária Verde - Adequação socioambiental e produtiva”, mais conhecido como Pecuária Verde. A investigação do tema foi realizada por meio de métodos qualitativos, no caso entrevistas com os atores diretamente envolvidos no estudo de caso, totalizando nove entrevistas. Dessa forma, a pesquisa propôs a análise do processo de mudança na região, que já foi sinônimo de desmatamento, hoje é tida como modelo de desenvolvimento sustentável para outras cidades da Amazônia. O trabalho mostra assim, o protagonismo do sindicato de produtores rurais, de tal modo que esta será uma instituição chave neste estudo, uma vez que ao mesmo tempo é o ator responsável pelo projeto Pecuária Verde e representa também a sociedade envolvida com esta mudança. Por fim, o trabalho investiga se Paragominas é de fato um Município Verde e conclui que apesar da mudança, o município está em processo de transição e ainda caminha para atingir esse título.

Palavras-Chave: *Pecuária; Produtores Rurais; Paragominas; Municípios Verdes.*

ABSTRACT

The present study lies in the context of ongoing discussions concerning the possibilities of preventing and controlling illegal deforestation in the Brazilian Amazon, started with the Decree 6321/07. Therefore, the current study has as its purpose investigating the theme, which involves the cattle-raising-deforestation connection, through the aforementioned economic activity in the city of Paragominas, in Eastern Pará, Brazil. More precisely, it analyzes the project “Paragominas, A Green Cattle-Raising Model – Socio-environmental and Production Adequacy,” also known as Green Cattle-Raising. The inquiry into the theme was performed by means of a qualitative approach: interviews with agents directly involved in the study case, in a total of nine interviews. Thus, the research has proposed the analysis of the process of change in the region which, once symbol of deforestation, is currently considered a model of sustainable development to other cities in the Amazon. Hence, the study displays the leading role of the rural farmers and producers union, since the mentioned institution turns out to have a key position in this study, as it is not only the leading agent responsible for the Green Cattle-Raising Project, but also represents society involved in this change. Finally, the study analyzes the assumption Paragominas is effectively a Green City but concludes that it still undergoes a transition process, being on the way to such an achievement.

Word Keys: *Cattle-raising; Rural Producers; Paragominas; Green Municipalities.*

INTRODUÇÃO

1 - Tema e Contexto

O interesse por trabalhar com um tema relacionado à pecuária e ao desmatamento surgiu a partir da minha experiência profissional com o assunto. A escolha pelo município de Paragominas também surgiu no momento de trabalho com esta cidade e os projetos com ONGs na região a partir de março de 2011, quando comecei a gerenciar projetos de desenvolvimento sustentável, inclusive o projeto Pecuária Verde, objeto desta pesquisa. Desde essa época até início de 2013, atuei como gestora de projetos do Fundo Vale, uma OSCIP (Organização da Sociedade Civil de Interesse Público)¹ criada no ano de 2009 pela Vale S.A juntamente com as Florestas Rio Doce, no qual o meu trabalho estava ligado diretamente ao eixo temático Municípios Verdes, que visa fortalecer a gestão ambiental dos municípios, promovendo o envolvimento de todos os atores da sociedade local em um pacto pela sustentabilidade. Dentro deste trabalho pude conhecer a realidade do município de Paragominas e acompanhar de perto as mudanças que já haviam se iniciado na cidade bem como a realização de alguns projetos na região, entre eles o Projeto Pecuária Verde, no qual o sindicato era o proponente e responsável pela execução. Embora no início do ano de 2013 tenha ocorrido o meu distanciamento como gestora de projetos do Fundo Vale e conseqüentemente do projeto Pecuária Verde, o contato com o SPRP não foi rompido. Manteve-se o contato com este ator e, por conseguinte estabelecidas conexões para continuar a pesquisa.

Assim, o interesse de trabalhar com o tema se insere no contexto das discussões sobre as possibilidades de conter e controlar o desmatamento ilegal na Amazônia brasileira. No entanto, algumas constatações estão subjacentes à ação de controle do desmatamento ilegal na Amazônia brasileira: primeiro, que as informações sobre o desmatamento na Amazônia Legal, com o intuito de monitorar e controlar essas taxas ao

¹ Organização da Sociedade Civil de Interesse Público ou OSCIP é um título fornecido pelo Ministério da Justiça do Brasil, cuja finalidade é facilitar o aparecimento de parcerias e convênios com todos os níveis de governo e órgãos públicos (federal, estadual e municipal) e permite que doações realizadas por empresas possam ser descontadas no imposto de renda. Sobre OSCIP ver Lei 9790 de 1999 - Lei das Oscip, disponível em: <http://www.fazenda.gov.br/spe/publicacoes/reformasinstitucionais/sinteselegislacao/leis/LEI%2009.790.99.pdf>

longo dos períodos, embora contribuam para a compreensão do fenômeno, somente essas ações não permitirão a formulação de políticas públicas que evitem o processo em si. Pelo contrário, o monitoramento é somente o passo inicial para buscar a mudança nas altas taxas de desmatamento na região. Segundo, que a prevenção, monitoramento e controle das taxas de desmatamento não serão resolvidos a partir da transferência aos municípios da responsabilidade por combater as taxas de desmatamento ilegal, uma vez que os municípios amazônicos nem sempre possuem estrutura para operacionalizar estas ações, uma vez que grande parte das secretarias de meio ambiente municipal conta com poucos funcionários e às vezes não possuem a tecnologia necessária para dispor do controle do desmatamento em uma região de grande área territorial. Assim, será preciso mais do que dispor de tecnologias para monitoramento e controle das taxas de desmatamento ilegal, mas também é preciso de apoio para operacionalizar estas ações, o que justifica em grande parte a grande presença de organizações não governamentais agindo na região.

Essas constatações levam a questionarmos o modo de lidar com o tema de combate ao desmatamento ilegal da Amazônia brasileira. Estudiosos ainda preocupam-se em buscar as causas do desmatamento quando já se sabe que entre as causas estão as políticas de investimento governamentais dadas para ocupação e uso do solo nas décadas de 60 a 80, que iniciaram um processo de uso extensivo da terra. Décadas posteriores, nos anos 90 e 2000, percebemos que com a diminuição de políticas e subsídios governamentais, as taxas de desmatamento da Amazônia continuam em índices elevados, o que pode ser o indicio de que as atividades econômicas locais ainda são praticadas de forma extensiva, como, a extração madeireira e pecuária, embora haja outras maneiras de se realiza-las de forma mais sustentável. Além disso, a proximidade de frigoríficos na região bem como o acesso a melhorias de infraestrutura, como abertura de estradas, pode continuar a incentivar a lógica predatória da atividade em busca do rápido retorno financeiro sem preocupação com as questões ambientais.

A proposta deste trabalho, no entanto, é estudar o tema que envolve a questão do binômio pecuária-desmatamento através de um estudo de caso em Paragominas, daí então o título “Projeto Pecuária Verde: A transformação do binômio pecuária-desmatamento”. E a questão central que esta dissertação se propõe é investigar se de fato se operacionalizou uma mudança no município de Paragominas, antes visto como um dos municípios que mais desmatavam na região e hoje tido como um município

verde, ou seja, um município com um modelo de economia mais sustentável a partir do projeto Pecuária Verde. Para responder a esta e a outras questões, o estudo analisa criticamente a opção governamental de adoção de políticas públicas de comando e controle serem ou não a melhor alternativa para o combate ao desmatamento ilegal bem como analisa quem são os atores responsáveis por essa transformação no município tendo como perspectiva a investigação do papel da pecuária na Amazônia e sua relação com o desmatamento. Além disso, procura mostrar a importância do projeto “Pecuária Verde” através da sua contextualização e caracterização, demonstrando como é possível realizar a base econômica local, a pecuária, sem esta ser apontada como a grande responsável pelo desmatamento ilegal. Por fim, o trabalho mostra o protagonismo do sindicato de produtores rurais, ao serem os responsáveis pelo projeto, de modo que se pretende indicar que se trata de mais do que uma instituição de classe e sim, um ator de transformação local.

2 – Campo de pesquisa, relevância e justificativa

Conforme mencionado anteriormente, o trabalho foi conduzido a partir de um estudo de caso no estado do Pará (1.218 milhões km²), no município de Paragominas (19.342,254 km²), particularmente numa área de 14.489 hectares, correspondentes a 6 propriedades privadas participantes do Projeto Pecuária Verde. Embora o estudo de caso deste trabalho tenha iniciado somente há dois anos, existe uma grande importância na discussão apresentada nele por tratar-se da primeira iniciativa envolvendo produtores rurais no combate ao desmatamento ilegal, levando a uma mudança estrutural nas taxas de desmatamento no município e na lógica de realização da atividade da pecuária. Esse fato, por si só, torna importante a realização desse trabalho pelo objetivo de contribuir na disseminação desta experiência e na discussão do tema.

Desse modo, a escolha deste tema para análise reflete a importância de se discutir a possibilidade de manter a base econômica local ao passo que a utilização dos recursos naturais sejam valorizados, levando em consideração a interação economia e meio ambiente.

Além disso, a importância de estudar esta mudança no paradigma desta região trata-se do destaque nacional e internacional dado ao município pela recente

repercussão sobre essa experiência realizada pelo projeto Pecuária Verde.

Assim, espera-se que este trabalho não permaneça somente no debate de ações de combate ao desmatamento ilegal na Amazônia, mas que estimule a iniciativa de outros tantos atores na busca da mudança da lógica do binômio pecuária-desmatamento, levando ao surgimento de outras iniciativas que transformem não somente a economia, mas o modo de vida local para uma economia mais sustentável. Além disso, que essas novas iniciativas venham agregadas a novas formas de políticas públicas voltadas para o uso e ocupação do solo da Amazônia, através da busca de soluções viáveis que possam influenciar as decisões não somente da área ambiental, mas também da área de planejamento da região.

Neste sentido faz-se necessário informar que a análise da política estadual Municípios Verdes no Pará (PMV) não será fruto deste estudo, uma vez que se trata de uma consequência importante ao processo ocorrido no estado e que demanda um estudo específico e direcionado ao tema. Deste modo, adianto o meu interesse de continuar os estudos no tema, inclusive com a perspectiva de trabalhar com o assunto de políticas públicas, principalmente com a análise do PMV.

Por fim, este estudo também não tem como objetivo a discussão das novas regras estabelecidas no Código Florestal tão pouco o papel dos frigoríficos e sua relação com a pecuária na Amazônia por entender que ambos os assuntos são maiores do que a perspectiva de tratá-los como apêndices ao estudo de caso trabalhado nesta dissertação.

3 - Metodologia de Pesquisa

A referência temporal considerado nesta dissertação foi o desenvolvimento do projeto Pecuária Verde (2011-atual), mas que não se limita somente aos dois anos de execução do projeto. O trabalho também inclui os acontecimentos anteriores a esse projeto no bioma amazônico, incluindo ações a partir do ano de 2007. Este ano é marcado pela adoção de medidas de combate ao desmatamento na Amazônia a partir do Decreto 6321/07, que dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia e também da transferência aos municípios da responsabilidade por combater o desmatamento ilegal. Portanto, a pesquisa e análise do estudo de caso abrangeu o período de 2007-2013, que apesar de

relativamente curto, este período revela as mudanças estabelecidas no município de Paragominas, local de implantação do projeto Pecuária Verde. Foi durante esse período que o município teve sua realidade modificada saindo da lista de municípios que mais desmatavam para ser reconhecido como um município verde, oriundo de uma nova lógica de produção agropecuária.

Para trabalhar com o tema foi usado como base teórica o conceito de economia ecológica, pois segundo essa teoria os recursos naturais são um fator limitante à economia, no qual não há uma “capacidade de superação indefinida dos limites ambientais globais” (ROMEIRO, 2010). Dessa forma, esta corrente entende que capital e recursos naturais são complementares e que o progresso científico e tecnológico podem contribuir com a eficiência para a utilização de recursos naturais. Tal fato pode ser constatado nesta dissertação ao verificarmos como se realizou o projeto Pecuária Verde, uma vez que a base do projeto é apoiar a adoção de melhores práticas em fazendas para buscar a melhoria na produtividade dessas fazendas (manejo e recuperação de pastos e manejo do rebanho), contribuindo assim para manter a base econômica local, a pecuária, e diminuir as taxas de desmatamento.

Além disso, também foi preciso a busca de dados e informações que tratassem do desenvolvimento da Amazônia. Assim, dados econômicos e características da região e da atividade da agropecuária foram coletados mediante pesquisa em literatura vigente sobre o tema bem como através da busca de dados secundários disponibilizados por órgãos especializados no tema (IBGE, FAO, ABIEC, MAPA, USDA).

Já para compor a parte sobre a contextualização e caracterização do Projeto Pecuária Verde e do papel do sindicato foram realizadas entrevistas com 5 dos 6 fazendeiros do projeto que está sob análise neste trabalho². As entrevistas foram realizadas durante o período de abril de 2013 e a permanência no local foi de aproximadamente 10 dias.

Nas entrevistas aplicou-se um questionário contendo perguntas sobre: 1) a história de vida do proprietário; 2) características da propriedade; 3) participação no projeto, incluindo expectativas e avaliações da atividade; 4) perspectivas frente à pecuária e à Amazônia.

² Não foi possível a entrevista com o sexto produtor pertencente ao projeto devido a situações pessoais que impediram a compatibilidade de agenda entre ele e a pesquisadora. Tendo sido optado por não realizar a entrevista posteriormente por telefone para não comprometer a metodologia adotada nas entrevistas.

Participaram ainda como entrevistados as duas coordenadoras do projeto Pecuária Verde, que também contribuíram com sua visão sobre o projeto e sobre a atividade agropecuária. O roteiro da entrevista foi parecido, embora com pequenas alterações adaptadas às entrevistadas, que não são produtoras e sim, gestoras do projeto (Ver anexo 5).

Para tratar sobre o tema da transição do município de Paragominas buscou-se a interlocução com a gestão pública do município sendo possível a entrevista com dois agentes: i) o ex-prefeito, Adnan Demachki (2005 – 2012) e ii) atual prefeito, Paulo Tocantis. As entrevistas foram concedidas pessoalmente também no período de abril de 2013 e versavam sobre: 1) a história de vida do entrevistado; 2) a experiência e opinião sobre o município de Paragominas e da atividade agropecuária. Neste âmbito, também foram tentados contatos com o secretário do Programa Municípios Verdes do Pará, Justiniano Netto, e do Procurador da República do Pará, Dr. Daniel Azeredo, mas em ambos os casos devido a agenda conflitante não foi possível o contato. Tanto Justiniano Netto quanto Dr. Daniel Azeredo fazem parte da história de Paragominas, o primeiro por ser cidadão da cidade e quem assumiu a secretária extraordinária do estado enquanto o segundo esteve envolvido diretamente com as ações empreendidas na cidade na época do embargo aos frigoríficos.

Em todos os casos, as entrevistas foram efetuadas de forma qualitativa, pois este método privilegia a análise de microprocessos e a partir desta análise foi apresentado o resultado com um grupo apenas, o dos produtores rurais do projeto Pecuária Verde. Além disso, a metodologia qualitativa contou com um exame intensivo dos dados, o que se torna apropriado para análises que usam estudos de caso como este trabalho. Segundo Martins (2004),

(...) os métodos qualitativos tratam as unidades sociais investigadas como totalidades que desafiam o pesquisador. Neste caso, a preocupação básica do cientista social é a estreita aproximação dos dados, de fazê-lo falar da forma mais completa possível, abrindo-se à realidade social para melhor apreendê-la e compreendê-la. (MARTINS, 2004, p. 292).

A autora ainda afirma alguns dos problemas envolvidos neste método, mas que neste trabalho foram revertidos em características positivas. Uma das críticas trata da representatividade de se trabalhar com estudos de caso, alegando até que ponto é

possível a generalização, baseado no conceito de amostra. Neste caso, este estudo não pretende esgotar o assunto tão pouco afirma ser este o modelo de desenvolvimento da atividade agropecuária aplicado no país, principalmente na região amazônica. O estudo tem por finalidade tornar público e, por conseguinte avaliar, se o estudo de caso em questão, o projeto Pecuária Verde, tem conseguido alcançar seu objetivo de mudança de paradigma diante a atividade de pecuária bem como tem sido o papel dos atores envolvidos, o processo de mobilização, resultados para o município e para sua população.

Outra crítica importante ao método trata da subjetividade diante da aproximação entre sujeito e objeto. Neste caso, pode-se afirmar que a aproximação foi um dos fatores que permitiram livre acesso aos dados e entrevistas com os atores envolvidos no projeto, em um primeiro momento efetuado através da ligação profissional que ligavam pesquisador e objeto de pesquisa e posteriormente, após esse rompimento de ligação profissional manteve-se o contato, no qual sem esta ligação não seria possível o acompanhamento in loco de algumas atividades efetuadas durante todo o ano de 2011 e 2012 pelo projeto. Tal ponto crítico também desfaz a possibilidade de problemas técnicos que possam vir a ter em casos em que não haja aproximação entre o pesquisador e pesquisado, uma vez que a coleta de dados depende da confiança estabelecida entre os atores. Segundo Lalanda (1998), a relação do sociólogo com o entrevistado deverá transformar-se durante a entrevista, numa relação de confiança, o que pressupõe uma certa familiaridade com a população em estudo. Por isso, em algumas partes deste trabalho optou-se por não citar ou indicar nomes dos entrevistados de modo que não os colocassem em situação delicada na pesquisa e inviabilizasse a proposta deste trabalho.

Assim, a lógica empreendida neste trabalho trata de uma investigação sociológica intensiva, no qual analisa em profundidade as características, opiniões de um dado grupo de atores, neste caso os atores envolvidos no projeto Pecuária Verde, no qual privilegiou-se uma abordagem direta, com o não emprego da observação participante, no qual este foi um dos motivos levados a adotar o modelo de entrevistas. Neste caso, as entrevistas foram construídas de modo não estruturado e semiaberto. A escolha de entrevistas não estruturadas se deu pela possibilidade de flexibilidade na exposição e sequência de perguntas efetuadas aos entrevistados, tornando a conversa menos formal possível para que houvesse uma possibilidade do entrevistado exprimir e

justificar livremente sua opinião. Já a escolha por entrevistas semiabertas ocorreu devido a necessidade de algumas respostas seguirem certo padrão que confirmassem as premissas do pesquisador, embora não excluísse a possibilidade de uma resposta livre do entrevistado.

No entanto, este trabalho de forma isolada não corresponde exatamente a realidade do estudo de caso, para isso seria necessário ouvir as outras partes envolvidas no projeto e não somente os atores diretos, os produtores e gestores do projeto Pecuária Verde. Houve uma tentativa de se ouvir outros atores como o caso dos gestores públicos (ex-prefeito e atual prefeito da cidade de Paragominas), mas o mesmo não foi possível com os trabalhadores das fazendas; as famílias dos produtores e trabalhadores das fazendas; a secretaria do Programa Estadual Municípios Verdes, do Pará; o Procurador da República do Pará; as ONG's que complementam o projeto na região de Paragominas e as empresas financiadoras do projeto seja por contratempos nas agendas, seja por não serem o foco deste trabalho, o que, no entanto, não viabiliza novos trabalhos na região com este propósito, afinal “uma entrevista corresponde sempre a uma visão da história” (LALANDA, 1998, p.874). Portanto, novos trabalhos abrangendo este estudo de caso se fazem necessários, principalmente para buscar uma história dos outros atores envolvidos neste processo.

No trabalho vigente optou-se por focar no sindicato por este ser o primeiro caso de produtores rurais empreendendo uma mudança na atividade econômica da pecuária distinta da lógica vigente. O fato é que este estudo de caso tornou-se maior que a própria discussão da atividade da agropecuária em Paragominas, pois se trata agora de uma nova forma de lidar com as discussões sobre o desmatamento ilegal na Amazônia e por isso, um caso que merece ser estudado.

CAPÍTULO 1 - O binômio pecuária-desmatamento na Amazônia

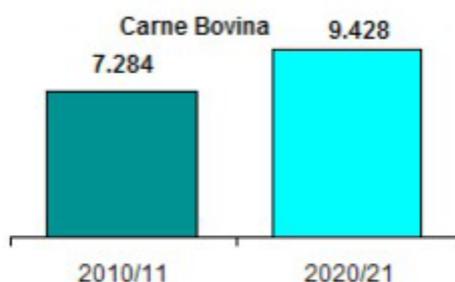
Atualmente, a Amazônia tem se tornado o centro das atenções visto a sua importância na biodiversidade e na manutenção dos estoques de carbono do planeta. Contudo, grande parte da economia local na Amazônia está baseada na agricultura e na pecuária, atividades que constituem importante fonte de renda e divisas para o país, mas

que ao mesmo tempo são atividades altamente degradantes ao meio ambiente. Enquanto a agricultura há uma forte expansão das monoculturas, exemplo da soja e do arroz, a pecuária é a atividade que mais ocupa terras e gera menos rendimento e emprego por unidade de área. Segundo Almeida e Uhl (1995), há ainda a extração e processamento da madeira além da pecuária e da agricultura, que contribuem para o desmatamento na região. Ainda segundo Almeida e Uhl (1995), em 30 anos mais de 42.160 km² foram desmatados na Amazônia Legal, sendo a maior parte para a implantação de pastos para a pecuária. A agricultura contribui com a segunda maior causa do desmatamento. Há pouco tempo, a indústria madeireira surgiu na região e passou a ser uma das principais atividades econômicas.

Além disso, foi verificado que o carbono liberado com a implantação da pecuária e da agricultura é alto, enquanto o retorno econômico dessas atividades é baixo (SCHNEIDER apud ALMEIDA e UHL, 1995, p. 133). A pecuária ainda traz problemas no que tange o acesso à terra, uma vez que se trata de uma atividade que requer grandes extensões de terra e que vem aumentando ano após ano sua produção acompanhada pela crescente expansão do mercado consumidor, seja ele interno ou externo.

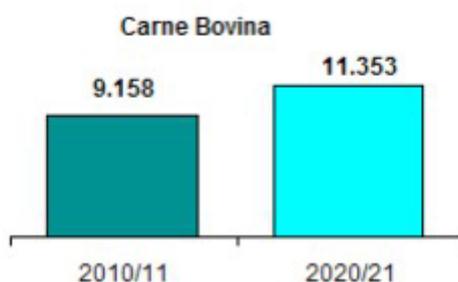
Atualmente, há estimativas de que a carne bovina assumirá o segundo lugar no consumo brasileiro com uma taxa anual projetada de 2,3% de aumento entre 2010/11 a 2020/21, chegando em 2010/2021 a 9.428 mil toneladas de carne bovina consumida no Brasil. Além disso, as projeções do MAPA apontadas no ano de 2011 estimam que no período de 2020/21 haja um crescimento de aproximadamente 33% na produção de carne bovina no país em relação ao período de 2010/11, alcançando a marca de 11.323 mil toneladas de carne bovina produzida no Brasil.

Gráfico 1: Consumo de carne bovina no Brasil (mil toneladas)



Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa, 2011.

Gráfico 2: Produção de carne bovina no Brasil (mil toneladas).



Fonte: AGE/Mapa e SGE/Embrapa, 2011.

Assim, a pecuária realizada de forma extensiva vai continuar requerendo grandes áreas para se tornar uma atividade rentável e atender a este mercado consumidor em expansão. Aliada a este fato, há ainda a questão de que créditos e financiamentos não exigem na sua maioria a sustentabilidade das práticas agropecuárias e sim, o financiamento da expansão do rebanho em que não há um “incentivo” de reverter a lógica do binômio pecuária-desmatamento.

Além do fator desmatamento, a pecuária é apontada como a principal vilã na emissão dos Gases de Efeito Estufa (GEE). Somente na última década o desmatamento e a fermentação entérica associados à pecuária foram responsáveis por um volume de emissões de GEEs equivalente a dois anos das emissões totais de todas as fontes dos Estados Unidos (SMERALDI e MAY, 2009). Além disso, segundo dados do relatório “A farrã do Boi” do Greenpeace (2009), a pecuária é responsável por cerca de 80% de todo o desmatamento na região Amazônica, o que significa que para reduzir o desmatamento do país e, por conseguinte, a emissão dos gases do efeito estufa há a necessidade de investimentos na região que deem foco na promoção e apoio nas ações locais para o desenvolvimento sustentável e de combate ao desmatamento, bem como no reforço das capacidades do governo local na gestão ambiental.

A expansão da pecuária, no entanto, é mais complexa, no qual a devastação é uma combinação de processos locais, políticas regionais e da economia nacional em que a pecuária e suas pastagens servem a uma infinidade de fins econômicos. Entretanto, tentativas de controlar o desmatamento causado pela pecuária e promover o uso alternativo da terra é mais difícil do que atingir um simples objetivo de manipulação do mercado ou da política (HECHT, 1989, p. 229)

Atualmente, algo em torno de 29,25% das terras brasileiras, 249,03 milhões de hectares são ocupadas pela atividade agrossilvipastoril (Censo Agropecuário do IBGE 2006 apud Smeraldi e May, 2009) cerca de 172,33 milhões ou 70% do total são pastagens. Esse aumento se deu principalmente com a atividade da pecuária bovina, que foi incentivada pelo “aumento da capacidade industrial, aumento dos abatedouros e a chegada à região dos cinco maiores grupos exportadores” (Smeraldi e May, 2008, p.10). Embora, a situação financeira das maiores frigoríficos não tem sido tão positiva devido à crise global recente, ainda sim há uma probabilidade que este fator não afete a expansão do gado na Amazônia, que é principalmente voltada para o mercado doméstico de carne de segunda, com alguns nichos de carnes especiais e exportação de boi em pé, particularmente para Venezuela e países árabes.

Contudo, a Amazônia tem sofrido nos últimos anos grande pressão do gado sobre suas florestas, pois foi a região em que teve um significativo crescimento de rebanho na última década. Tal crescimento, como mencionado anteriormente, está ligada ao aumento da demanda no consumo e da proximidades com os abatedouros e grupos exportadores na região. Por isso, o mercado brasileiro de carne bovina vem acompanhando esta demanda e aumentando a sua produção. Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, da sigla em inglês) as importações mais elevadas para o ano de 2013 são esperadas para a Argélia (20%), Arábia Saudita (5%), Israel (8%), bem como uma gama de mercados menores, como Omã, Líbia e Emirados Árabes Unidos, ou seja, populações em crescimento, com limitado abastecimento interno e restrições de recursos internos enquanto os líderes no setor, Índia e Brasil, apresentam preços competitivos. Logo, há um impulso na demanda mundial por carnes.

Gráfico 3: Evolução do consumo mundial e brasileiro de carne bovina e relação entre eles (1961-2009).



Fonte: USDA / Elaboração Scot Consultoria, 2013 -

www.scotconsultoria.com.br

No entanto, por estes compradores se tratarem de mercados consumidores internacionais formados basicamente por economias emergentes, não há uma preocupação e exigência com padrões de produção que poderiam impor pressões por boas práticas agropecuárias. Ao passo que o próprio mercado interno brasileiro também não pressiona por adoção de critérios positivos na cadeia produtiva da carne.

Por outro lado, necessita-se de que práticas positivas sejam adotadas na cadeia produtiva da carne visto que a Amazônia hoje representa um grande potencial na redução das emissões dos gases do efeito estufa, uma vez que o desmatamento de florestas, principalmente do bioma amazônico, é responsável hoje por 55% das emissões de GEE no Brasil. Logo, a eliminação do desmatamento até 2030, representaria 72% das oportunidades de redução de GEE no país, segundo a pesquisa “Caminhos para uma economia de baixa emissão de carbono no Brasil”, do World Resources Institute e da consultoria McKinsey&Company. Acrescenta-se o fato de que a pecuária é apontada pelo relatório da Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, da sigla em inglês) em 2006 como a atividade responsável por 18% das emissões de gases nocivos ao ambiente e fonte de degradação do solo e da água.

Assim, a mudança na cadeia produtiva da carne está ligada às mudanças necessárias para se alcançar as metas estabelecidas na Política Nacional sobre

Mudanças Climáticas, que prevê a redução das emissões de gases do efeito estufa até 2020, em grande medida por meio da redução do desmatamento na Amazônia. Assim, combater o desmatamento é também prezar pela diminuição dos impactos da agropecuária no que tange as questões de mudanças climáticas.

1.1 - O modelo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia

Atualmente, a Amazônia é uma região conhecida notadamente por seu potencial ambiental. Parte deste potencial está ligada a importância do seu bioma Amazônico. Este bioma possui a maior parte da biodiversidade e grande parte da cobertura florestal do país e ainda representa um grande potencial na redução das emissões dos gases do efeito estufa.

No entanto, a região conhecida por Amazônia Brasileira tem passado por inúmeras transformações nas últimas décadas. O “vazio” demográfico e a “tardia” ocupação tem dado lugar a cidades movidas pelo agronegócio sejam eles da soja, do arroz ou da pecuária. O aumento do desmatamento no Brasil tem sido uma das grandes ameaças a esse potencial. O combate ao desmatamento, no entanto não é fácil em um território de grande extensão de área com uma economia local voltada para o uso predatório da terra.

A expansão da pecuária na Amazônia vem sendo questionada por causa de seus impactos ambientais e baixa contribuição social, uma vez que está associada a grandes taxas de desmatamento ilegal e por empregar pouca mão de obra, sendo que aqueles que são empregados são na sua maioria trabalhadores informais. Acrescenta-se a isso, o fato de que muitas das propriedades utilizadas para a realização da atividade não possuem títulos, ou seja, enfrentam problemas de regularização fundiária.

Parte desse problema é comum a toda o território da Amazônia e não fica restrita a atividade da pecuária. No entanto, na Amazônia Brasileira a pecuária de corte representa parte da base econômica local ao passo que é apontada como a principal causa do desmatamento na região assim como a principal fonte de emissão de Gases de Efeito Estufa.

A pecuária bovina, no entanto, se expandiu na Amazônia a partir das políticas de integração da região na década de 1960, no qual diversos fatores contribuíram para sua expansão mais acelerada. O processo de ocupação e uso dessas terras de modo

predatório, no entanto é recente e remete a segunda metade do século XIX, com a expansão da economia da borracha. Até então este território esteve fora dos interesses governamentais e, por conseguinte, dos estímulos de desenvolvimento. Segundo Machado (1999),

Desde a época colonial, sucessivos relatórios de governo indicavam que a autossuficiência das propriedades agrícolas, a dificuldade de comunicação, a baixa disponibilidade de mão de obra e a inexistência de complementariedade produtiva entre os subespaços amazônicos eram poderosos obstáculos ao crescimento das cidades. (MACHADO, 1999, p.110)

Segundo Becker (2005), a Amazônia, cuja ocupação se fez em surtos ligados a demandas externas seguidos de grandes períodos de estagnação e de decadência. Dessa forma, a região da Amazônia somente passa a se inserir na pauta governamental quando ganha relevância econômica através do ciclo da borracha.

Foi assim com o uso predatório da terra que se iniciou a ocupação da Amazônia. Segundo Becker (2005), o povoamento e desenvolvimento da Amazônia foram fundados de acordo com o paradigma de relação sociedade-natureza, que Kenneth Boulding denomina de economia de fronteira, significando com isso que o crescimento econômico é visto como linear e infinito, e baseado na contínua incorporação de terra e de recursos naturais, que são também percebidos como infinitos.

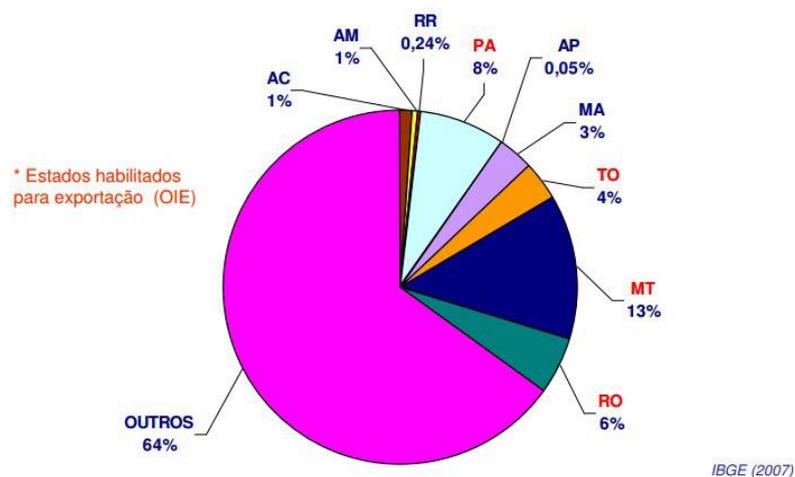
Posteriormente na Amazônia, a atividade da pecuária bovina também se destacou e se expandiu a partir das políticas de integração da região na década de 1960, quando a região teve um intenso processo de povoamento com a intervenção estatal e os ciclos econômicos. O povoamento ocorreu mais intensamente a partir da criação de dispositivos governamentais, o que possibilitou a valorização das terras amazônicas. Estes dispositivos governamentais tinham como objetivo principal integrar a região ao restante do país e para isso o governo criou mecanismos de infraestrutura que permitiriam o desenvolvimento da região, como a construção de estradas e redes de telecomunicações e energia elétrica. Com relação a construção de estradas, destaca-se: a estrada Belém-Brasília, construída durante o governo de Juscelino Kubitschek e as rodovias Transamazônica e a Perimetral Norte. Essas construções segundo Machado (1992) foram responsáveis pela alteração da disposição espacial do povoamento na região nas décadas seguintes. O atrativo primordial deixou de ser a rede fluvial e passou

a serem as estradas pioneiras, tanto para fluxos migratórios dirigidos como para as correntes migratórias espontâneas.

(...) durante séculos a Amazônia brasileira permaneceu como fronteira econômica, demográfica e geopolítica do país. A partir de meados da década de sessenta do século passado, a dinâmica da ocupação assumiu características distintas em termos da velocidade e fundamentos do processo. A redução dos custos de transportes propiciada pelos investimentos governamentais nos grandes eixos rodoviários, os subsídios fiscais e creditícios aos investimentos privados e a emergência de mercados consumidores urbanos mais próximos (e.g. Brasília, Belém e Manaus) tornaram lucrativa a implantação de atividades agropecuárias, antes inviáveis na região. O processo de ocupação intensificou-se de forma drástica nas três últimas décadas. (MARGULIS, 2003, p.37)

Somando-se aos dispositivos governamentais, as peculiaridades regionais da Amazônia foram favoráveis a expansão da pecuária bovina, uma vez que há clima propício para pastagens nas principais regiões produtoras, crédito subsidiado e o baixo preço da terra e, mais recentemente, o combate à febre aftosa, que liberou parte expressiva do rebanho para a exportação. Desse modo, a região da Amazônia Legal passou a ser o principal polo do agronegócio brasileiro, tendo cerca de 36% do rebanho bovino em suas terras.

Gráfico 4: Distribuição do rebanho bovino na Amazônia Legal no ano de 2007

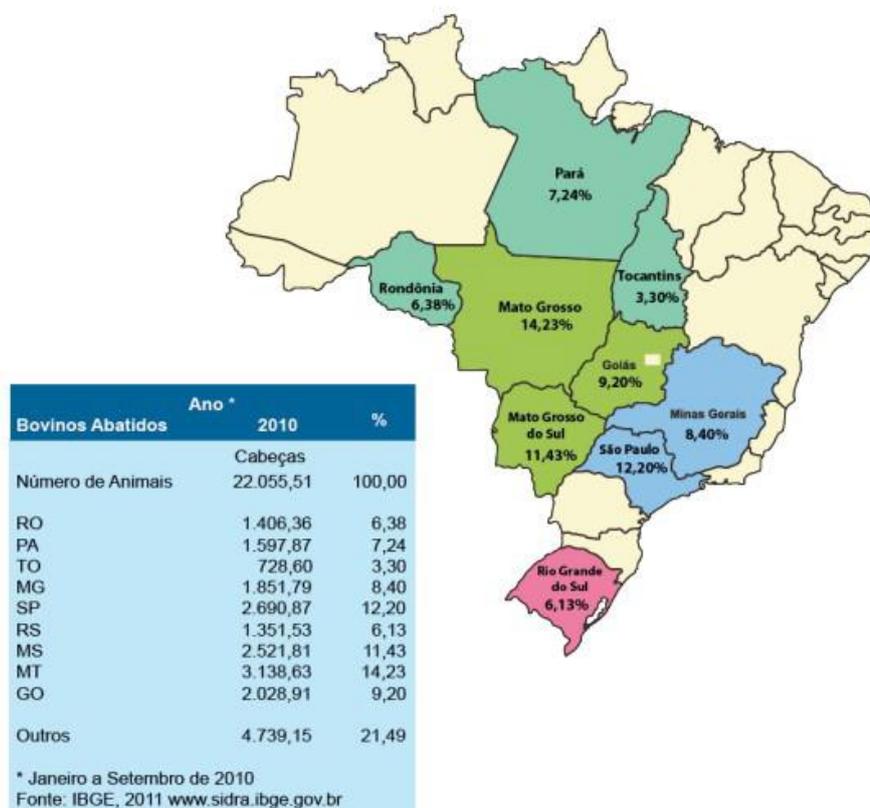


Fonte: ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne), disponível em: <http://www.abiec.com.br/download/Sustentabilidade%20e%20frigorificos%20assoc%20iados.pdf>

1.2 - O papel da pecuária na economia brasileira

O Brasil ocupa uma posição de destaque na produção de carnes. Atualmente, o país possui o segundo maior rebanho efetivo do mundo, com cerca de 200 milhões de cabeças, no qual a bovinocultura é um dos principais destaques do agronegócio brasileiro no cenário mundial, no qual responde por 96% de toda a produção agropecuária do país (MAPA, 2012). Grande parte desse rebanho está concentrada em algumas regiões, como é o caso do Centro Oeste e Norte (IBGE, 2010).

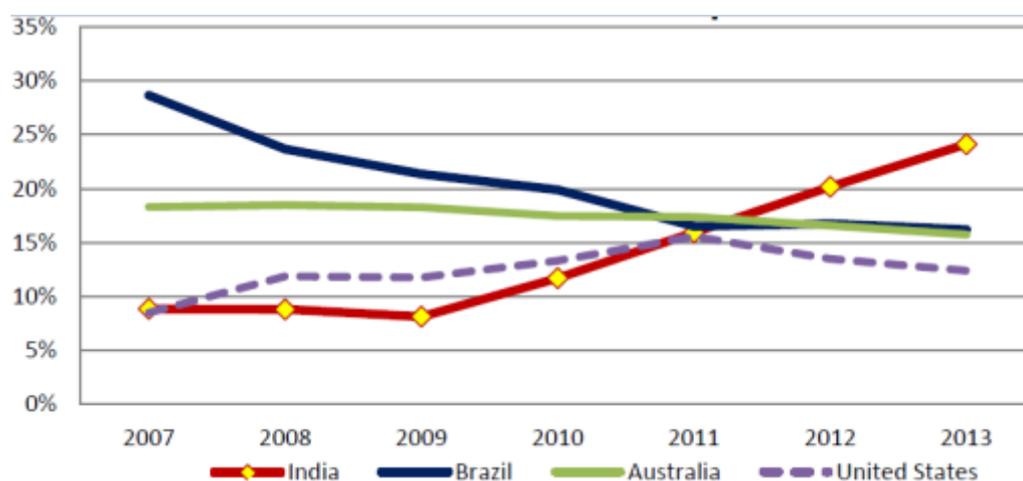
Figura 1: Bovinos abatidos por estado no Brasil em 2010



Além disso, desde 2004, o Brasil assumiu a liderança nas exportações de carne bovina, com um quinto da carne comercializada internacionalmente e vendas em mais de 180 países (MAPA, 2012). Ainda segundo dados da Pesquisa da Pecuária Municipal – PPM de 2011, o efetivo de bovinos foi de 212,798 milhões de cabeças no ano de 2011, ou seja, houve um aumento de 1,6% em relação ao registrado em 2010.

E o ritmo desse crescimento no setor do agronegócio brasileiro parece que ainda deve continuar crescendo. Segundo estimativas do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (2012), o Brasil continuará no ano de 2013 entre os maiores exportadores de carnes do mundo somente perdendo para Índia, que se destaca pela exportação de carne de búfalo. No caso da produção de carne bovina, o Brasil mantém seu destaque no cenário mundial. Segundo dados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (apud IBGE, 2010), o Brasil é o líder mundial em exportações de carnes bovina, movimentando cerca de 17,0% de toda a carne produzida em 2010 (IBGE, 2011).

Gráfico 5: Estimativa dos maiores exportadores mundiais de carne para o ano de 2013

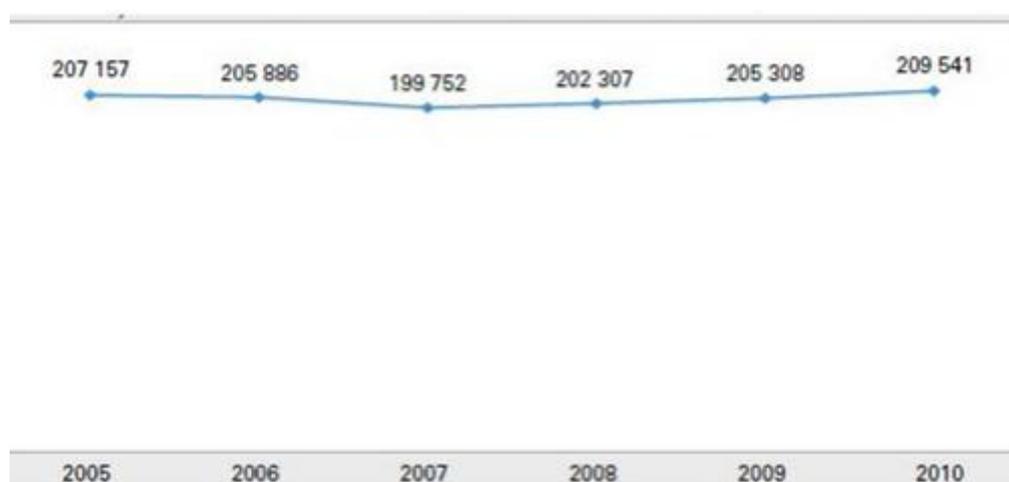


Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, 2012.

As previsões ainda apontam que as exportações brasileiras de carne bovina representarão cerca de 60% do comércio mundial em 2018/2019 (MAPA, 2012). Assim, a importância econômica da atividade agropecuária brasileira pode ser medida ao verificar a sua participação de 5,8% no Produto Interno Bruto (PIB) do país no ano de 2010, movimentando um valor de R\$ 180,831 bilhões (IBGE, 2010). Ainda segundo dados do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (2012), o valor bruto da produção das cadeias produtivas da carne e leite é estimado em R\$ 67 bilhões, o que evidenciam a importância econômica da atividade agropecuária em nosso país.

A atividade tem se destacado em termos econômicos no país por conta da demanda crescente por carne. Segundo dados da Pesquisa da Pecuária Municipal (IBGE, 2011) somente no ano de 2010, o consumo per capita de carnes aumentou em relação ao ano anterior chegando a 37,4 kg para carne bovina. O efetivo de bovinos em 2010 teve aumento de 2,1% em relação a 2009 e foi de 209,541 milhões de cabeças (gráfico 6). Aumentos foram registrados nas regiões norte (4,1%), centro-oeste (2,7%), nordeste (1,7%) e sudeste (0,6%). No sul do País, o rebanho ficou estável (-0,1%).

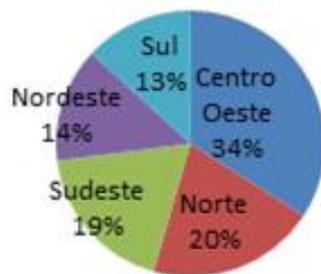
Gráfico 6: Evolução do efetivo de bovinos no Brasil – 2005 a 2010 (1.000 cabeças)



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal, 2011.

Quando analisamos a produção interna de bovinos verificamos que este efetivo encontra-se em maior número na região centro-oeste do país, seguido pela região norte, sudeste, nordeste e sul. Faz-se então necessário destacar que os dez principais estados detentores de bovinos concentram 81,1% de todo o efetivo nacional.

Gráfico 7: Produção Interna de bovinos no ano de 2010



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Agropecuária, Pesquisa da Pecuária Municipal, 2011.

Ao analisarmos os dados regionais, principalmente na área onde se concentra a proposta deste estudo, a região norte, quando se compara estes dados em relação ao ano anterior verifica-se que o crescimento do rebanho bovino ocorreu com maior intensidade nesta região, principalmente no estado do Pará, respondendo por cerca de 18.262.547 cabeças de gado bovino, o que corresponde a 8,6% da produção nacional. Assim, verifica-se que esta região registrou um aumento de 2,7% no número de animais em relação a 2010.

Segundo dados recentes divulgados por Barreto e Silva (2013), um estímulo para o aumento do valor da produção da pecuária decorreu do aumento do abate de vacas, do aumento de preço do gado e do aumento da produtividade nos anos anteriores. Outro fator que influenciou o crescimento do valor da produção agrícola foi o crescimento da produtividade das principais culturas, especialmente do milho. Além disso, um fator econômico tem estimulado o setor do agronegócio brasileiro: a expansão do crédito rural.

A profunda transformação ocorrida na agropecuária brasileira, sobretudo nas últimas três décadas, contou com a ativa participação do Estado como grande articulador do processo de modernização. Neste sentido, a política oficial relativa ao crédito rural constituiu o principal instrumento de política pública, que possibilitou a consolidação do modelo de desenvolvimento adotado na agricultura. (CARDOSO apud CARRER, C. da C. et al., 2007, p. 1456).

Tanto a agricultura quanto a pecuária foram incentivados desde a década de 60 pelo governo através de políticas creditícias e desde então o agronegócio brasileiro têm aumentado seu volume de produção. Assim, o modelo de sucesso do agronegócio brasileiro ainda está intimamente ligado às intervenções estatais.

Os primeiros projetos agropecuários datam de 1966, mas é na década de 1970 que se cristaliza o predomínio econômico e político da empresa agropecuária na região: o governo considera impraticável a colonização baseada em pequenos e médios proprietários frente à escala dos investimentos e de organização empresarial considerada necessária à ocupação rápida de uma extensa área como a Amazônia. É o próprio governo porém que avaliza e credita subsídios aos empresários, através do mecanismo de incentivos fiscais. (BECKER, 1991, p. 25,26)

Cabe destacar que embora tenham ocorrido incentivos aos projetos agropecuários na Amazônia, eles não foram realizados de forma uniforme. Há particularidades de acordo com a região onde esses projetos foram instalados.

A dinâmica de ocupação não foi homogênea. A diversidade de condições geológicas e de distâncias aos grandes mercados consumidores, que implicam diferenças significativas nos custos de transportes e de exploração econômica, causaram dinâmicas de ocupação distintas em termos geográficos, econômicos e sociais. Diversos outros fatores, não econômicos, levaram também a históricos de ocupação diferenciados regionalmente.” (MARGULIS, 2003, p. 39)

1.3 - A relação pecuária-desmatamento

Apesar da importância econômica da atividade, o aumento pela demanda da carne traz a tona outra preocupação: a questão ambiental. Conforme citado anteriormente, a atividade agropecuária é apontada como um vetor de desmatamento, no qual grande parte tem sido ilegal. Além disso, estudos apontam que a redução do desmatamento no país impactaria positivamente na diminuição da emissão dos gases do efeito estufa.

Embora esse aumento crescente da produção da pecuária na Amazônia levada pelo crescimento da demanda do consumo mundial de carne e pela aproximação dos frigoríficos que vem se instalando na região, há esforços adicionais por parte do governo para reduzir o desmatamento, no qual a pecuária deverá sofrer pressões para se adequar a melhores práticas que minimizem estes impactos ao meio ambiente.

Nas últimas décadas, a preocupação com o meio ambiente tem crescido em virtude da exploração acentuada dos recursos naturais, na qual o atual modo de vida passou a ser apontado como o principal vilão devido a um modelo de desenvolvimento baseado no consumo sem limites. O desenvolvimento tanto tecnológico, que diminuiu as distâncias, quanto o econômico, que permitiu que as classes mais baixas tivessem maior poder de compra, criou uma nova sociedade – uma sociedade baseada no consumo. Nesse contexto, a preocupação com o meio ambiente ganhou espaço não só entre cientistas e acadêmicos, mas passou a gerar uma preocupação dentro da própria sociedade.

O tema antes restrito aos cientistas começa a atingir a sociedade, uma vez que houve um “crescimento das pressões humanas sobre o meio ambiente e a interferência direta na qualidade de vida dos povos (...)” (Portilho, 2004). De modo que surge a ideia de que não basta consumir menos, mas sim consumir melhor e isso significa consumir de forma sustentável, na qual se “(...) deve suprir as necessidades das gerações presentes, sem afetar as gerações futuras, promovendo melhorias à sociedade e ao meio ambiente” (Relatório Brundtland, 1997).

Essa transformação das atitudes e ações da sociedade, bem como o seu envolvimento e interesse pelo tema da sustentabilidade foram também acompanhados por uma mudança e evolução do movimento ambientalista. O movimento ambientalista, que até a década de 50 se preocupava com as questões de preservação e conservação do meio ambiente (ALIER, 2007), passou a partir de então, além de se preocupar a também questionar os efeitos relacionados às questões sociais e ambientais decorridos da ação antrópica. Assim, a evolução da mudança de percepção da sociedade ocorreu quando as suas atitudes começaram a influenciar o seu modo de vida. A preocupação com a questão das mudanças climáticas, efeito estufa, aquecimento global e suas causas, assim como o tema do desmatamento vem ganhando cada vez mais a atenção da sociedade a partir da grande preocupação com as alterações no meio ambiente.

No Brasil, ações de comando e controle passaram a acontecer a partir dos anos 80 após escândalos mundiais envolvendo os desastres ambientais. No entanto, na Amazônia essas ações somente se iniciaram a partir da última década, com o aumento da fiscalização ambiental realizadas pelo governo através de multas e embargos a áreas desmatadas. Mas a primeira ação notória de que se tem notícia na Amazônia ocorreu em fevereiro de 2008 em Paragominas, um dos municípios alvo da operação Arco de Fogo,

lançada com o objetivo de coibir o desmatamento ilegal na região amazônica causado por serrarias ilegais na região. Nessa operação comandada pela Polícia Federal, muitas madeiras foram vistoriadas, autuadas e embargadas por funcionar sem licença de operação. Na mesma época, o Ministério do Meio Ambiente (MMA) divulgava pela primeira vez uma lista dos municípios que mais devastavam a Amazônia. Nessa lista, lançada em fevereiro de 2008, constavam 36 municípios e entre outras restrições, os produtores rurais dos municípios incluídos na lista do desmatamento não tinham acesso ao crédito bancário.

No ano seguinte, em Março de 2009, a lista aumentou e chegou ao número de 43 municípios, entre eles Paragominas³. Meses depois, em junho de 2009, o Greenpeace lançou o relatório "A Farra do Boi na Amazônia" e denunciou a relação entre empresas frigoríficas envolvidas com desmatamento ilegal e trabalho escravo com produtos comercializados no mercado internacional, no qual a questão da pecuária brasileira foi diretamente afetada. Esta "denúncia" do Greenpeace levou o Ministério Público Federal (MPF) no Pará recomendar que as grandes redes de supermercados como Carrefour, Wal Mart e Pão de Açúcar parassem de comprar carne proveniente da destruição da Amazônia, distribuída por frigoríficos do Pará. Assim, o MPF/PA e o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) entraram na Justiça Federal com ações contra pessoas e empresas acusadas de serem responsáveis pelo desmatamento, no Pará. As ações pediam indenização de R\$ 2 bilhões às fazendas dos "bois do desmatamento" e aos frigoríficos que compravam gado dessas áreas. Ainda na primeira quinzena de junho, grandes atacadistas concordaram com as recomendações, o que levou os donos de frigoríficos a procurarem o MPF/PA para negociar os TACs (Termo de Ajustamento de Conduta). O termo foi assinado em agosto de 2009 e entre as cláusulas do acordo estava previsto a moratória total do desmatamento por dois anos, reflorestamento de áreas degradadas e rastreamento eletrônico dos animais.

³ De acordo com o MMA, um município deve atender três critérios para deixar a lista:

1) reduzir o desmatamento para menos de 40 km; 2) em um ano, realizar o Cadastro Ambiental Rural (CAR) em 80% de seu território, excluídas terras indígenas e áreas protegidas, 3) além de estabelecer a média do desmatamento nos dois anos anteriores menor ou igual a 60% em relação a média do mesmo período nos dois anos precursores.

Por conta dessas ações, o BNDES também determinou diretrizes socioambientais para o financiamento e foi feita uma série de restrições aos produtores rurais.

Figura 2: Áreas antrópicas no bioma Amazônia



Fonte: Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), disponível em:

<http://www.sae.gov.br/atlas/>

Destaca-se neste cenário, o município de Paragominas, no Pará. O município agora diante desta situação tornava-se um dos que mais desmatavam no país. Para revertê-la, no ano de 2010 com o apoio de diversas esferas da sociedade civil, Paragominas adotou ações concretas para o monitoramento e controle do desmatamento ilegal, reduzindo o desmatamento em mais de 90%. Em 2009, o município havia registrado 25 km² de novos desmatamentos. Em 2008, o total havia sido 63 km² e no ano anterior, 107 km².

Como resultado, Paragominas foi o primeiro município a sair da lista do MMA. O resultado se deu graças ao engajamento das diversas esferas da sociedade

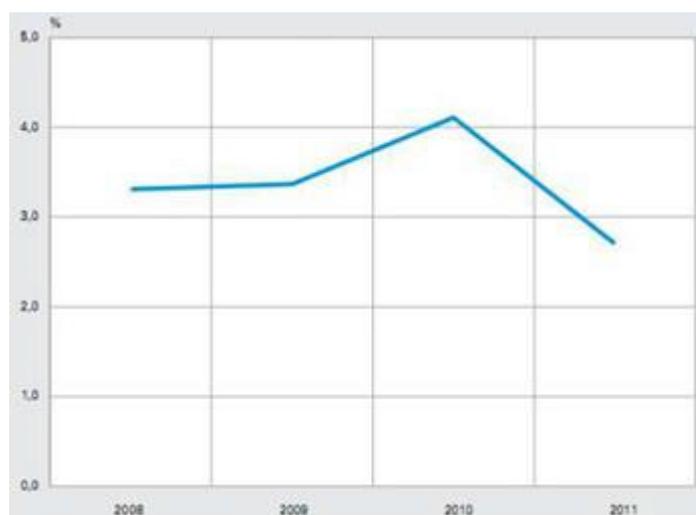
(comunidade, empresas, governo, terceiro setor). Apesar de a iniciativa já acontecer ali há mais de três anos, envolvendo o setor público bem como o terceiro setor e empresas, somente com o impacto decorrente ao embargo da carne de Paragominas que foi possível uma maior mobilização e articulação para a implantação de medidas concretas para reverter a situação, agilizar e melhorar os processos que já estavam em andamento.

Esta primeira mudança, a saída da cidade da lista do MMA, representou uma grande vitória ao município já que este foi o primeiro caso nacional de saída da lista, mas também representou um desafio: manter-se fora dela.

1.4 Conclusão

A partir do maior crescimento observado na região norte do país é provável que haja oportunidade para aumentar investimentos na pecuária no Brasil e na Amazônia. No entanto, segundo dados da Pesquisa da Pecuária Municipal do IBGE (2011) este ritmo de crescimento na produção da pecuária bovina sofreu uma queda em relação aos anos anteriores devido, em parte, ao aumento da fiscalização contra o desmatamento, que inibe a expansão extensiva dos rebanhos (Gráfico 8).

Gráfico 8: Taxa de crescimento do rebanho bovino na região Norte 2008-2011



Fonte: IBGE, Pesquisa Pecuária Municipal 2008-2011.

Após a divulgação da lista dos municípios que mais desmatam e das operações Arco de Fogo, ações de comando e controle têm sido frequentes na Amazônia. Diante desta situação, pressões e opiniões contrárias à pecuária têm sido constantes. Ambientalistas, governos e sociedade em geral têm pressionado produtores e empresas a sanarem estes problemas. Por outro lado, produtores rurais argumentam sobre a importância da atividade em termos econômicos (geração de renda), sociais (geração de empregos) e culturais (base econômica local).

Mas questões contrárias à pecuária podem ser revistas quando tratamos de ações que apoiem o uso sustentável da terra valorizando a base econômica local. Muitas dessas ações podem ser vistas no projeto Pecuária Verde do Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas.

No entanto, o mundo vive um período de crise financeira, em particular a dos países europeus e a queda do ritmo de crescimento previsto para os países dos chamados BRICs. Dessa forma, a apreensão frente a situação econômica não pode vir acompanhada por incentivos a qualquer custo da produção brasileira, principalmente no setor do agronegócio. Os elos das cadeias produtivas do agronegócio precisam e ainda devem atender as boas práticas agropecuárias para que esta não seja uma crise que venha atingir o setor futuramente e que o aumento da sua produção não sofra com pastos inadequados e até mesmos escassos para atender a crescente demanda mundial por carne no mundo.

Assim, há a necessidade de investimentos no setor que deem foco na promoção e apoio nas ações locais para o desenvolvimento local sustentável e de combate ao desmatamento ilegal, bem como no reforço das capacidades do governo na gestão ambiental. Logo, iniciativas empreendidas por organizações não governamentais, com apoio de governos e comunidades pela busca da sustentabilidade indicam uma alternativa ao modelo de desenvolvimento baseado na lógica pecuária-desmatamento vigente.

Dessa forma, projetos como o do SPRP devem ser estudados para melhor compreensão do processo de mudança na região, uma vez que a cidade, que já foi sinônimo de desmatamento, hoje é tida como modelo de desenvolvimento sustentável para outras cidades da Amazônia. Tal mudança foi provocada pelo engajamento local principalmente dos produtores rurais representado pelo seu sindicato, que é responsável

pelo projeto Pecuário Verde, de modo que essa experiência seja testada e posteriormente demonstrada que mesmo a pecuária sendo apontada como uma atividade responsável por grande parte das emissões de gases nocivos ao ambiente e fonte de degradação do solo e da água, a experiência busca afirmar que é possível reduzir e também reverter os efeitos negativos da atividade sem abandonar a base econômica local.

Nesse sentido, procura-se mostrar se o projeto tem conseguido alcançar seu objetivo de mudança de paradigma diante a atividade de pecuária bem como tem sido o papel dos atores envolvidos, o processo de mobilização, resultados para o município e para sua população.

Capítulo 2: A mudança: De município desmatado a município verde

Este capítulo tem por objetivo mostrar o estudo de caso do Projeto Pecuária Verde, que se realiza em 6 fazendas no município de Paragominas, localizado no leste do estado do Pará e sua história de mudança na atividade da pecuária na região. Antes o município de Paragominas era sinônimo de desmatamento e havia conflitos envolvendo pecuaristas, madeireiros e outras atividades rurais levando a cidade a ser reconhecida por *Paragobala*. Hoje, ao contrário do passado, o município é tido como modelo de desenvolvimento sustentável para outras cidades da Amazônia fruto da mudança na estrutura produtiva da cidade, principalmente no setor da pecuária. Para reverter esta situação foi preciso ações de coerção na cidade através de instrumentos jurídicos, com atuação do Ministério Público Federal (MPF), e de comando e controle, com atuação do Ministério do Meio Ambiente, IBAMA e Polícia Federal.

As ações foram empreendidas nos anos de 2008 e 2009 e levaram não só a coerção, mas também a obrigatoriedade de atender as leis no que tange ao combate ao desmatamento ilegal na região. Essas ações, no entanto, causaram grande impacto na economia local, o que levou os produtores rurais a buscarem uma solução para essa situação. A solução foi a busca de um novo modelo de agropecuária de menor impacto, por meio do projeto Pecuária Verde.

Foi assim que no ano a partir de 2009, com o apoio de diversas esferas da sociedade civil e poder público, que Paragominas foi o primeiro município da região amazônica a iniciar a adoção de ações concretas para monitoramento e controle dos desmatamentos, buscando tornar-se a primeiro município verde, reduzindo o desmatamento em mais de 90%. Mas o que teria motivado o município a efetuar essa mudança de paradigma? O que levou este município a ser o primeiro a sair da lista do MMA? Como este município tornou-se referência na mudança da lógica pecuária-desmatamento? Estas são algumas das questões que vamos abordar neste capítulo.

2.1 - O Município de Paragominas – Uma análise socioeconômica do primeiro “Município Verde”

A valorização da natureza ainda é vista com restrição no Brasil, principalmente na Amazônia, que é dominada pela lógica da agropecuária extensiva e predatória. Embora esta região possua um grande potencial ambiental, não há uma prática de preservação e conservação das florestas. Segundo Picoli (2006), na Amazônia o modelo expansionista dos tempos modernos fundamenta-se na destruição da natureza e na finalidade de obter lucro sem limites, o que acaba resultando em altas taxas de desmatamento na região. Além disso, prevalece a grande propriedade e a atividade da agropecuária. Essa situação é comum a quase todos os municípios que compõe a Amazônia e se reflete em Paragominas. “Na área de Paragominas, onde não havia povoamento algum, a pecuária é quase exclusiva, instalando-se as pastagens após dois anos de lavoura. Assim, aí domina a grande propriedade, sem chance para as pequenas posses.” (BECKER, 1982, p. 113).

Assim, o combate ao desmatamento representa um desafio em um território de grande extensão de área com uma base econômica local voltada para o uso predatório da terra. Neste sentido, destaca-se o município de Paragominas, no leste do Pará, localizado a 320 km da capital paraense.

Figura 3: Localização do município de Paragominas.



Fonte: PINTO *et al.*, 2009.

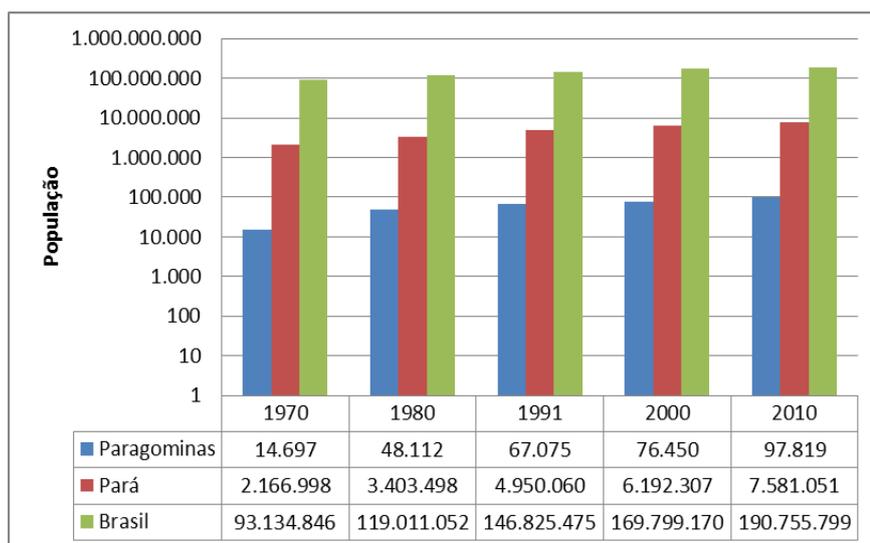
Segundo dados da prefeitura municipal da cidade, a fundação de Paragominas é recente assim como as demais cidades do norte do país. No entanto, sua fundação foi diferente de outros municípios do Pará, por que a maioria surgiu através da colonização portuguesa, das missões jesuítas enquanto Paragominas foi planejada pelo seu fundador Célio Rezende de Miranda. A cidade, no entanto, passou a se chamar Paragominas por opção do seu dono na época, que estando em terras localizadas no Estado do Pará, sendo os pioneiros goianos e ele o idealizador do projeto, nascido em Minas Gerais, o nome mais adequado seria Paragominas, no qual o prefixo *Para* derivava do estado onde seria fundada a cidade; *Go* advém de Goiás, em homenagem aos colonos e *Minas* por ser o estado de origem do idealizador da cidade.

De acordo com o IBGE, Paragominas foi elevada à categoria de município e distrito com esta mesma denominação, pela lei estadual nº 3225, de 04 de janeiro de 1965. No entanto, somente através da lei estadual nº 5450, de 10 de maio de 1988, é que o município se desmembra do distrito de Dom Eliseu e elevando-se à categoria de município e posteriormente, no ano de 1991 é que sua divisão territorial o constitui como distrito sede. O município tem como base uma de suas atividades econômicas a

pecuária, no qual foi motivada pela implantação da rodovia BR-010 que liga Belém a Brasília. Embora os projetos governamentais de expansão da agropecuária na região ocorrem intensamente a partir da década de 60, houve também ações anteriores de se tentar ocupar a região. Segundo Picoli (2006), houve no ano de 1937, a chamada “Marcha para o Oeste”, estimulada por Vargas em um período anterior a II Guerra Mundial quando o país passava por crises, na tentativa de deslocar pessoas na busca de terra e trabalho na região, tanto no extrativismo quanto na agropecuária. No entanto, a iniciativa não interferiu no crescimento populacional e esta continuou insignificante vindo aumentar progressivamente ao longo dos anos, principalmente após a década de 60.

Segundo dados do último censo, realizado no ano de 2010, a cidade de Paragominas mesmo tendo o aumentado sua população através dos estímulos governamentais de ocupação e uso do solo, ainda possui baixa densidade demográfica, com 5,06 hab/km², constituindo uma população de 97.819 habitantes. Porém, a taxa populacional na cidade vem se alterando no decorrer dos anos, principalmente a partir das décadas de 1960 e 1970, em que houve incentivos governamentais de integração e povoamento da região amazônica que atraíram grande contingentes populacionais para aquela região, resultando em uma crescente taxa populacional nas décadas seguintes.

Gráfico 9: Evolução Populacional – Paragominas, Pará e Brasil (1970 a 2010)



Fonte: IDESP, 2013.

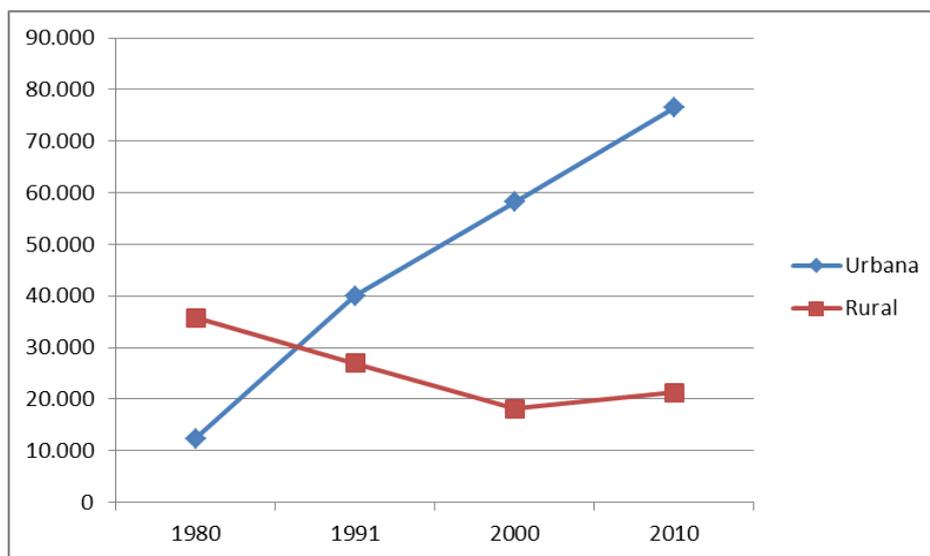
Quando analisamos o avanço da densidade urbana, verificamos que há uma prevalência da população urbana sobre a rural a partir da década de 90 (Gráfico 10). Essa variação decorre ao mesmo tempo em que ocorre uma inversão de investimentos e incentivos de ocupação do território brasileiro. Até a década de 80, época da ditadura militar e transição para abertura política, ainda há incentivos de migração para a região amazônica a partir de ciclos econômicos e abertura de áreas para pastagem.

No processo de ocupação das empresas beneficiadas pelos incentivos fiscais do Estado, elas passaram a representar, de 1966 até o final de 1985, no final da ditadura militar brasileira, um volume elevado de projetos agropecuários extrativistas na Amazônia Legal. (PICOLI, 2006, p.39)

No entanto, no Brasil após abertura política, o Estado iniciava uma mudança na sua política de desenvolvimento da economia nacional e reduziu fortemente seus investimentos diretos na esfera produtiva, passando a vigorar a lógica financeira e da privatização, determinada pela política de eficiência do Estado e dos serviços públicos. Segundo Celentano e Verissimo (2007),

O avanço da fronteira na Amazônia é um processo dinâmico, voraz e heterogêneo. Esse processo é relativamente recente e foi impulsionado nas décadas de 1960 e 1970 pelo governo por meio de incentivos para a ocupação e integração da Amazônia ao mercado doméstico. Nas décadas de 1980 e 1990 houve redução dos investimentos públicos em infra-estrutura e em outros projetos na região. Porém, a ocupação da fronteira se intensificou com o boom da atividade madeireira associado ao crescimento da pecuária, do agronegócio e da especulação de terras públicas. No início do século 21, as forças que atuam na Amazônia são mais complexas e incluem, por um lado, os investimentos com potencial de ampliar o desmatamento, tais como os gastos públicos (principalmente com infraestrutura e crédito), a expansão de assentamentos de reforma agrária e o aporte de capital privado para atender o mercado global nas áreas de mineração, agropecuária e exploração madeireira. (CELENTANO e VERISSIMO, 2007, p.7)

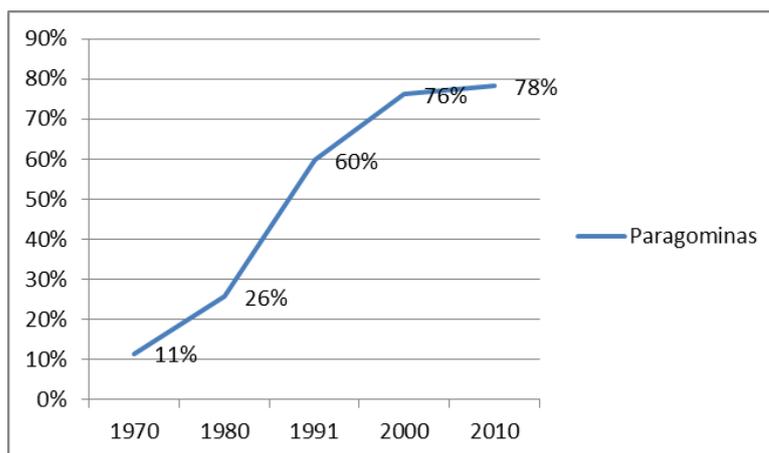
Gráfico 10: Evolução da População Urbana X Rural em Paragominas – 1970 a 2010



Fonte: IDESP, 2013.

De fato, a ocupação da Amazônia é recente e na década de 90, o país passava por uma nova ordem econômica. No Brasil desde o início dos anos 1990 foram implantadas reformas liberalizantes, promovendo intensa abertura comercial e financeira, privatização dos ativos públicos e redução da atuação do Estado. Foi justamente nessa época a percepção de mudança no perfil populacional de Paragominas, sua população urbana passa a ser maior que do que aquele presente na área rural. Observa-se que ao longo dos anos, no município houve um aumento da sua taxa de urbanização, que variou de 11,45% no ano de 1970 para 78,22% no ano de 2010 (Gráfico 11).

Gráfico 11: Taxa de Urbanização em Paragominas - 1970 a 2010



Fonte: IDESP, 2013.

Os dados sobre a evolução da população urbana demonstram que a região antes vista como vazio demográfico passa a ser submetida a estímulos exógenos de crescimento econômico, interferindo na sua economia e ocupação do território, resultando na alteração direta da demografia da cidade. Por outro lado, será formada uma rede urbana semelhante ao restante do país, ou seja, elevada concentração da população em alguns grandes centros e dispersão de cidades médias e de pequenas pelo território, resultando numa pulverização da população no território amazônico.

Embora haja esse crescimento demográfico crescente na cidade de Paragominas, observa-se que o município alcança seu maior índice com 5,06 hab/km² em 2010 (IDESP, 2013).

O período de 1970 a 1980 foi marcado por um expressivo aumento da densidade populacional, passando de 0,5 habitante por quilômetro quadrado para 1,8 habitante por quilômetro quadrado, o que correspondeu a uma taxa de crescimento anual de 12,6%, a maior da história do município. No início da década de 1990, a densidade populacional atingiu o patamar de 2,7 habitantes por quilômetro quadrado, resultante da taxa de crescimento anual de 4,0% no período de 1980-1991. No ano 2000, Paragominas possuía 3,9 habitantes por quilômetro quadrado, após crescer a uma taxa anual de 4,2% ao longo da década de 1990. (PINTO et al., 2009 : p.17)

No entanto, segundo Veiga (2003), essa densidade demográfica não caracterizaria uma cidade, ou melhor, o urbano. Para o autor, segundo sua tipologia de urbano, Paragominas seria uma cidade de médio porte por apresentar a população no intervalo de 50 a 100 mil habitantes e por sua economia estar essencialmente alicerçada na utilização direta de recursos naturais. Acrescenta-se que isso não significa a ausência da existência de outros setores da economia e indústrias, “só que quase tudo diretamente vinculado a lides agrícolas, pecuárias, pesqueiras, minerais, ou recreações dependentes da natureza” (VEIGA, 2003, p.56).

Ao passarmos para a análise da população observaremos uma grande parcela de jovens entre 15 a 29 anos de idade (31%) constituindo a população paragominense, acompanhando assim a evolução demográfica do país (Tabela 1).

Tabela 1: População de Paragominas por faixa etária - anos e % (1991/2000/2010)						
	1991		2000		2010	
	Anos	%	Anos	%	Anos	%
Menor de 01 ano	2.056	3%	2.151	3%	2.134	2%
01 ano a 04 anos	8.413	13%	8.711	11%	8.474	9%
05 anos a 09 anos	10.098	15%	9.807	13%	10.806	11%
10 anos a 14 anos	8.901	13%	9.665	13%	11.111	11%
15 anos a 29 anos	20.691	31%	24.111	32%	30.810	31%
30 anos a 49 anos	13.511	20%	16.642	22%	24.684	25%
50 anos a 69 anos	2.975	4%	4.567	6%	8.257	8%
70 anos e mais	430	1%	796	1%	1.543	2%
Total	67.075		76.450		97.819	

Fonte: IDESP, 2013.

No entanto, o município de Paragominas assim como o restante do país não apresenta grandes taxas de alfabetização. Segundos dados da PNAD (Pesquisa Nacional de Amostra de Domicílios) de 2011, o país ainda apresenta 7,9% da população analfabeta. Quando se verifica o índice de escolaridade, considerando o ensino superior, observa-se que o país ainda não alcançou nem 50% do número de estudantes

de 18 a 24 anos neste nível. Esses dados são mais preocupantes quando analisamos os dados por regiões e estados do país. Os dados mostram que a região Sul é a que possui mais jovens cursando o nível superior (62,2%) em contraponto com o Nordeste (26,8%). Em paralelo, o Norte onde está concentrado o estudo, figura na 4º posição apresentando somente 10% dos estudantes de 18 a 25 anos de idade frequentando curso superior. Em Paragominas, não há dados disponíveis de matriculados no ensino superior, mas sabe-se que há poucos anos (menos de cinco anos) instalaram-se 2 faculdades na cidade, composta pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e pela Universidade do Estado do Pará (UEPA), porém ainda restritas a cursos conhecidos como “ciências rurais” com algumas exceções (cursos de agronomia, engenharia florestal, letras, matemática, tecnologia agroindustrial, biologia, química, física e engenharia ambiental). Ainda há a opção de ensino a distância oferecido por 3 universidades locais (Grupo Uninter /FACINTER – FATEC; Faculdade AIEC; Universidade Norte do Paraná - Unopar) totalizando assim 5 estabelecimentos de ensino superior. Antes da chegada desses estabelecimentos universitários, os habitantes de Paragominas precisavam se deslocar muitas vezes para cidades vizinhas, que nem sempre apresentavam uma grande oferta de cursos superiores ou ir morar na capital, Belém. Essa opção, no entanto, não era acessível para grande maioria da população, visto que Belém trata-se de uma metrópole e que fica a cerca de 5 horas do município de Paragominas. Assim, cursar uma universidade era limitado a uma pequena parcela da população paragominense.

Apesar de estar localizado na região norte do país, onde é comum possuir dificuldades inerentes a tantos outros municípios dessa região, como problemas de infraestrutura básica e conflitos fundiários, os índices socioeconômicos de Paragominas não são tão críticos como os demais municípios onde tem sido a regra o “boom-colapso”⁴. Talvez esses índices sejam fruto de uma “(...) combinação de investimentos na intensificação do uso da terra (pecuária, cultivo de grãos e reflorestamento), melhoria na gestão pública e entrada em operação da mineração de bauxita com elevados investimentos da mineradora Vale” (PINTO *et al.*, 2009 : p.13)

Analisando o município de Paragominas sob a perspectiva econômica, verificamos que durante a década de 90 a cidade foi o maior pólo produtor de madeira

⁴ Segundo CELENTANO & VERÍSSIMO (2007) A lógica do boom colapso verifica-se que nos primeiros anos da atividade econômica ocorre um rápido e efêmero crescimento na renda e emprego (boom), seguido muitas vezes de um colapso social, econômico e ambiental.

na Amazônia brasileira e que hoje se dedica principalmente à pecuária, ao cultivo de grãos (arroz e milho) e a mineração.

Nas décadas de 1980 e 1990 houve redução dos investimentos públicos em infraestrutura e em outros projetos na região. Porém, a ocupação da fronteira se intensificou com o boom da atividade madeireira associado ao crescimento da pecuária, do agronegócio e da especulação de terras públicas. (CELENTANO e VERÍSSIMO, 2007, p.7)

Embora nas décadas de 1980 e 1990 teve redução dos investimentos públicos em infraestrutura e em outros projetos na região houve melhorias significativas nas décadas posteriores no município de Paragominas. Um exemplo dessa melhoria no município refere-se aos dados do último censo que demonstram que dos 24.967 domicílios particulares permanentes na região, 13.656 (55%) possuem abastecimento de água por meio de rede geral de distribuição (Tabela 2 e 3), o que significa grande avanço quando se verifica que no ano de 1991 somente 830 domicílios, ou seja, 6% deles tinham acesso a este serviço.

Tabela 2: Habitantes por domicílios permanente em Paragominas - 2000/2010		
	2000	2010
População (Hab)	76.450	97.819
Unidades Domiciliares	16.773	24.967
Hab/Unid.	4,56	3,92

Fonte: IDESP, 2013.

Tabela 3: Domicílios particulares permanentes, por forma de abastecimento de água em Paragominas em 1991/2000/2010							
Ano	Total	Abastecimento de Água					
		Rede Geral de Distribuição		Poço ou Nascente na Propriedade		Outra	
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
1991	13.228	830	6%	6.445	49%	5.953	45%
2000	16.773	5.720	34%	9.142	55%	1.911	11%
2010	24.967	13.656	55%	9.621	39%	1.690	7%

Fonte: IDESP, 2013.

Por outro lado, o serviço de esgotamento sanitário adequado através de rede geral de esgoto ou pluvial não obteve grandes melhorias e manteve-se quase inalterado, pois somente 508 domicílios permanentes, ou seja, 2% deles tem acesso a esta infraestrutura frente ao 1% do que era no ano 2000.

Tabela 4: Domicílios particulares permanentes, por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento sanitário em Paragominas nos anos de 1991/2000/2010									
Ano	Total (1)	Existência de Banheiro ou Sanitário							
		Tipo de Esgotamento Sanitário							
		Rede geral de esgoto ou pluvial		Fossa séptica		Outro		Não Tinha	
		Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%	Nº absoluto	%
1991	13.582	-		3.084	23%	6.936	51%	3.562	26%
2000	16.773	186	1%	4.439	26%	10.580	63%	1.568	9%
2010	24.967	508	2%	2.730	11%	21.264	85%	465	2%

OBS (1): Consideram-se inclusive os domicílios sem declaração da existência de banheiro ou sanitário.

Fonte: IDESP, 2013.

Embora os números não sejam tão positivos, Paragominas tem apresentado um pequeno avanço nos índices socioeconômicos e muitos deles têm origem na atividade da agropecuária. Essa atividade é responsável pelo segundo maior número de estabelecimentos com vínculos empregatícios (334 estabelecimentos), só perdendo para o setor de comércio, o que não quer dizer que gere o maior número de empregos na região (Figura 4).

Figura 4: Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios em Paragominas, segundo Setor de Atividade Econômica do Cadastro RAIS 1999-2011

SETOR DE ATIVIDADE	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Extrativa Mineral	2	1	-	-	1	1	1	5	-	-	1	1	3
Indústria de Transformação	130	131	119	127	125	130	155	120	143	138	134	121	117
Serviços Indust Utilidade Pública	6	6	5	6	3	3	4	4	5	6	7	5	6
Construção Civil	8	10	8	5	13	13	19	28	27	42	39	194	197
Comércio	212	220	215	254	275	304	339	369	380	407	423	466	507
Serviços	94	101	101	105	108	132	142	139	182	215	226	244	288
Administração Pública	3	4	3	3	3	3	2	2	2	2	2	3	3
Agropecuária	70	92	108	133	162	210	222	275	301	305	324	316	334
Outros / Ignorados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	0
TOTAL	525	565	559	633	690	796	884	942	1.040	1.115	1.156	1.350	1.455

Fonte: MTE/RAIS
Elaboração: Idesp/Sepof

No entanto, a atividade sofreu forte controle por parte do poder público devido ao combate ao desmatamento ilegal na Amazônia, na qual a atividade da pecuária foi taxada de ser a responsável por cerca de 80% de todo o desmatamento na região. Isso representou uma grande mudança no município, que passou a ser considerado um dos que mais desmatam na Amazônia. Essa mudança causou o embargo de algumas propriedades, ocasionando perda de empregos na região bem como algumas restrições, como acesso ao crédito. Esse período, que podemos chamar de município desmatado, a cidade apresentava altas taxas de desmatamento e não possuía conhecimento sobre suas propriedades. No entanto, após um curto período de tempo, entre 2009, desde que iniciaram as ações de combate ao desmatamento ilegal com apoio de todas as esferas do poder público, juntamente com projetos do terceiro setor, financiado por empresas privadas quando levaram o município a sair da lista de desmatamento do Ministério do Meio Ambiente e posteriormente, ser reconhecida como um Município Verde na região até 2011, quando depois de ganhar este título, algumas fazendas da região iniciaram o Projeto Pecuária Verde, a cidade passou por algumas transformações. Esse processo de transformações no município apesar de ocorrer em um período relativamente rápido trouxe mudanças na prática da atividade da agropecuária local.

2.2 - Paragominas – Um Município desmatado

Para entendermos como Paragominas chegou a ser nomeado como um Município Verde precisamos voltar ao ano de 2007, quando ainda era considerado um município desmatado. Foi neste ano, que o governo federal lançou uma série de

medidas voltadas para o combate ao desmatamento na Amazônia, entre elas o decreto 6.321/07, que entre seus atos administrativos municipalizou o combate ao desmatamento e restringiu o crédito a produtores irregulares e criou a lista dos municípios críticos do desmatamento. Assim, o Decreto 6.321/07 dispõe sobre ações relativas à prevenção, monitoramento e controle de desmatamento no Bioma Amazônia bem como especificação das sanções aplicáveis às condutas e atividades lesivas ao meio ambiente. Entre os seus artigos, o decreto estabelece “ações relativas à proteção de áreas ameaçadas de degradação e à racionalização do uso do solo, de forma a prevenir, monitorar e controlar o desmatamento ilegal.” (art. 1º), o que inclui ações como a do Ministério do Meio Ambiente de editar anualmente a lista de municípios que mais desmatam situados no Bioma Amazônia realizados através da análise da evolução histórica de desmatamento verificada pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais – INPE. Essa lista é então a base do monitoramento da Amazônia, uma vez que municípios inseridos nela sofrerão intervenções por parte dos órgãos não somente ambientais, mas também financeiros e reguladores. Entre as restrições nos municípios inseridos na lista estão a necessidade dos imóveis rurais, a qualquer título, situados nos municípios constantes da lista ser objeto de atualização cadastral junto ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Sendo que as informações solicitadas pelo INCRA constam na sua maioria de dados sobre localização geográfica, coordenadas e perímetro do imóvel rural. Acrescenta-se a isso que na ausência desta informação os imóveis não terão acesso ao Cadastro de Imóveis Rurais (CAR) e aqueles que já o possuem serão cancelados. Outra restrição trata-se da não aprovação de crédito oriundas das instituições oficiais federais à atividade agropecuária ou florestal realizada em imóvel rural que descumpra embargo de atividade.

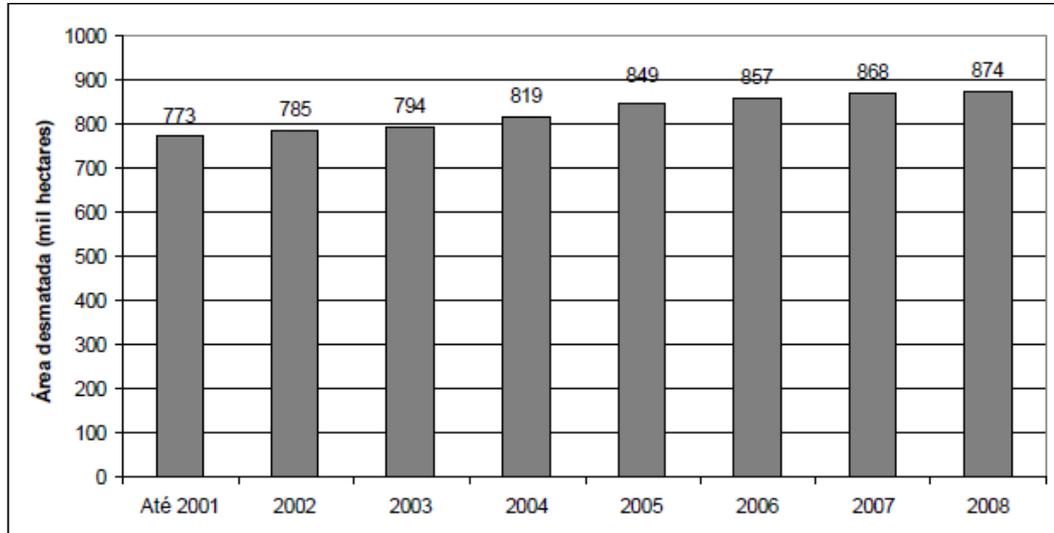
Dessa forma, este decreto publicado em 21 de dezembro de 2007 reúne ações com o objetivo de atualização e monitoramento dos dados cadastrais dos imóveis rurais, que segundo o decreto seria uma forma preventiva para a ocorrência de novos desmatamentos ilegais. Implicitamente trata-se de uma forma de conhecer este território até então desconhecido e esquecido pelo governo brasileiro. A sua vasta extensão combinada com novos surtos econômicos (pecuária, madeira, agrícola, mineração) provoca grande preocupação nacional diante as pressões internas e externas quanto a importância da região na manutenção da biodiversidade e estoques de carbono do planeta.

Destaca-se que esta “atualização” cadastral, embora este termo não ser o mais adequado para esta situação visto que grande parte dos imóveis da região não possuem título da terra e tão pouco informações a respeito dela, representa um grande problema na região: a questão fundiária. Muitos desses imóveis são frutos de situação irregular e não serão atos administrativos presentes neste decreto que fará uma mudança na questão fundiária. Ações como estas somente perpetuaram a lógica de intervenção paliativa. O necessário para esses imóveis rurais seria uma ação de construção desses dados, ou seja, de regularização fundiária desses imóveis. No entanto, ações com o foco de regularização fundiária não estão prevista neste processo, o que poderia reverter a lógica de desmatamento na região e outros problemas decorrentes do acesso à terra.

Assim, no ano de 2008, o governo através do Ministério do Meio Ambiente divulgava pela primeira vez a lista dos que mais desmatavam na Amazônia, no qual constavam 36 municípios. No ano seguinte, em março de 2009, a lista aumentou e chegou ao número de 43 municípios, entre eles Paragominas. Junto a esta ação, Paragominas também foi alvo da operação Arco de Fogo, lançada com o objetivo de coibir o desmatamento ilegal na região Amazônica causado por serrarias ilegais na região. Nessa operação comandada pela Polícia Federal, muitas madeireiras foram vistoriadas, autuadas e embargadas por funcionar sem licença de operação. Essas ações fazem parte de um amplo projeto governamental que busca um novo modelo de ocupação e uso do solo no bioma amazônico.

Na ocasião dessas operações no município, “o desmatamento acumulado até 2008 em Paragominas atingiu uma área de 878 mil hectares, o que corresponde a 45% da área municipal. Cerca de 90% desse desmatamento ocorreu ao longo das décadas de 1970, 1980 e 1990, período em que a pecuária e a exploração madeireira tiveram seu apogeu.” (PINTO et al., 2009, p.33).

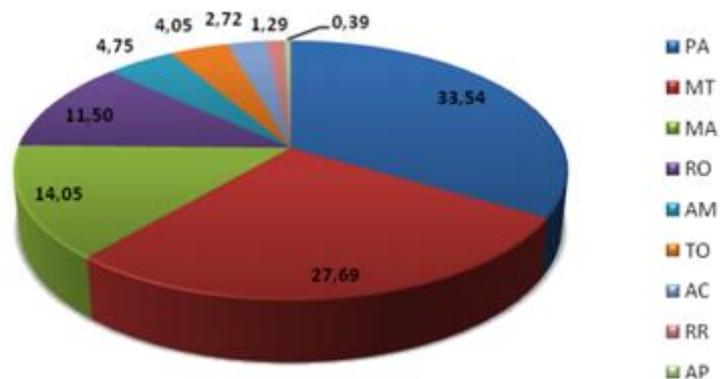
Gráfico 12: Evolução da área desmatada em Paragominas, Pará, de 2001 a 2008.



Fonte: Inpe/Prodes apud Pinto *et. al*, 2009.

Quando esses dados são observados no âmbito estadual, verifica-se que o estado do Pará configura na primeira posição na participação do desmatamento entre os estados da Amazônia Legal.

Gráfico 13: Participação dos Estados da Amazônia Legal no desmatamento da região 2011



Fonte: INPE, 2013 apud IDESP, 2013.

Segundo o IDESP (2013), o Pará continua sendo o estado que mais desmata na Amazônia brasileira, atingindo uma área total desmatada de 251.082, 80 km² em 2011 (PRODES, 2011), o que equivale a 22,15% da sua área original de floresta, e responde por 33,54% do desmatamento da Amazônia Legal.

Assim, embora as ações do Decreto Federal 6.321/07 têm resultado na diminuição dos incrementos anuais nas taxas de desmatamento, não serão somente estas ações, que só trata de forma paliativa a questão do desmatamento ilegal na Amazônia, que trarão de fato mudanças frente ao desmatamento. Para solucionar o problema será preciso intervir nas relações sociais uma vez que a prática do desmatamento na região faz parte de uma prática local já estabelecida entre os habitantes. Logo, para haver mudança nesta perspectiva é necessária uma mudança da relação com a atividade da pecuária, apontada pelos especialistas como a maior causa do desmatamento na Amazônia. É então que se verifica a importância do engajamento de atores locais, como os sindicatos de produtores rurais na busca de um novo modelo de agropecuária. Foi assim, por meio da busca de uma nova lógica de produção rentável, mas também sustentável que surgiu o projeto Pecuária Verde.

2.3 - De Paragobala a Parisgobela

O projeto Pecuária Verde surge em 2011, após a saída do município da lista do MMA. A iniciativa está ligada ao contexto do desmatamento no município, no qual desde o ano de 2007 já havia projetos na região envolvendo o setor público, o terceiro setor e o setor privado⁵. A inovação do Projeto Pecuária Verde, no entanto, foi a inserção de uma entidade de classe, representada pelo sindicato de produtores rurais, no processo de combate ao desmatamento ilegal no município.

Assim, a mudança de status do município de Paragominas de um município desmatado para um município verde ocorre no período anterior ao surgimento do projeto Pecuária Verde. Esse período de transição do status do município será de 2007 a 2010, anos em que houve uma expansão da atuação do setor público, privado e do

⁵ Já havia na região ações de ONGs como o Imazon e TNC que vinham atuando desde a década de 80 no município, financiados por agências de fomento.

terceiro setor na região. Logo, para entender esta mudança na região é preciso voltar e entender este período transitório de Paragominas.

No ano de 2007, conforme mencionado anteriormente, o Governo Federal lança o Decreto 6.321/07 e junto com ele uma série de medidas de combate ao desmatamento ilegal na região. Em paralelo, a Federação da Agricultura e Pecuária do Pará (Faepa) inicia a implantação do Programa de Boas Práticas Agropecuárias (BPA). O programa refere-se a um conjunto de normas e de procedimentos a serem observados e implementados pelos produtores rurais com o objetivo de tornar os sistemas de produção mais rentáveis e competitivos, oriundos de sistemas de produção sustentáveis (EMBRAPA, 2013). A primeira localidade a aplicar este programa foi Paragominas, no qual houve a adesão de 22 produtores, com o apoio do Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas. Estes 22 produtores iniciaram a adequação ao BPA incluindo aspectos trabalhistas (encargos sociais, saúde e segurança do trabalho), ambientais e de produção (por exemplo, currais, cochos adequados).

No ano seguinte (2008), Paragominas esteve ligado a uma série de ações envolvendo a questão do desmatamento na Amazônia. Em fevereiro de 2008, Paragominas foi um dos municípios alvo da operação Arco de Fogo. Na mesma época, o Ministério do Meio Ambiente divulgava pela primeira vez a lista dos que mais desmatavam a Amazônia. Nessa lista, lançada em fevereiro de 2008, constavam 36 municípios. No mesmo mês, o Conselho Monetário Nacional (CMN) aprova restrições ambientais para liberação de crédito rural. O conselho determinou a inclusão de critérios ambientais para a contratação de crédito da safra 2008/2009 no bioma Amazônia. Com isso, houve um aumento no rigor para a liberação de financiamentos para produtores que desmatavam ilegalmente. As restrições de liberação de crédito aos produtores se aplicavam tanto a instituições financeiras públicas quanto privadas. Assim, a concessão de financiamentos, seja de recursos controlados e não controlados do crédito rural para atividades agropecuárias nos 550 municípios que integram o bioma, ficaram condicionadas à apresentação de diversos documentos pelos produtores, entre eles: Certificado de Cadastro de Imóvel Rural (CCIR) vigente e certificado – prerrogativa do decreto 6.321/07, certidão ou licença ambiental vigente do imóvel onde será implantado o projeto a ser financiado e declaração de que não existem embargos vigentes de uso econômico de áreas desmatadas ilegalmente no imóvel. Destaca-se que tais regras para financiamento também se estendia para parceiros, meeiros e

arrendatários. Além disso, a liberação do crédito deveria observar ainda, as recomendações e restrições presentes na lei de zoneamento ecológico-econômico apresentadas no decreto nº 4.297, de 10 de julho de 2002.

As medidas foram tomadas em função do crescimento acelerado do setor agropecuário brasileiro nos últimos anos, como forma de garantir que o desenvolvimento das atividades no campo ocorresse mediante o uso sustentável dos recursos naturais. Posteriormente, como mencionado no 1º e 2º capítulo deste trabalho, houve a entrada de Paragominas para a lista do MMA. Junto com a entrada na lista, veio uma série de restrições somadas as denúncias do Greenpeace da relação entre empresas frigoríficas e o desmatamento ilegal bem como o trabalho escravo na região amazônica. A denúncia levou a entrada do Ministério Público Federal no combate ao desmatamento ilegal na região. Medidas punitivas foram tomadas e termos judiciais foram negociados através de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC, conhecido também por CAC – Compromisso de ajustamento de Conduta). A escolha de aplicação de um TAC no processo de conflito ambiental trata-se de uma das formas mais comuns dentro do direito ambiental, por tratar-se de uma negociação voluntária e consciente, no qual os envolvidos escolhem a forma e o modo de reparação do dano ambiental. No entanto, tal processo na Amazônia não pode ser considerado de todo modo eficaz, uma vez que não houve a inserção de todos os atores envolvidos na cadeia produtiva, somente o elo final: os frigoríficos, que foram inseridos nas ações do MPF. Para uma ação mais eficaz seria necessário envolver também os produtores, no entanto, eles não foram inseridos no processo de mediação do conflito, restando a eles atender as condições impostas pelos modelos punitivos e de controle na região.

As disputas ambientais têm suas peculiaridades: são situações confusas, dinâmicas, envolvendo vários interesses, numa rede intrincada de relações, de informações técnicas e emocionais e podem se desenvolver em um contexto local, regional ou nacional. Os assuntos são complexos e estão inter-relacionados, e, normalmente, implicam valores, percepções e significados diferenciados. (Carpenter, 1996; O’Leary, 1997 apud SOARES, 2010)

Em paralelo aos processos normativos de comando e controle instaurados na região, diversos projetos implantados pelo terceiro setor iniciavam na região frutos de investimentos privados. Dois desses projetos merecem destaque por interferir posteriormente no surgimento do Projeto Pecuária Verde. Esses dois projetos

empreendidos em 2007 foram financiados pela empresa Vale S.A através da sua OSCIP – Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável. Embora não seja parte de interesse de análise deste estudo a ação da empresa na região, é preciso explicar brevemente esses projetos apoiados pelo Fundo Vale para que possamos compreender o contexto histórico de Paragominas.

O Fundo Vale, OSCIP criada pela Vale S.A e pela Florestas Rio Doce em 2007, trata-se de um fundo de cooperação, financiamento e apoio a projetos de conservação, uso sustentável dos recursos naturais e melhoria das condições socioeconômicas no bioma amazônico. No ano de 2009, o Fundo Vale iniciou suas ações no bioma e entre os projetos apoiados constavam a parceria com as ONG's Imazon e TNC. Com ambas as instituições lançou projetos de combate ao desmatamento ilegal no município de Paragominas (mas não restrito somente ao município). Dentre as atividades dos projetos financiadas e apoiadas pelo Fundo Vale em parceria com as ONG's estavam ações que atendiam aos critérios para a saída do município da lista do Ministério do Meio Ambiente, no qual o Imazon ficava responsável pelo CAR entre os pequenos produtores, monitoramento do desmatamento ilegal no bioma e capacitação dos órgãos públicos na ferramenta de monitoramento e na implantação do CAR enquanto o TNC voltava-se para o CAR entre os médios e grandes produtores. Tais ações são importantes de destacar uma vez que estas condições de saída da lista impostas ao município eram difíceis de serem alcançadas somente com a ação pública.

Desde 1988, com a promulgação da Constituição Federal houve descentralização política no entanto, esta descentralização política não foi acompanhada pela descentralização fiscal, o que restringe em certa medida a ação dos municípios e ainda os mantém sob controle da ação do governo federal, principalmente no que tange a repasses financeiros. Esta lógica interfere também quando se trata da resolução de conflitos ambientais em municípios como o de Paragominas, pois entre as dificuldades desse processo de saída da lista do MMA podemos afirmar que figuram a pequena quantidade de servidores dos órgãos responsáveis pelo CAR e monitoramento, no qual na maioria das vezes não possuem conhecimento da ferramenta a ser empregada na realização do cadastramento. Acrescenta-se a isso o fato de alguns empregados serem contratados de forma terceirizada, o que leva a necessidade de treinamentos constantes, uma vez que a mão-de-obra é cíclica.

Mesmo diante das dificuldades impostas ao município, Paragominas avançou no combate ao desmatamento e em 2010 foi o primeiro município a sair da lista do MMA. Para isso alcançou os critérios do MMA, que ocorreu principalmente devido ao trabalho dessas ONG's na região. A situação inédita trouxe uma repercussão não somente estadual, mas também nacional e internacional ao município. O município antes conhecido por *Paragola* – referindo-se aos conflitos madeireiros na região, após a saída da lista passa a ser conhecido como *Paragobela* – fruto da mudança na paisagem do município após a saída da lista e também de outras ações como educação ambiental nas escolas, implantado pela prefeitura.

O município já havia atingido todos os três critérios para a saída da lista, no entanto o desafio estava em manter-se fora dela. O atendimento aos critérios não era suficiente. Além disso, a exposição do município devido o ineditismo acrescido da pressão governamental por tornar Paragominas em “município-exemplo” para os demais na Amazônia fez aumentar o desafio imposto ao local. Já não bastava atender aos critérios da lista e de realizar ações isoladas, como a adoção do BPA por alguns produtores locais, embora de acordo com dados do próprio sindicato, estes 22 produtores ao implantarem este modelo de programa entre os anos de 2007 e 2010, tiveram uma melhoria significativa nas condições das suas fazendas. As notas dessas fazendas subiram, em média, 12,5% e passaram de 72,5 para 81,6 de um total de 100 na avaliação da Embrapa. No entanto, o atendimento dos critérios e o investimento isolado de alguns fazendeiros dificilmente atingiria o objetivo de ampliar a adoção de melhores práticas de pecuária na escala regional e reverter a lógica pecuária-desmatamento. Para a mudança da lógica do binômio pecuária-desmatamento seria preciso mais do que o atendimento a normas legais. A adoção de melhores práticas requer orientação altamente especializada, bem como a capacitação de pessoal local para executar as atividades, tão escassas na região.

Assim, para a efetiva estruturação de um município verde é preciso ir além do que ações pontuais, mas também atuar na mudança da prática local e reverter a lógica do binômio pecuária-desmatamento. Para isso, seria preciso incluir os demais atores sociais envolvidos no processo de combate ao desmatamento ilegal, afinal a mediação e resolução dos conflitos ambientais só são possíveis diante o envolvimento de todos os atores ligados a cadeia da agropecuária, desde os produtores passando pelo mercado e pelos órgãos públicos, no entanto, são justamente os atores diretamente envolvidos, os

produtores rurais, que até o momento estavam de fora das mudanças empreendidas no município. Daí a importância de avançarmos na investigação da entrada desses atores na discussão e busca de novas formas de adoção de prática de pecuária na região e, por conseguinte, analisar como tem sido a sua experiência através do projeto “Paragominas, Modelo de Agropecuária Verde - Adequação socioambiental e produtiva”.

CAPÍTULO 3 - O Projeto Pecuária Verde e o protagonismo do sindicato

Os migrantes tiveram forte influência na ocupação da Amazônia e até hoje compõe grande parte da população da região. Paragominas não seria diferente. A ocupação da Amazônia ocorreu principalmente devido aos estímulos governamentais para uso e ocupação deste território e pela proximidade de asfaltamento de estradas. No primeiro caso, incentivos governamentais facilitaram a concessão de empréstimos a empresas para a exploração da região bem como levou milhares de pessoas para a busca de terras enquanto no segundo caso, provocou fácil acesso a essas terras e, por conseguinte uma ocupação sem ordenamento territorial, resultando muitas vezes em uma economia baseada no boom colapso. O desenvolvimento de Paragominas está inserido nessa lógica empreendida à Amazônia e nesse caso, sofreu forte influência de migrantes com o uso do solo de forma desordenada, baseado principalmente em um ciclo econômico insustentável e predatório através da exploração madeireira e pecuária extensiva.

A migração exerce forte influência no crescimento demográfico regional. Entre 1991 e 2000, a região recebeu cerca de 700 mil migrantes. Em 2000, 4,3 milhões de habitantes (21% da população residente) na Amazônia eram migrantes. Desse total, cerca de dois terços eram originários das outras regiões do país, enquanto um terço veio da própria região (migração intra-regional). (CELENTANO e VERISSIMO, 2007, p.10)

Já a explicação para um maior destaque da atividade da agropecuária na Amazônia se dá principalmente pela produtividade resultante de boas condições agroclimáticas e pelo baixo preço da terra que permite a produção com um investimento relativamente pequeno, ocasionando retorno em curto prazo. Segundo Margulis (apud

ARIMA et. al, 2005), Paragominas seria um dos municípios com maior produtividade na Amazônia devido as condições climáticas adequadas para a produção, como a umidade relativa do ar e a temperatura mais alta que favoreceriam o crescimento mais vigoroso dos capins nessa parte da Amazônia.

No entanto, no longo prazo esse fator aliado a baixos investimentos na terra ocasiona degradação do solo, o que levará a este produtor buscar novas terras para pastagem sem esgotar o potencial total do solo. Neste caso, os produtores buscam novas fronteiras agropecuárias, abrindo novas frentes e levando ao aumento do desmatamento na região, no qual segundo Arima et. al. (2005) “O preço das terras em pastagem na Amazônia foi, entre 1970 e 2000, de cerca de cinco a dez vezes mais baixo que em São Paulo e, em 2002, equivalia de 35% a 65% do preço praticado no Centro-Sul”.

Dessa forma, explica-se a base econômica da Amazônia ser fortemente ligada a atividade agropecuária e o fato desta região ter sido ocupada por pessoas oriundas de outras regiões, o que justifica em parte a ausência de preocupação e cuidado com a terra. Assim, a busca de retorno rápido aliado a facilidade de acesso a terras explica a prática local baseada na atividade de agropecuária predatória. No entanto, a preocupação com a Amazônia e sua importância no cenário mundial de mudanças climáticas estão mudando as ações na região. No entanto, tais ações já parecem refletir na indicação que é preciso mais do que fiscalizar, o que tem levado a alguns setores a buscarem novas formas de atuação, como é o caso da agropecuária.

A Amazônia passou a ser vista, em grande parte, como área a ser preservada na medida em que o novo modo de produzir a valoriza como capital de realização atual ou futura. (...) para os diferentes níveis de produtores, contudo, a natureza é a base para se obter riqueza e melhores condições de vida., assim como para a sociedade brasileira em geral. Se tais conflitos de valores se materializam em intensas disputas por terras e territórios entre 1965-1985, hoje, eles configuram diferentes projetos para o desenvolvimento regional. (BECKER, 2010, p.21)

Assim, neste capítulo buscaremos demonstrar que apesar da lógica pecuária-desmatamento fazer parte da história de ocupação e uso do solo na região há iniciativas que tentam reverter esta situação, como é o caso do Projeto Pecuária Verde, realizado por produtores rurais no município de Paragominas, no Pará. O município através do seu sindicato de produtores rurais inaugurou um novo modo de produzir e realizar a agropecuária através de um projeto que se propõe a ampliar a adoção de melhores

práticas produtivas e ambientais em seis fazendas modelo. A análise deste projeto tem por objetivo verificar se esta iniciativa interferiu na mudança de paradigma na atividade da pecuária bem como tem sido o papel do sindicato no processo de mobilização e os resultados para o município e para sua população.

3.1 - O Projeto Pecuária Verde

O projeto “Paragominas, Modelo de Agropecuária Verde - Adequação socioambiental e produtiva”, também conhecido como Pecuária Verde, foi desenvolvido pelo Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas e contou com o financiamento do Fundo Vale e da empresa Dow AgroSciences. Este projeto teve início em março de 2011 e tem duração prevista para três anos. No entanto, no decorrer do processo e diante atrasos no andamento das atividades, o projeto teve seu término adiado para setembro de 2014.

O projeto propõe apoiar a adoção de melhores práticas em fazendas que sirvam de modelo sustentável para a atividade da agropecuária e disseminar os resultados. Para isso, o escopo do projeto conta com consultores de universidades de São Paulo (Esalq/USP e Unesp), representados respectivamente pelos professores Moacyr Corsi e Mateus Paranhos, para orientar os proprietários nos seus investimentos para aumentar a produtividade das fazendas. O trabalho dos professores como consultores está ligado a dois componentes: 1) Manejo e bem-estar dos animais; 2) Recuperação e manejo de pastagens. O manejo e bem-estar dos animais está sob a orientação do professor Mateus Paranhos, da Unesp, no qual seu trabalho foca nas orientações voltadas para a melhoria das instalações (de maneira que mitiguem o estresse animal) e da capacitação de técnicos e produtores para melhor manejo do rebanho. Já o trabalho do professor Moacyr Corsi, da Esalq/USP, está voltado para o de recuperação e manejo de pastagens, neste caso a orientação será de assistência técnica necessária para melhorar a qualidade dos pastos nas fazendas do projeto. Em ambos os casos, os professores/consultores conduzem todas as etapas do trabalho, incluindo o diagnóstico das fazendas, a elaboração de projeto de melhoria de cada uma; a orientação para implantação das melhorias; o monitoramento mensal da implementação dessas tecnologias; o treinamento de técnicos e produtores em dias de campo e difusão por meio de palestras.

Ao sindicato cabe diretamente administrar o projeto e, por conseguinte, as consultorias e o terceiro componente: a disseminação dos resultados. Como disseminação dos resultados constam produtos de comunicação, palestras e ações, como a produção de relatórios, vídeo descritivo do projeto e seus resultados, meios eletrônicos (site do SPRP), palestras, cursos, dias de campo e participação em reuniões técnicas, todas voltadas para ampliar o conhecimento das técnicas produzidas no projeto.

Para complementar a ação do projeto Pecuária Verde há ainda os componentes de projetos de outras ONG's, que atuam na região, incluindo: a análise de desempenho econômico das fazendas em adequação (Imazon) e a recuperação de Área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) nas propriedades (Esalq/USP e TNC).

Assim, o projeto do sindicato entra no processo de combate ao desmatamento ilegal em Paragominas através da lógica de mudança de paradigma na produção agropecuária. Para isso, foram escolhidas 6 fazendas para integrar o projeto. A escolha dessas 6 fazendas pelo SPRP para serem as “fazendas-modelo” foram aquelas que apresentaram os maiores notas e avanços dentre as 22 que estavam adotando o BPA. No entanto, para aderir ao projeto o proprietário da fazenda precisava se comprometer a fazer todos os ajustes necessários a implantação do projeto, inclusive investimentos financeiros na propriedade quando necessário para a sua melhoria. Diante desta contrapartida, muitos proprietários não quiseram aderir ao processo temendo ser oneroso, além da desconfiança no sucesso do projeto. Desse modo, somente 13 proprietários mantiveram o interesse em aderir ao projeto. No entanto, por questões metodológicas impostas pelos professores/consultores optou-se por trabalhar com somente seis propriedades, no caso as seis primeiras colocadas no BPA. As seis propriedades participantes do projeto são: Marupiara, São Luiz, Rancho Fundo, Teolinda, Bonita e Santa Maria. Essas seis fazendas assinaram um Termo de Compromisso com o SPRP, no qual os produtores concordam em realizar as atividades do projeto em suas fazendas, assim como em disponibilizar as informações necessárias aos técnicos e parceiros envolvidos.

“Buscou-se os proprietários, passou-se para eles a necessidade de investimentos, da demanda e tudo mais. E mostramos a luz lá no final do túnel para eles e como um modelo para os demais. Já tinham uma mentalidade criada nos proprietários. De nada adianta buscar uma propriedade que tenha estrutura, que tenha condições. Mas se não tiver mentalidade, não faz. Porque é aquilo que

eu sempre digo: antes de qualquer mudança dentro da propriedade, tem que haver uma mudança de cultura do proprietário, porque senão não muda." (Fala de um dos proprietários das seis fazendas modelo do projeto).

As seis fazendas escolhidas para aderirem ao projeto, apesar de serem somente seis propriedades, possuem grandes dimensões e totalizam um pouco mais de 14.489 hectares de terra. (Tabela 5).

Tabela 5: Informações das propriedades do projeto Pecuária Verde							
Nome das propriedades	Marupiara	São Luiz	Rancho Fundo	Teolinda	Bonita	Santa Maria	Total:
Proprietário	Mauro Lúcio	Osmar Scaramussa/ Marcus Vinícius (filho)	Pércio Barros	Joaquim Loureiro	Miguel Scaramussa	Lourival Del Pupo/ Gilberto (administrador)	
Área total da fazenda (ha)	4402,9747	1496,02	1081,00	2739,00	1397,00	3373,97	14.489,9647
Área de pastagens (ha)	863,1586	723,33	522,00	960,00	539,00	1604,43	5.211,9186
Rebanho (nº de animais)	1764	1600	1010	3330	715	2.922	11.341

Fonte: SPRP, 2013.

A questão de implantar o projeto na região e nessas fazendas segundo os próprios participantes era uma maneira de solucionar o problema do embargo da carne. Segundo Marcus Vinícius, um dos proprietários da fazenda do projeto, “apesar de saber que estavam fazendo a coisa errada, mesmo assim foi uma surpresa (a entrada para a lista). Como é que vai fazer? Eles deram o problema para gente, mas não deram a solução. Dai que eles se reuniram e pensaram no projeto. Não foi de uma hora para outra.”.

Isso demonstra não somente uma preocupação dos produtores com a questão econômica em si, embora ela seja o principal motivo pela busca desse projeto, afinal o

embargo da carne e a entrada para a lista do MMA teve consequências direta na produção agropecuária com o não acesso a crédito e a financiamentos, mas também buscavam uma diferenciação frente aos demais produtores.

“Fizeram a tal lista que mais desmatavam na Amazônia (...) Sofri muito na pele com isso, inclusive porque eu já vinha fazendo um trabalho diferenciado com integração lavoura-pecuária e em 2008 fui impedido de acessar o crédito no banco a partir do momento que foi exigido para acessar esse crédito o CAR, LAR e o CCIR. (...) a lista prejudicou quem também quem tava fazendo a coisa certa. Ela indiretamente penalizou a todos. Procuramos uma forma de sair dessa lista e na época me candidatei a diretoria do sindicato.” (Fala de um dos proprietários das seis fazendas modelo do projeto).

Dessa forma, verifica-se também um sentimento por parte dos produtores de que o processo de combate ao desmatamento ilegal na região só tem como objetivo penalizar. Para os produtores, ao contrário, não é por meio somente de fiscalização que irá reverter o processo de desmatamento na região. Estas ações somente servem para punir e generalizar o problema. Para um dos produtores do projeto Pecuária Verde “tem que ter multa tem, mas também tinha que beneficiar quem tá certo”. Embora os produtores rurais não questionem o fato de que a pecuária seja um dos responsáveis pelo desmatamento da Amazônia, eles não concordam que ela se mantenha como a grande vilã e seja única e exclusivamente taxada por esta situação no bioma.

“Se você falasse isso na década de 80 eu concordaria, claro. Por que só era mata no estado do Pará e na Amazônia... só era mata. Ou você abria ou você não fazia nada. O que você faria dentro da mata? Dentro da mata não dá para criar nada. Só que hoje eu discordo totalmente disso e eu tiro pela gente, a gente não abre terras por muitos e muitos anos porque não tem necessidade. O que tem aberto hoje dá para trabalhar totalmente. Houve alguns desmatamentos no Pará, mas por conta de outras atividades e não por causa da pecuária em si. A atividade da pecuária não tá desmatando mais nada.” (Fala de um dos proprietários das seis fazendas modelo do projeto).

Assim, fica a impressão de que somente a pecuária seria o vilão da situação do desmatamento ilegal da Amazônia. Para esses produtores, que fazem uma pecuária diferente da lógica do binômio pecuária-desmatamento, não é exatamente esta atividade a vilã do desmatamento na região. Segundo os entrevistados, a atividade da pecuária não pode responder sozinha por esta responsabilidade do desmatamento ilegal na Amazônia, afinal a atividade evoluiu e as mudanças no espaço também se modificaram.

Antes havia incentivos governamentais para ocupar as terras do bioma para fins agropecuários sem preocupação com a terra. A atividade era exercida com baixa tecnologia, de forma predatória e extensiva, que respondia por ocupar a área de fronteira. Logo, falar em desmatamento seria retroceder nesta época, em que prevalecia uma lógica distinta a essa promovida pelo Pecuária Verde, pois hoje o projeto demonstra que é possível aumentar a produtividade usando tecnologias e conhecimento apropriados, mantendo-se a produção nas áreas já abertas.

"Acho que lá no fundo não é exatamente a pecuária. Primeiro foi o incentivo público federal, acho que o maior responsável pelo desmatamento foi esse. Segundo a esse daí, a falta de conhecimento técnico da região para aumentar a produtividade, porque a busca de novas aberturas não é porque quero aumentar a área aberta, é para produzir mais e porque se eu produzo mais em pequenas áreas eu consigo. (...) A pecuária é o malfeitor da história, mas não é. Nós não temos e nem devemos assumir essa culpa sozinho" (Fala de um dos proprietários das seis fazendas modelo do projeto).

Somado a este sentimento há também por parte dos produtores que integram o Pecuária Verde, a vontade de reverter essa imagem negativa da atividade com a experiência do projeto.

"Temos que acabar com essa ideia que a pecuária é desmatamento, pecuária escraviza, que pecuária é isso, que pecuária é aquilo. Não! O projeto mostra baseado nesses três pilares, tem como mostrar para qualquer um, qualquer brasileiro, qualquer gringo que nossa pecuária é sustentável. Então a gente busca a valorização da pecuária e claro, que a gente consiga alguma coisa a mais com isso, em reais, para que a gente consiga vender nossa @. E a gente só vai conseguir fazer isso se a gente fizer volume, não adianta 6 produtorezinhos pequenos, que nós somos, que não vai adiantar nada." (Fala de um dos proprietários das seis fazendas modelo do projeto).

Dessa forma, o projeto busca afirmar que é possível realizar uma forma distinta da atividade agropecuária, na qual haja a busca de bem estar animal e manejo adequado bem como uma melhoria no trabalho na fazenda. O projeto tem por objetivo demonstrar essas melhorias através da realização de uma pecuária intensiva.

Diversos estudos têm demonstrado que a pecuária extensiva possui baixa lucratividade. De fato, a taxa interna de retorno do investimento em pecuária extensiva é inferior a 5%. Somente a pecuária intensiva (pecuária de corte em pastos reformados e com o rebanho sujeito a melhoramento genético) praticada por uma fração dos proprietários consegue melhores taxas internas de retorno (em torno de 15%). (ARIMA E VERÍSSIMO, 2002, p. 10)

Apesar dos produtores afirmarem a necessidade de altos investimentos iniciais para a realização deste tipo de pecuária, principalmente em termos financeiro e de infraestrutura, a insegurança inicial deu lugar a certeza de maiores ganhos e produtividade ao longo da implantação do projeto, o que para eles de certa forma significa a sustentabilidade do projeto, já que o termo “sustentabilidade” significa a sustentação, durabilidade do processo e auto suficiência da atividade. No entanto, o projeto é recente, datado de 2011, logo resultados oriundos das melhorias praticadas pelo projeto ainda não são possíveis de extrair quantitativamente. Além do retorno financeiro, os produtores afirmam que há também um aumento de conhecimento adquirido pelos treinamentos, cursos e palestras promovidos pelo projeto. Esse saldo positivo do projeto relacionado ao conhecimento, no entanto, não ficou restrito aos seis produtores das fazendas escolhidas, há também a participação dos demais fazendeiros locais e peões das fazendas, sejam eles trabalhadores das seis fazendas ou das outras da região. O projeto não é restritivo, ou seja, ele é aberto a todos que desejam aprender. O fato de serem somente seis fazendas trata-se de um recurso metodológico usado nas ciências para melhor controle do experimento, uma vez que a ideia é que essas fazendas depois sirvam de modelo para as demais da região. O desafio está justamente nessa replicação e disseminação do modelo, afinal segundo um dos fazendeiros do projeto, "porque se daqui a cinco anos nós formos efficientíssimos, não será suficiente pra dizer que a pecuária em Paragominas vai mudar a história de novo. Porque só nós não somos representativos. Nós somos lutadores, que vai mostrar o modelo”.

Além dessas atividades, o projeto também previa a instalação de um conselho consultivo de modo que garantisse a transparência e boa governança do Pecuária Verde. O conselho foi inicialmente pensado para ser constituído por diversas entidades envolvidas no processo ao combate ao desmatamento ilegal no município e tinha como objetivo se reunir pelo menos três vezes ao ano para acompanhar as atividades do projeto. Atualmente, as reuniões têm sido somente duas vezes ao ano e conta com a participação de 8 entidades, são elas: Programa Estadual Municípios Verdes (PMV), Semma - Paragominas, Imazon, Prefeitura de Paragominas, Ministério Público Federal, Secretaria de Agricultura – SAGRI, Dow AgroSciences, TNC. Além dos professores da Esalq e Unesp e os produtores. Até o momento já foram realizadas 4 reuniões e todas elas voltadas para acompanhamento do projeto.

Foto 1: Produtores rurais do Pecuária Verde e dos professores/consultores do projeto



Da dir. para esq: Gilberto (administrador da fazenda Santa Maria); Prof Mateus Paranhos; Miguel (Faz. Bonita); Mauro Lúcio (Faz. Marupiara); Prof Moacyr Corsi; Pércio Barros (Faz. Rancho Fundo); Joaquim Loureiro – “Quincas” (Faz. Teolinda); Marcus Vinícius (Filho de Osmar Scaramussa – Faz. São Luiz)

A adesão desses seis produtores ao projeto ocorreu em meio a crise da produção agropecuária na região. Segundo Mauro Lúcio, um dos produtores rurais e presidente do SPRP, a entrada de Paragominas para a lista dos municípios que mais desmatavam significou uma mudança para a região. Segundo ele,

“Foi uma surpresa negativa muito grande. Era uma série de coisas que estavam acontecendo, antes do embargo teve a moratória da soja (...) a questão do embargo em si só veio depois, mas o que assustou foi a operação Arco de Fogo, antes de Paragominas teve em Tailândia, onde está minha fazenda. Passei por duas operações. Foi uma coisa muito difícil. Mais difícil do que isso foi em 2009 com o embargo da carne feito pelo Ministério Público Federal e acredito que foi mais difícil do que as outras porque afetou direto. A entrada da lista foi uma morte lenta e com o embargo foi uma morte súbita, de uma hora para outra.”

E foi justamente por já realizarem boas práticas em suas fazendas e serem diferentes desta lógica pecuária-desmatamento, que este grupo de proprietários resolveu buscar uma forma de difundir essas práticas. Antes mesmo de ter sido iniciado o projeto em 2011, esses seis produtores já investiam em melhorias tecnológicas e produtivas nas suas propriedades. Conforme mencionado anteriormente, eles já faziam parte do Programa de Boas Práticas Agropecuária da Embrapa. Mas para sair desta lista do MMA, que acabava por generalizar todo produtor e penalizava indiretamente até mesmo quem produzia de forma legal, é que esses produtores rurais buscaram a participação no sindicato local.

Segundo Mauro Lúcio, o objetivo era que essa prática fosse difundida entre os demais produtores, afinal “não gostava de ser taxado de estar fazendo algo errado. Queria mostrar para os outros que aquilo que fazia não era o que as pessoas estavam pensando. Daí por isso que fui para o sindicato”.

Pode-se neste caso, concluir que essas externalidades (Operação Arco de Fogo, embargo da soja, embargo da carne, a entrada do município para a lista do MMA) foram decisivas para a composição deste grupo como uma chapa para concorrer ao sindicato local. A chapa formada por esses produtores possui a seguinte composição: Mauro Lucio (hoje presidente do sindicato), Pércio (vice-presidente) e Miguel (tesoureiro). As eleições ocorreram no ano de 2010, quando esta chapa foi vitoriosa. No ano seguinte através da interlocução com os atores locais, principalmente a prefeitura local e as demais ONG's, eles conseguiram o apoio para o seu desejo de difundir boas práticas agropecuárias, com a construção do projeto Pecuária Verde.

3.2 - O protagonismo do SPRP

A construção do projeto Pecuária Verde não possibilitou mudanças somente ao município de Paragominas e do sistema produtivo da agropecuária, mas também trouxe profundas alterações na forma de representação coletiva, como ocorreu no caso do sindicato dos produtores rurais da cidade, exercendo uma modificação nas formas de sociabilidade no meio rural. Embora a atuação dos sindicatos rurais remonte ao início do século passado e reforce a representatividade dos meios de produção rural, houve em

Paragominas certo afastamento desse propósito. Somente com a construção e implantação do projeto pelo sindicato há uma volta desta representatividade da entidade. Segundo Guerra (1999), a história dos sindicatos patronais rurais e cooperativas no Pará existem desde o início do século passado, sendo notável a participação dos pecuaristas nestas organizações desde a década de 40. Embora o trabalho não tenha o objetivo de buscar como os pecuaristas têm se organizado em volta dos seus interesses, o desenvolvimento do projeto Pecuária Verde deixa claro a força deste setor no sindicato de produtores rurais de Paragominas embora esta entidade represente também outras atividades.

Em Paragominas, no entanto, a lógica de organização sindical dos produtores rurais parecia seguir uma lógica distinta da história do movimento. Até a data do projeto, a população somente enxergava a entidade como mero organizador de evento na cidade. Segundo os próprios produtores do projeto, que hoje fazem parte da diretoria do sindicato de produtores rurais de Paragominas, houve uma mudança significativa nas atribuições da entidade.

"O sindicato tinha a filosofia de fazer festa, fazer bonito, chamar a atenção. De uns anos para cá tem mudado, o sindicato tem participado, como um sindicato deve ser, que é gerir um programa desses, um projeto desse, buscar recursos para a atividade, brigar por financiamento, brigar por melhores condições de preço de gado, por qualidade de produto, por tecnologia na produção. Então aí tá o papel do sindicato: representar a classe de uma maneira geral e não fazer festa única e exclusivamente para esta classe." (Fala de um dos proprietários das seis fazendas modelo do projeto).

O projeto tem assim, uma nova funcionalidade, um resultado indireto, até então não mensurável, mas que mostra a preocupação e representação de uma classe frente aos seus interesses. O projeto Pecuária Verde pode ser assim identificado como o indutor dessa mudança social, dando uma nova representatividade a esta entidade. Segundo o próprio presidente do sindicato, o projeto Pecuária Verde permitiu um benefício mútuo: ao passo que permitiu uma credibilidade ao trabalho do sindicato, o projeto também só se realizou por meio da entidade, uma vez que ela representa uma classe. Logo, para Mauro Lúcio o projeto significou um avanço nas relações do sindicato com os seus sindicalizados, uma vez que aumentou a credibilidade e sua representatividade perante a classe de produtores rurais.

“(O projeto) Profissionalizou mais o sindicato e conseguimos mudar a imagem do sindicato para os associados. (...) Quando nós entramos muita gente dizia que o sindicato só fazia a feira. Eu acho que o sindicato a partir desse projeto e desse tipo de trabalho, ele começou a mostrar uma outra visão, uma outra cara, um outro jeito de atuar. Inclusive hoje, o sindicato faz parte de grupos de trabalho do Ministério Público Federal, de grupo de trabalho do PMV do governo de estado, então o sindicato começou a ocupar espaços que realmente são importantíssimos para as atividades rurais porque é dali que vão sair as decisões, definições, os decretos, a legislação. E o sindicato hoje ocupa essa cadeira. (Mauro Lúcio, presidente do SPRP e um dos produtores do projeto Pecuária Verde)

Dessa forma, uma nova conformação da entidade patronal do Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas vem se delineando desde o início do Projeto Pecuária Verde. Assim, esse projeto coloca em destaque o papel do sindicato e de sua representação política frente aos associados, colocando em relevo as aspirações econômicas e reivindicações da categoria.

No entanto, para entender as modificações empreendidas pelo projeto Pecuária Verde no SPRP é preciso entender a história da entidade, que remonta ao ano de 1976, ano de sua fundação, assim como a sua inserção de lideranças nesse projeto.

“Em 8 de setembro de 1951, sob a liderança do deputado José Reis Ferreira, é criada a Federação da Agricultura do Pará – FAEPA, sucedendo à Federação das Associações Rurais do Pará. De 1964 a 1990, as entidades filiadas à FAEPA, assumem a denominação de Sindicatos Rurais, obedecendo à caracterização definida no decreto lei 1.166, de 15 de abril de 1971 que enquadra as categorias econômicas à agricultura. (...) A partir da década de 90, quase todas as organizações patronais rurais criadas no Pará adotam o nome de Sindicato de Produtores Rurais. Da listagem obtida junto a FAEPA, verifica-se como exceção apenas o sindicato de produtores rurais de Paragominas, embora fundado em 20 de março de 1976. O novo nome - Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas – explica-se pela fusão do antigo Sindicato Rural com a Associação Rural, ocorrida em 17 de março de 1997.” (GUERRA, 1999 : p. 4 e 5).

Assim, a atual constituição do sindicato de produtores rurais de Paragominas é recente e data de um pouco mais de uma década atrás. Embora este não seja o propósito deste trabalho, deve-se destacar que tal mudança na nomenclatura do SPRP reflete mudanças para além do nome, mas também uma nova forma de gestão da entidade ao fundir o sindicato rural à associação rural. Isso pode ser explicado pela variedade do significado que a expressão “produtor rural” pode se remeter. Segundo Giuliani (1997),

a categoria “produtor rural” inclui populações muito diferentes entre si e supõe uma série de definições bastante variadas em diversos níveis. No plano da fragmentação espacial, deparamo-nos com os mesmos produtos gerados com técnicas e sob relações sociais as mais diferentes. Quanto à própria denominação das técnicas e meios produtivos, a linguagem varia de região para região. A estrutura produtiva diferencia marcadamente os produtores entre pequenos, médios e grandes; integrados e não-integrados, especializados e policultores etc., inserindo-os em diferentes posições do tecido social e levando-os a diferentes auto-avaliações e, portanto, a uma vasta gama de aspirações e perspectivas. (GIULIANI, 1997, p. 7).

Atualmente, o sindicato conta com 230 associados, embora somente 180 estejam associados ativos, ou seja, efetuam o pagamento da anuidade no valor de R\$ 763,00. Essa taxa de anuidade no ano de 2013 dá como direito aos associados os seguintes itens: defesa da classe dos pecuaristas, através dos diretores; orientação de advogado para qualquer dúvida; departamento pessoal (existe uma pessoa que faz todo esse trabalho com desconto para associado); durante a feira tem estacionamento gratuito e direito a 2 credenciais; desconto no curso de manejo racional que o SPRP realizou este ano.

Verifica-se que com estas ações o sindicato reformula seu papel como entidade de classe, passando a exercer outras responsabilidades para além do que a realização de festas agropecuárias na região. Porém, muito dessas mudanças somente ocorrem a partir de conjunturas políticas ou sociais. Neste caso, a recente modificação no papel do SPRP atribuída ao projeto Pecuária Verde também pode ser atrelada as lideranças que compõem o sindicato.

A delegação de poder no seio do sindicato é associada aos líderes, sejam eles dirigentes eleitos ou autoridades das organizações camponesas. (...) Os líderes são, geralmente, os produtores que têm os meios e a vontade de "correr riscos", ou boas razões para tal. A ação coletiva depende, muitas vezes, da existência de um núcleo de indivíduos particularmente motivados, ativos e interessados. (LAZZARETTIP & SABOURIN, 1999, p. 8)

A liderança exercida por três dos seis produtores rurais do Pecuária Verde levaram a buscar o sindicato para fazer exercer seus interesses em nome de uma classe de produtores. Antes mesmo de comporem a chapa para concorrer às eleições do sindicato no ano de 2010, esses produtores já realizavam melhores práticas agropecuárias. No entanto, o desejo de que outros produtores aderissem ao mesmo propósito, afinal segundo eles próprios sozinhos não poderiam realizar a mudança, que

se propuseram a concorrer ao sindicato. Até então, essas lideranças não haviam pensado no projeto tão pouco que suas ações poderiam mudar a representatividade da entidade.

Atualmente, o sindicato tornou-se uma entidade representativa não somente no setor da agropecuária e no município, mas também no estado. O SPRP hoje faz parte de grupos de trabalho no estado, principalmente no PMV e nas ações com o MPF. Em ambos os casos, a entidade passou a ser ouvida, mas também consultada sobre os assuntos em torno da política agropecuária no estado, mas também no processo de combate ao desmatamento ilegal na região. Essa participação pode ser assim entendida como outro indício da mudança da representatividade do SPRP. Além disso, aponta para uma valorização dos valores rurais, no qual o meio rural e entidades de classe voltam a ser valorizados nas discussões políticas. O planejamento político assim passa a ter um caráter não somente informativo, mas também participativo, no qual o SPRP foi responsável por esta mudança no estado do Pará.

Em grande parte, a representatividade do SPRP foi efetuada pelo projeto, mas também pela liderança de seu presidente, Mauro Lúcio. Segundo um dos produtores, o fato de outros municípios não estarem seguindo os mesmos passos de Paragominas está justamente em não ter conscientização das pessoas sobre o desmatamento. Por outro lado, todos os entrevistados apontam que a participação política local, na figura do ex-prefeito Adnan Demachki, juntamente com o papel do sindicato, não seria possível a mudança no município. Destaca-se, no entanto, neste processo a figura de Mauro Lúcio, a quem os produtores atribuem uma característica de liderança.

Assim, os entrevistados atribuem que a mudança ocorrida no município de Paragominas, representada pela saída da lista do MMA, em parte à população por cobrar das instituições, do próprio poder público representado pela prefeitura da cidade que empreendeu ações para mudar e transformar a paisagem local além do próprio sindicato, principalmente o SPRP. No entanto, esta mudança só foi possível através de imposições colocadas principalmente pelo MPF. Agora, o sindicato deseja reverter essa lógica reativa por parte dos produtores. Não querem mais ser fruto de fiscalização e controle dos órgãos e sim, um modelo para a região e isso está fundamentalmente ligado a mudança na consciência desses seis produtores, mas também ao desejo de diferenciação no mercado da agropecuária. Os fazendeiros participantes do projeto sabem que a concorrência é grande e que melhorias podem trazer não somente benefícios na sua produção, mas uma diferenciação no mercado, no qual o consumidor

tem exigido cada vez mais mudanças para uma cadeia produtiva sustentável. Além disso, cada vez mais tem sido comuns ações contra o desmatamento e contra produtos que vão a favor desta lógica. Assim, o projeto reconhece o valor das florestas e ainda sim continua a realizar a atividade agropecuária.

Reconhecer que as florestas amazônicas ainda não foram completamente valorizadas não é, obviamente, uma razão para banir a pecuária da Amazônia. Mostramos que a pecuária pode ser lucrativa e que a sua intensificação é possível. Na verdade, se toda a área já desmatada para pecuária e que está atualmente abandonada fosse recuperada, as pastagens do Estado do Pará poderiam suportar o dobro do rebanho atual. Isso é possível quando adotamos medidas para manter a cobertura vegetal e a biodiversidade e criamos, ao mesmo tempo, condições que permitam o crescimento da pecuária. O primeiro passo para o desenvolvimento de um modelo alternativo para a ocupação das terras e manejo dos recursos é reconhecer que as áreas florestadas são, provavelmente, muito valiosas para serem convertidas em pastagens e que o setor pecuarista pode continuar crescendo (duplicar), simplesmente através da intensificação da criação nas terras já desmatadas.(ARIMA & UHL,1996 : p. 29)

Assim, como exposto por ARIMA & UHL (1996), esses seis pecuaristas também enxergaram não somente o potencial de diferenciação da sua pecuária no mercado, mas também o potencial da floresta. Segundo um dos produtores do projeto, o maior exemplo do Pecuária Verde para a região e o estado está justamente na “harmonia homem-natureza”. Segundo esse mesmo produtor a influência do Pecuária Verde está em..

“tratar o seu negocio como uma empresa que precisa ser eficiente, precisa ter ganhos, que garanta a sua sobrevivência, entender que o bem mais precioso dessa empresa é a mão de obra, o seu colaborador porque é com o comprometimento deles é que você tem sucesso na sua atividade e que o meio ambiente que tá ali não tem nenhuma necessidade de ser tratado de forma a destruir ou prejudicá-lo.”

Logo, percebe que há uma preocupação com a relação homem e meio ambiente e suas implicações esta relação. De tal forma que neste projeto verifica-se um discurso próximo que Sachs (2009) afirma ao dizer que “o uso produtivo não necessariamente precisa prejudicar o meio ambiente ou destruir a biodiversidade, se tivermos a consciência de que todas as nossas atividades econômicas estão solidamente fincadas no ambiente natural” (p. 32).

Desse modo, demonstra-se que o engajamento e o protagonismo do sindicato na busca de uma mudança na atividade da agropecuária foram essenciais para a mudança do município, no qual a ausência do projeto e da participação deste ator dificilmente seria atingido o objetivo de combate ao desmatamento ilegal na região.

Segundo Becker (2007),

(...) a Amazônia mudou enormemente a partir dos anos 60 do século passado. Ela não é mais a mesma, e, no entanto, persistem imagens extremamente obsoletas sobre a região. Hoje a Amazônia tem 20 milhões de habitantes, uma estrutura produtiva específica, atores decisivos – antigos e, principalmente, novos -, e, naturalmente, *tem demandas próprias*. Não, de fato não pode mais ser vista como mera fronteira de expansão demográfica e econômica nacional. Já é uma região por si mesma. E todos os atores da região (...) todos querem o desenvolvimento sustentável. Mas, como sempre digo, *para cada um deles o desenvolvimento sustentável tem um significado diferente*, de maneira que precisamos acertar os ponteiros. (BECKER, 2007, p. 67, “grifo nosso”)

De fato, a Amazônia desde a sua ocupação na década de 60 aos dias atuais têm passado por um processo de transformação, no qual os atores têm demandado diversas ações voltadas para os seus interesses, no qual se destaca entre eles atores como os sindicatos rurais. Neste caso, como apontado por Becker (2007), surge em meio às discussões sobre desmatamento questões relacionadas ao desenvolvimento sustentável, embora este termo tenha significado bastante distinto para cada ator da Amazônia.

Em entrevista aos 5 proprietários rurais do Pecuária Verde, as 2 autoridades (prefeito e ex-prefeito de Paragominas) e as 2 gestoras do projeto houve o pedido para falar uma palavra que lhes transmitissem o significado de sustentabilidade. Neste caso, todas as respostas foram distintas embora, algumas ideias entre os entrevistados os aproximassem uns dos outros e afastavam outros quanto ao que cada um pensava, demonstrando assim, ideias distintas. Em um polo havia aqueles que identificavam a sustentabilidade como ação que precisa perdurar no tempo e citaram as seguintes expressões para descrevê-la: *durabilidade, continuidade, necessidade*. Em outro polo, havia aqueles que identificaram com ações concretas, indicando a sustentabilidade como *Município Verde e Pecuária Verde*. No outro polo havia quem relacionasse a sustentabilidade com a produção, com expressões de: *Remuneração, Sucesso e Produtividade*. O único caso que foi para um polo negativo da expressão lhe confere um questionamento ao identificar sustentabilidade como *dúvida*. Diante desta variedade de sentidos que a expressão sustentabilidade foi verificada entre os entrevistados, é preciso

de fato “acertar os ponteiros”, conforme cita Becker (2007). Este ajuste é necessário não para uniformizar; homogeneizar o sentido do termo, mas para que todas as partes envolvidas em projetos como o Pecuária Verde entendam qual dentre esses sentidos está sendo considerado no projeto e para que haja assim, um direcionamento dessa busca pelo sustentabilidade.

Neste caso, para o projeto Pecuária Verde a ideia de sustentabilidade acaba por englobar todos esses sentidos expostos pelos entrevistados ao afirmar que tem como objetivo “apoiar a adoção de melhores práticas em fazendas que sirvam de modelo sustentável para a atividade e disseminar amplamente os resultados. (...)” (SPRP, 2011). Neste caso, pressupõe como resultados e ações do projeto melhores práticas produtivas, ambientais e sociais⁶, no qual se busca o aumento da produtividade das fazendas em detrimento da diminuição do desmatamento (sem a necessidade de abertura de novas áreas) aliada a um desejo de melhor remuneração através da diferenciação no mercado.

E de certa forma, a adoção de fazendas modelo foi realizado para demonstrar o sucesso e acabar com a dúvida existente na mudança da lógica do binômio pecuária-desmatamento conferindo assim, a necessidade que ações como o Pecuária Verde se expanda no tempo e no espaço.

O desafio é realmente muitíssimo maior, porque a tendência de produção e de crescimento nem sempre considera, e às vezes até prejudica, a questão social e a questão ambiental. Em face dessas mudanças de demandas e de tendências, é preciso mudar também as ações e os modelos, muitos dos quais também obsoletos. (Becker, 2007, p. 68)

Neste caso, verifica-se a necessidade de superar esses modelos obsoletos de produção instituídos na Amazônia, como é o caso da pecuária tradicional, baseado em ações predatórias e extensivas, e realizar uma transição para um novo modelo baseado em uma pecuária sustentável, verde, assim como propõe o Pecuária Verde.

⁶ No início do projeto em 2011 havia uma preocupação somente com a produtividade (animais) e a parte ambiental. No ano de 2012, surgiu uma necessidade de expandir o projeto para a questão social, o que refletiu na mudança de uma das ações do projeto antes direcionada ao *bem estar animal* e agora, dita como *bem estar na fazenda*. Esta expressão *bem estar na fazenda* tem como objetivo expressar a inclusão dos colaboradores; trabalhadores da fazenda no processo da Pecuária Verde, o que antes não era considerado.

3.3 - O legado do projeto.

Embora o projeto ainda tenha mais um ano para ser concluído, algumas conquistas já foram alcançadas. Entre os avanços mensuráveis do projeto podemos citar a realização de mais de 10 cursos e treinamentos realizados dos mais variados temas - Manejo Racional, Vacinação, Embarque, Desmama, Pesagem, Inseminação Artificial, utilização do Software Multibovinos, Identificação de pontos críticos em currais; o treinamento de 525 pessoas somente no primeiro ano de projeto; 92 visitas feitas as fazendas do projeto - o que representa em torno de 820 dias de campo oriunda da consultoria dos professores; três palestras – Rio +20 e Diálogos Capitais da Carta Capital; cinco intercâmbios a outras regiões para aprender novas técnicas e/ou disseminar o projeto - São Felix do Xingu; Apuí; Novo Repartimento; Acre; integração com as universidades – 125 alunos visitaram as fazendas para pesquisa além de 3 alunos com trabalhos de acompanhamento das fazendas.

Para os produtores participantes do projeto, há muitos avanços além dos citados acima. Eles identificam que além desses avanços, o Pecuária Verde já alcançou o seu objetivo já que é a primeira vez que uma iniciativa como esta está sendo implantada na Amazônia através de um sindicato. No entanto, para os seis produtores é preciso avançar ainda mais, principalmente no que tange a parte ambiental e social do projeto.

“(O projeto) conseguiu avançar, mas acredito que tem que avançar mais. Avançar no aumento de produtividade, na melhoria da realização desse processo. A produtividade é fácil porque tá no bolso, mas o difícil é parte ambiental que agrega a longo tempo. (Fala de um dos proprietários das seis fazendas modelo do projeto).

De fato há uma mudança no sistema produtivo na cidade, fruto em parte das ações tomadas após o embargo da carne na região, no entanto, não é possível afirmar que somente seis propriedades farão uma mudança estrutural no sistema de produção do município e nem este é o propósito do projeto. Segundo Marcus Vinícius, um dos proprietários das fazendas modelo, o grande objetivo do projeto está em “mostrar que a pecuária tem competitividade como qualquer outra atividade. Pode ser agricultura, pode ser reflorestamento, que a pecuária é economicamente viável se adotada as tecnologias e manejo diferente” e isso com o projeto já é possível de afirmar e comprovar. Segundo

Pércio, outro produtor envolvido no projeto, é preciso “mostrar que a pecuária tem sua importância no setor produtivo, no meio rural. Que ela pode competir com a agricultura e silvicultura.”. Neste ponto, todos os envolvidos com o projeto são unânimes em afirmar terem já atingido o objetivo final do Pecuária Verde, mas que desejam ir além desse propósito. A ambição tem uma explicação: as seis fazendas não representam uma mudança de paradigma e sim, um modelo, mostrando que é possível fazer uma pecuária diferente da lógica pecuária-desmatamento, ou seja, uma pecuária que não seja predatória e extensiva. Para isso, ainda há muito que avançar na região. Segundo os próprios participantes, o projeto sozinho não contribuirá para a mudança no município já que é necessário que esse modelo fosse adotado por outras propriedades que compõe a cidade, para que assim fizessem diferença e de fato houvesse uma influência no município.

"A contribuição do projeto para o município já é mais demorado, porque não são essas seis propriedades que vai causar essa diferença no município, nós teríamos que ter muito mais propriedades. (...) É um modelo que tá indo, mas a gente precisaria de mais coisas envolvidas, mais propriedades envolvidas para que a cidade pudesse dizer que nós temos um modelo de pecuária produtiva. Agora dizer que temos uma propriedade produtiva, uma atividade produtiva é complicada, porque a gente não representa quase nada" (Fala de um dos proprietários das seis fazendas modelo do projeto).

Ainda sim, os proprietários envolvidos no projeto acreditam no sucesso do Pecuária Verde pelo seu ineditismo e pelo engajamento dos atores locais em torno do combate ao desmatamento ilegal.

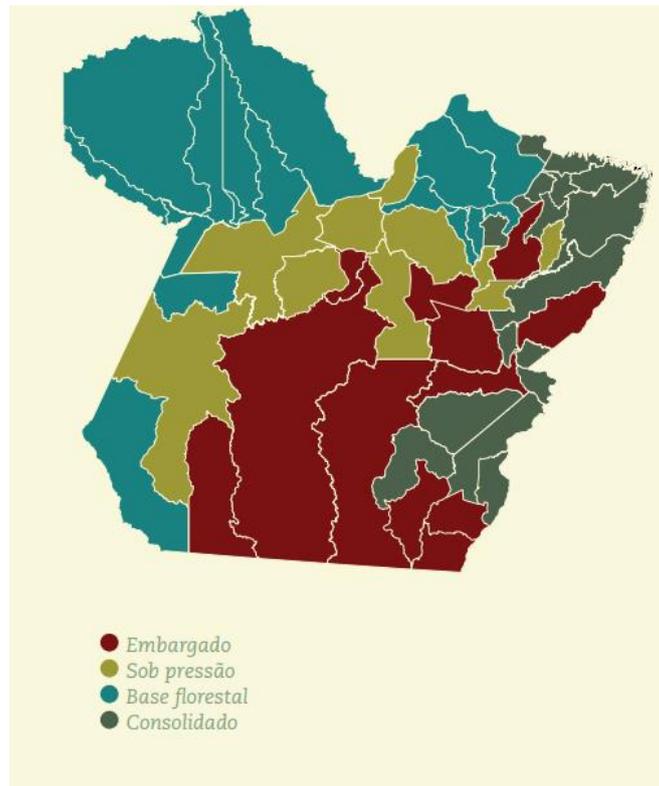
Desse modo, o desafio a ser vencido na cidade de Paragominas está justamente em consolidar este modelo do Pecuária Verde como prática comum do sistema produtivo local. Somente assim, de fato o município avançará na busca pelo desmatamento zero e por uma gestão verde. Para a maior parte dos participantes do projeto, o município ainda está “esverdeando”, conforme uma das falas dos entrevistados. Segundo eles, ainda é preciso consolidar o que está sendo feito, integrando mais propriedades a este modelo do Pecuária Verde, mesmo que não haja praticamente mais desmatamento no município, pois ainda é necessário uma mudança de cultura e que esta seja adotada não somente na agropecuária, mas nas demais atividades locais, ou seja, que avance nas demais atividades produtivas do município.

“Paragominas é hoje diferente do resto do estado, não sei o que significa ser verde. Mas acho que é um município diferente e que fez ações para poder mudar. Agora essas coisas são culturais e não muda da noite para o dia.” (Fala de um dos proprietários das seis fazendas modelo do projeto).

Outro ponto que merece atenção é sobre a importância que o projeto alcançou sobre as políticas públicas. Em 2011, o estado do Pará adotou novas políticas de planejamento regional, no qual originou o “Programa Estadual Municípios Verdes” (PMV), que tem como objetivo possibilitar outro modelo de desenvolvimento no Estado, que concilie o crescimento econômico e a preservação do meio ambiente. A meta do programa é a adesão de 100 municípios até o final de 2013; desmatamento anual menor que 40 Km² em cada município; dinamização da economia local sustentável com agregação de tecnologia e novos investidores; regularização fundiária priorizando os municípios que buscam as metas das premissas; gestão dos resíduos sólidos; promoção de ações de educação ambiental; fortalecimento de órgãos municipais incluindo os sistemas municipais de meio ambiente; modernização da legislação ambiental; produção certificada (responsabilidade ambiental e social – geração de emprego e renda). Para isso, o PMV divide os municípios em quatro categorias: embargados (aqueles que estão na lista do MMA), sob pressão (que estão sob a influência de grandes projetos de infraestrutura e correm o risco de entrar na lista), consolidados (possuem cobertura florestal original menor do que 70%) e de base florestal (com cobertura maior que 70%).

Os municípios embargados têm como foco deixar a lista do MMA. Os considerados sob pressão direcionam seus esforços para atividades econômicas sustentáveis. Já os municípios consolidados precisam investir na recuperação da cobertura florestal, enquanto os de base florestal devem desenvolver um modelo econômico que valorize seus ativos florestais. (Fundo Vale, 2012, p. 20)

Figura 5: Classificação dos municípios do Pará segundo o PMV, 2011.



Fonte: Fundo Vale, 2012.

No caso desta política pública, o PMV dá prioridade àqueles municípios que estão embargados, sob a justificativa que é necessária a saída da lista. Mas é justamente neste ponto que os produtores rurais criticam a ação do governo. Conforme visto anteriormente, é preciso que a adesão seja expandida não somente entre os demais municípios do Pará, mas também haja uma maior adesão dentro do próprio município avançando também para outras propriedades e outras atividades produtivas, ou seja, consolidando o modelo de Município Verde. No entanto, segundo um dos entrevistados, “o estado está implantando isso nos outros municípios, mas quando começa a ser implantado ele começa a sair. É preciso definir metas e estratégias. É preciso consolidar”. Logo, há uma crítica por parte dos produtores rurais em afirmar que a participação do estado é fundamental nessa mudança de cultura no sistema produtivo, no entanto, ele deve ser mais presente e não somente no início do processo, como mero incentivador. É preciso que o estado neste caso seja o elo de apoio a esta mudança, provendo esses municípios de assistência, principalmente no âmbito da regularização

fundiária e de assistência técnica. Afinal, para ser um município verde é preciso ir além do que aderir ao Programa Estadual Municípios Verdes.

Um município verde desenvolve atividades produtivas sustentáveis com baixa emissão de carbono e alta responsabilidade social e ambiental. Na Amazônia, o município verde estimula: (i) a governança local para ampla gestão municipal do meio ambiente; (ii) o manejo florestal; (iii) a intensificação da agropecuária e do reflorestamento; (iv) o uso sustentável e a conservação das funções ecológicas das florestas e remanescentes; e (v) a recuperação de Áreas de Preservação Permanente (APP) e Áreas de Reserva Legal (ARL). Além disso, o município define e executa ações de monitoramento local das atividades produtivas e da pressão sobre a floresta como medida efetiva de combate ao desmatamento e promove a inserção de todos os produtores no Cadastro Ambiental Rural (CAR) e no Licenciamento Ambiental Rural (LAR). Com isso, ele cria bases para a segurança jurídica, o que permite atrair investimentos de qualidade. (GUIMARÃES *et. al.*, 2011, p. 14)

Esse legado da experiência de Paragominas é tão forte em termos estaduais, que esta secretaria é algo novo no Pará e o secretário, Justiniano Netto, trata-se de um cidadão paragomimense. Segundo um dos entrevistados, “se não fosse Paragominas, não teria essa secretaria, nem essa política, nem a mídia saberia disso. Mas Paragominas desfruta pouco disso. Os pecuaristas não estão ganhando nada – em relação a regularização fundiária. Apesar de Paragominas estar mais avançada e ter começado aqui por estar organizada.” A crítica está no fato de que o estado deveria investir mais no município para que de fato ele se mantenha como um modelo para as demais regiões do Pará.

Atualmente, o PMV conta com 90 municípios que aderiram ao Pacto contra o Desmatamento de um total de 144 do estado. No entanto, não basta a adesão e o compromisso se estas cidades não possuem o apoio necessário para efetuar e gerir esta mudança. Até porque a adesão ao pacto trata-se de uma questão de tempo, afinal aqueles que não aderirem a ele estarão afirmando que vão contra a lei, uma vez que muitas ações do PMV baseiam-se no Decreto nº 6.321 de 21 de dezembro de 2007. Além disso, dados recentes disponibilizados pelo Imazon detectaram um aumento do desmatamento em junho de 2013, chegando a 184 Km² na Amazônia Legal em um mês, uma elevação de 437% em relação a junho de 2012. Quando verificado em termos de participação estadual este índice revela que o Pará ainda continua a ser o que mais desmata embora haja o esforço da política estadual. Segundo esses dados, o Pará

desmatou 42% do total, seguida de Amazonas (32%), Mato Grosso (18%) e Rondônia (5%).

Se por um lado, ainda há um desafio na diminuição das taxas de desmatamento na Amazônia, por outro já é possível que perceber que há pequenas mudanças que podem fazer a diferença. Embora a repercussão do Pecuária Verde seja ainda difícil de quantificar visto a recente estruturação do projeto e aplicação nas fazendas modelo, casos como a influência na política pública estadual reafirma a importância do projeto para a região amazônica e até mesmo para o país. Segundo Mauro Lúcio, um dos proprietários participantes do projeto e presidente do SPRP, “por ter sido o 1º município a sair da lista tivemos oportunidades muito boa com isso. Uma delas, que é difícil de mensurar, é como Paragominas é vista no resto do país e do mundo. Isso deu um ganho para a cidade, que é uma autoestima que é de Paragominas”. Isso inclusive é nítido na percepção da cidade, antes identificada como Paragobala pelos conflitos madeireiros e hoje como Paragobela, pela mudança nas suas ações e sua paisagem. Além disso, para efetuar uma mudança de fato e não somente de status seria preciso investir não somente na agropecuária, mas em todas as atividades e na cidade. Para alguns dos entrevistados, quando questionados o que fariam pela cidade caso fossem prefeitos, muitos responderam em criar alternativas e investir em todo o elo produtivo das atividades que compõe o município, bem como atrair indústrias para movimentar a economia local. Para outro produtor, o caminho para a sustentabilidade do município seria...

“(...) buscar meios e alternativas para fazer com que projetos como esse (Pecuária Verde) fossem melhores aplicados e melhor difundidos, com isso a gente aumentando produtividade vem toda a cadeia sequencial. Vem emprego, manufaturados, insumos então a gente faz crescer. Então na área do campo seria isso. Aí vem para associar isso, as condições de trabalho, recursos financeiros, seria regularização de área ambiental. Tudo isso que envolvesse a produtividade no campo. Acredito muito que a produtividade rural é suficiente para dar sustentabilidade ao município desde que esteja agregado a todos os setores.” (Fala de um dos proprietários das seis fazendas modelo do projeto).

Embora os caminhos econômicos prevaleçam nas falas dos entrevistados, há ainda quem aponte a necessidade como melhoria em infraestrutura, tal como o saneamento básico.

Frente a estes desafios, os produtores que participam do Pecuária Verde entendem que o projeto responde pela diminuição do desmatamento ilegal no

município, apesar de reconhecerem a necessidade de expandir o modelo do projeto para as demais propriedades de Paragominas. Eles também afirmam que o projeto tem sido essencial na manutenção das baixas taxas de desmatamento na cidade. No entanto, para que haja uma contribuição para os demais municípios da Amazônia é preciso ir além do que somente replicar este modelo para os outros municípios. Todos os entrevistados acreditam que é necessário um engajamento local, permitindo uma busca de transformação local por meio do poder público, entidades de classe e principalmente a população. Segundo um dos produtores, “a Amazônia é muita gente de fora, que fazia isso fora e vinha para cá e fazia o mesmo. Mas estamos no foco, tá todo mundo olhando, os ambientalistas. Falta as pessoas se conscientizarem, falta gente de pulso, um prefeito forte. Falta conscientização.” Assim, para os entrevistados, os sindicatos também tem papel fundamental neste processo, no entanto, como aponta um deles, “os sindicatos são fundamentais nesse processo, mas se não tiver uma administração pública com esse intuito, com essa vontade não dá. A necessidade tem que surgir dos sindicatos, mas o poder público tem que fazer porque ele pode cobrar.”

Portanto, a administração pública ainda exerce forte influência na mudança e transformação local. No entanto, o sucesso desta mudança só será possível com o engajamento local através de uma sociedade organizada, mobilizada e articulada para este propósito. É neste momento que o sindicato, como entidade representativa de classe, destaca-se no seu papel, por ser o elo dessa articulação entre poder público e sociedade. Para SCHNEIDER *et al.* (2000),

“O governo tem um papel crucial na definição da qualidade do desenvolvimento na Amazônia e na proteção dos interesses da sociedade brasileira. A política governamental deve conciliar: i) os interesses sociais de curto e longo prazo; e ii) os interesses dos diversos atores na sociedade, o que envolve os níveis local, estadual, nacional e global (...). Na ausência de intervenção do governo central, a comunidade terá de decidir por si mesma entre o modelo “boom-colapso” (predatório) e o modelo de desenvolvimento sustentável.” (SCHNEIDER *et al.* , 2000, p.21)

A segunda opção, que indica a ausência do poder público - o que é muito comum na Amazônia, trata-se de uma difícil escolha quando a comunidade em si não tem um ator que articule ações em seu benefício. A ausência do apoio governamental também tem sido um fator chave para a continuidade do modelo boom-colapso na

Amazônia. De acordo com a maioria dos entrevistados, os outros municípios do Pará, que aderiram ao Pacto Contra o Desmatamento, não tem seguido o mesmo caminho de Paragominas e saído da lista rapidamente devido a ausência de um governo atuante assim como, a ausência de um ator local, que auxilie na articulação entre os interesses da população com as ações governamentais, como o sindicato local que pudesse fazer essa articulação dos interesses locais. Neste caso, é fundamental o engajamento local, independente do ator que assumirá o papel de articulador, será preciso também que a população deseje mudar a cultura local. No caso de Paragominas foi fundamental o papel assumido pelo sindicato de produtores rurais, que tomaram para si os interesses da sua classe e buscaram através de apoios externos e internos a solução do problema. Nada disso seria possível se não fosse também a modificação do papel do sindicato, antes resumido a promoção de festas, eventos e hoje voltado à representação da classe, com garantia dos interesses e recursos para a atividade, busca por financiamento, melhores condições de preço de gado, qualidade de produto e tecnologia na produção, como exposto por um dos fazendeiros entrevistados.

E foi este o papel do Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas, o elo entre o desejo de uma parcela da população que aspirava mudanças no município, depois das sanções impostas pelo embargo da carne e da entrada para a lista do desmatamento do MMA, juntamente com o poder público municipal. A partir dos esforços conjuntos do sindicato, do poder público bem como do terceiro setor unidos pela possibilidade de execução e financiamento de projetos de combate ao desmatamento ilegal na região é que foi possível reverter a lógica do binômio pecuária-desmatamento em Paragominas.

4 - Considerações Finais

Segundo boletim do desmatamento do Imazon, lançado em julho de 2013, o desmatamento no período de agosto de 2012 a junho de 2013 teve um aumento de 103%, indo a 1.838 quilômetros quadrados. A maior parte dele ocorreu em áreas privadas (63%). O resto ocorreu em assentamentos de reforma agrária e em unidades de conservação. Entre os municípios críticos do Pará figuram Itaituba, Altamira e Novo Progresso, no Pará. Para ARIMA e VERÍSSIMO (2002),

Para as terras sob domínio privado, a estratégia do governo deve ser assegurar o respeito ao código florestal. E o mais importante, incentivar o uso sustentado da reserva legal através do manejo florestal. Nas áreas abertas, a intensificação da agropecuária deve ser estimulada. O aumento da produtividade da pecuária, cultivos perenes e anuais pode elevar à rentabilidade ao mesmo tempo em que reduz a pressão para o desmatamento de novas áreas. Entretanto, a maioria dos proprietários não tem capital para financiar a intensificação. O governo pode auxiliar esses proprietários a realizar a transição da agropecuária extensiva para o modelo intensivo através dos programas de crédito rural (FNO), assistência técnica e regularização fundiária. (ARIMA e VERISSIMO, 2002, p.19)

Apesar de estudos como o de Arima e Veríssimo (2002)⁷ indicarem que a estratégia do governo em terras privadas, como é o caso das propriedades do Projeto Pecuária Verde, deve ser assegurar o respeito ao código florestal, o mesmo não é visto como uma única opção a se manter o uso sustentável da terra. Isso porque a recente mudança ao Código Florestal tem gerado dúvidas entre os produtores e também aos órgãos públicos que deveriam apoiar a sua implantação.

Ainda sim, assegurar o respeito ao Código Florestal só estaria atendendo a uma lei sem necessariamente prover a sustentabilidade⁸, uma vez que esta lei é fruto de controvérsias sobre sua efetividade na promoção do uso sustentável da terra, principalmente no âmbito do bioma amazônico. No entanto, este trabalho não tem por objetivo discutir o Código Florestal e suas implicações na Amazônia. De fato, este trabalho aponta que atender somente as legislações vigentes não é capaz de promover o uso sustentável da terra, uma vez que a lógica atual é baseada na alta produtividade sem considerar a cadeia produtiva e seus efeitos no bem estar na fazenda, como é o diferencial do projeto Pecuária Verde. Uma das possibilidades para futuros trabalhos seria uma análise dos impactos gerados pelas mudanças no Código Florestal e suas implicações na produção agropecuária.

Outro ponto importante trata-se do desafio de superar os obstáculos referentes no combate ao desmatamento ilegal. Segundo Becker (2007), o desafio está em conciliar a inclusão social aliado a conservação ambiental e crescimento econômico. Dessa forma, há a necessidade de buscar novas ações e modelos, muitos dos quais são obsoletos. Neste sentido, o Pecuária Verde vem atendendo a superação este desafio. Sobre este

⁷ Deve-se ressaltar que o estudo mencionado foi lançado antes das atuais mudanças no Código Florestal e, portanto vislumbrava outro modelo de legislação da terra.

⁸ Considera-se que a sustentabilidade engloba ações para além do atendimento as leis. Trata-se de questões em torno de uma melhoria das ações no âmbito econômico, social e ambiental.

ponto, pesquisas futuras poderão demonstrar como ocorreu esta mudança social voltados para o desejo de inclusão social com conservação ambiental.

Ao passarmos para a análise dos dados recentes disponibilizados pelo Imazon (2013), verificamos que não é verdadeiro afirmar ou indicar a responsabilidade do desmatamento somente a áreas privadas, como é o caso das propriedades do projeto Pecuária Verde, uma vez que os dados também apontam que parte do desmatamento ocorreu em assentamentos de reforma agrária e em unidades de conservação. Neste caso, outra oportunidade de pesquisa futura seria a de analisar o porquê dessas outras áreas serem foco de altas taxas de desmatamento na Amazônia.

No âmbito da discussão sobre a ocupação predatória na Amazônia, Arima e Verissimo (2002) apontam outras duas formas de apoiar alternativas a esta lógica: 1) estímulo a intensificação da agropecuária e o 2) financiamento e/ou créditos, assistência técnica e regularização fundiária por parte do governo, uma vez que a maioria dos proprietários não tem capital para financiar a transição da agropecuária extensiva para o modelo intensivo. Em ambos os casos é possível perceber a necessidade de efetuar a transição de cultura da lógica pecuária-desmatamento baseada no boom colapso para uma pecuária sustentável; verde. No entanto, isso não é possível somente com a ação de políticas públicas, embora a presença delas já poderiam representar um avanço em uma região de vazio não só demográfico mas também de assistências, seja ela de questão técnica ou de processos, como a regularização fundiária. Neste caso, estas alternativas reafirmam a necessidade de práticas semelhantes àquelas empreendidas pelo projeto Pecuária Verde e indicam que a mudança na prática predatória de ocupação do solo na Amazônia só serão possíveis quando houver o envolvimento de toda a população, como as esferas de governo, entidades de classe, bem como outros atores como o terceiro setor e empresas em prol do combate ao desmatamento ilegal. Desse modo, outro possível trabalho envolvendo este assunto seria a investigação da contribuição das ações do terceiro setor em busca da diminuição do desmatamento ilegal na região bem como qual tem sido o papel do setor privado no financiamento dessas atividades.

O mesmo estudo de Arima e Verissimo (2002) destaca que,

“O combate ao desmatamento ilegal deve ser intensificado. Para isso será necessário ampliar a experiência de monitoramento do governo do Estado do Mato Grosso para o resto da Amazônia. Essa experiência consiste em monitorar as propriedades privadas através de imagens de satélite. Dessa maneira, é possível identificar espacialmente as propriedades rurais que possam ter violado

o Código Florestal. Essas violações podem se desmatar além do permitido (o desmatamento em florestas pode ser no máximo 20% da propriedade) ou remover parte da área de preservação permanente (margens de rios, encostas etc.). Finalmente, o governo federal precisa utilizar os instrumentos econômicos como por exemplo, crédito público (BNDES, BASA), para fomentar atividades de uso intensivo do solo (pecuária e agricultura intensiva) e operações de manejo florestal.” (p. 20)

Muitos estudos apontam que a solução para o combate ao desmatamento ilegal seria o aumento do controle e monitoramento, como citado por Arima e Veríssimo (2002) através de imagens de satélite. Embora sejam fatores importantes no combate ao desmatamento ilegal estes ainda configuram-se como uma lógica de comando e controle que deriva em consequências judiciais e penais aos infratores enquanto de fato, o que mudará no longo prazo essa lógica predatória será a mudança de prática local. Aliás, este tem sido um dos objetivos alcançados no projeto Pecuária Verdes e apontados pelos entrevistados. Assim, o controle e a fiscalização, embora sejam fatores importantes, não devem ser as ferramentas chaves neste processo de mudança e sim, meios para o combate ao desmatamento ilegal. Outros importantes fatores devem somar-se a estes como, por exemplo, a “premiação”, ou seja, a diferenciação no mercado de produtos oriundos de propriedades sustentáveis, no qual não há somente a certificação como também diferenciação no valor agregado deste produto. Com isso, estes produtos passariam a ter um valor diferenciado sobre os demais e alcançaria uma importante parcela do mercado preocupada com a sustentabilidade, uma vez que pesquisas apontam que o consumidor brasileiro valoriza mais o consumo consciente e as opções mais sustentáveis, além de ter passado a ser mais exigente em relação à atuação das empresas. O levantamento do Akatu (2012) revela que o comportamento das empresas impacta diretamente na decisão de compra dos consumidores, que destacam cinco aspectos como motivadores de preferência ou admiração por determinadas empresas, no qual o item “Não maltratar animais” é o item mais motivador para 52% dos entrevistados. Logo, projeto como o Pecuária Verde poderia ganhar esse mercado por ter suas ações voltadas para o manejo e bem estar animal entre seus focos.

Por outro lado, embora a diferenciação seja um fator importante no combate ao desmatamento ilegal, este ainda possui entraves como o alto valor da certificação, o que impossibilita muitos produtores a buscar essa ferramenta bem como muitos compradores ainda não valorizarem produtos diferenciados considerando a sua cadeia

produtiva. No entanto, já há iniciativas promissoras neste âmbito como é o caso do caso do mercado Carrefour, que junto com a empresa Marfrig, uma das maiores processadoras de carne do país, no qual a rede de supermercado está colocando neste ano no mercado brasileiro a primeira carne bovina certificada pela Rainforest Alliance, levando em conta 136 critérios sociais, trabalhistas e ambientais ao longo da cadeia produtiva da pecuária. Neste caso, os requisitos para a certificação foram estabelecidos pela Rede de Agricultura Sustentável (RAS), uma entidade internacional que congrega organizações conservacionistas e é detentora do selo "Rainforest". Desse modo, indica-se a necessidade de trabalhos futuros na análise de ações como certificação como diferenciação no mercado e como este fator pode influenciar em consumo consciente e sustentável. Esse é um outro fator que precisa também ser inserido nas ações do projeto Pecuária Verde, já que o projeto não aborda estas questões.

Passando para outro fator importante ao combate ao desmatamento ilegal deveria ser o incentivo governamental através de instrumentos econômicos, como créditos públicos de financiamento da atividade da agropecuária que exigissem premissas de sustentabilidade na concessão de créditos, como é o caso do Programa ABC. Créditos como estes ainda são poucos utilizados, seja por desconhecimento da política ou de poucas opções públicas e também privadas que estimulem a sustentabilidade. Nenhum desses dois outros fatores (certificação e acesso à créditos) têm sido implementado ainda no projeto Pecuária Verde, o que evidencia que o projeto ainda tem necessidades de melhorias e busca de alternativas ao estímulo a uma pecuária intensiva e sustentável.

De fato, o projeto tem apostado na mudança da prática local, o que é um trabalho de longo prazo e de difícil mensuração. Ao longo das entrevistas foi possível perceber que a mudança na prática da agropecuária local trata-se do principal objetivo seguido do aumento da produtividade e rentabilidade das propriedades. No entanto, é uníssono entre os proprietários que 6 fazendas em nada mudará essa lógica a não ser que este seja considerado um piloto de forma a se tornar um caso de demonstração na Amazônia e demonstrar que é possível fazer uma pecuária sustentável. Mas todos afirmam que para que isso ocorra na região será preciso que essa nova lógica instituída pelo Pecuária Verde seja levado para as demais propriedades seja dentro do próprio município de Paragominas quanto para as demais regiões da Amazônia, onde a pecuária é a base da

economia, mas que os produtores do projeto ressaltam, que atendam as particularidades de cada região.

Não se trata, portanto de uma receita nova, mas conhecida entre os estudiosos do assunto, o que falta porém é incentivo e implantação desta nova lógica. Enquanto permanecer a existência de um mercado que estimule o consumo desenfreado sem preocupar-se com a produção dos seus produtos comercializados, uma parcela da população que não estimule a busca de novos meios de produção através da preferência desses produtos diferenciados, de governos que não incentivem através de políticas públicas produções sustentáveis e de produtores que não visualizem uma nova maneira de produção a longo prazo, ainda permaneceremos numa lógica perversa de uso predatório da terra. Não se trata, portanto de um problema somente dos produtores rurais envolvidos na agropecuária, mas de toda uma cadeia envolvida no processo. Talvez seja por isso, que quantificar resultados positivos a um projeto como o Pecuária Verde seja tão difícil, visto que o objetivo vai para além de uma mudança na rentabilidade e produtividade na fazenda, mas também busca a mudança na produção local. Mas isso só é possível se o engajamento envolver os demais atores inseridos no processo.

Assim, para que o projeto alcance seu objetivo geral é preciso não somente o engajamento local, que já foi obtido, mas que ele ultrapasse as fronteiras das seis propriedades inclusas no projeto. Será preciso que novos financiamentos e trabalhos como empreendidos no projeto Pecuária Verde sejam implantados, seja através da iniciativa privada, terceiro setor e/ou governamental. É preciso que outros fatores além dos fiscalizatórios e punitivos sejam adotados na Amazônia senão estaremos envolvidos em um círculo vicioso que não acompanhará o tempo de vida da sustentabilidade do bioma.

Além disso, conforme indicam Celentano e Veríssimo (2007), evitar o ciclo do boom-colapso e o avanço do desmatamento exige medidas de curto e de longo prazo, no qual no curto prazo, os autores apontam para a necessidade de investimentos de maneira diferenciada entre os municípios. Paragominas, que já foi município desmatado, indica-se como medida, a recuperação da base produtiva e a consolidação da agropecuária, do reflorestamento e de outras atividades econômicas. Para isso, os autores citam a necessidade de “melhorar a infraestrutura, estabelecer uma política de crédito, aumentar

o acesso aos serviços sociais (educação, saúde, moradia e saneamento) e promover a regularização fundiária nessas áreas” (p.34).

5 - Conclusão

É possível perceber que há uma mudança em Paragominas, mas isso não significa que ele seja um Município Verde. O que podemos afirmar diante das falas dos entrevistados é que o município está em processo de transição e que entre as variáveis que justifica a saída do município da lista está no envolvimento dos atores locais bem como o apoio de outros setores através do financiamento de projetos na região. Mas para a efetiva estruturação de um município verde é preciso ir além do que ações pontuais e também atuar na mudança da prática local para de fato reverter a lógica do binômio pecuária-desmatamento. Para isso, seria preciso incluir os demais atores sociais envolvidos no processo de combate ao desmatamento ilegal, desde os produtores passando pelo mercado e pelos órgãos públicos. O engajamento dos produtores rurais neste processo se fez de forma recente através do projeto “Paragominas, Modelo de Agropecuária Verde - Adequação socioambiental e produtiva”.

O Projeto Pecuária Verde permitiu, portanto a ampliação da participação no processo de combate ao desmatamento ilegal no município e expansão da corresponsabilidade na resolução deste conflito ambiental. Mais do que a resolução do conflito em si, o projeto permitiu maior participação dos atores locais a partir da construção de um modelo de desenvolvimento local a partir de novas práticas agropecuárias. Este desenvolvimento diferentemente das décadas anteriores e dos demais locais da Amazônia, não foi imposto por nenhum ente governamental ou força exógena, mas sim partiu de lideranças locais. Independentemente se o projeto irá de fato conseguir ao final dele atingir o seu objetivo, já há um avanço constatado na construção desse processo com a inclusão dos atores locais representados pelo sindicato de produtores rurais. Podemos afirmar que a mudança da lógica do binômio pecuária-desmatamento trata-se de um ousado objetivo a ser alcançado na Amazônia, mesmo que em um município de médio porte como Paragominas, afinal o desmatamento está ligado a interesses econômicos e políticos na região. Para mudar esta lógica para além da fronteira municipal será preciso ir além do que mudar a prática extensiva e predatória da

atividade agropecuária, será preciso mudar a lógica nacional de produção. Mas a contribuição do projeto já permite em certa medida associá-lo a mudança local, embora para que isso fosse de fato alcançado fosse necessário alcançar toda a cadeia produtiva e abranger os demais produtores rurais para além das 6 fazendas modelo. O desafio está justamente nesse processo de envolver os demais atores nessa busca de um novo modelo de agropecuária, afinal é preciso ir além de uma produção sustentável, como o projeto tem contribuído, mas também fazer com que os frigoríficos e rede de estabelecimentos comerciais só comercializem produtos agropecuários oriundos de modelos “verdes” ou “sustentáveis”; que os consumidores deem preferência para estes produtos em detrimento dos que não são de propriedades certificadas.

Embora o projeto não tenha atingido toda a cadeia produtiva, mesmo que este não seja o seu objetivo, podemos afirmar que ele merece destaque por estar associado a questão econômica e política, afinal a realização de uma nova agropecuária já traz melhorias na produtividade e influência em políticas públicas. O destaque do projeto está justamente em demonstrar que é possível realizar a atividade da agropecuária sem aumentar a área de pasto (área desmatada) e ainda sim, ter aumento de produtividade. Além disso, a contribuição do projeto vai para além dos benefícios mensuráveis. O projeto Pecuária Verde já merece ser estudado a partir do momento que ele transforma a representatividade do SPRP. O projeto foi um estímulo a mudanças estruturais profundas nesta entidade patronal, que passou a ser de fato uma entidade de classe e de representação política para seus associados.

Assim, podemos afirmar que há uma mudança no município, mas ao mesmo tempo não podemos afirmar que Paragominas seja um município verde. Não será somente com estas ações empreendidas pelo projeto Pecuária Verde que se estabelece um novo paradigma, a mudança só será possível quando as atividades econômicas em todo o município não esteja associada à lógica do desmatamento. Para isso, serão necessários muitos investimentos na região, sejam eles de ordem econômica, política, social, ambiental e cultural. Hoje somente podemos afirmar que Paragominas está caminhando para ser um Município Verde e que o projeto Pecuária Verde é uma variável importante nesse processo, por contribuir na mudança da lógica do sistema produtivo da agropecuária vigente na região amazônica.

Anexos

Anexo 1: A linha histórica do município.



Anexo 2: Ficha Técnica dos produtores rurais participantes do projeto Pecuária Verde

FICHA TÉCNICA – Mauro Lúcio (dono da fazenda Marupiara)

Naturalidade: Governador Valadares, MG.

Escolaridade: 2º grau completo

Profissão: Pecuárista

Origem dos pais: Governador Valadares, MG.

Atividade principal fonte de renda: Pecuária (recria e engorda)

Por que está vivendo na Amazônia: Conhece a Amazônia desde 1975, mas vive desde 1982. O pai tinha fazenda em Paragominas e foi obrigado a ir. Não havia outro lugar com oportunidades e aptidões como o Pará.

FICHA TÉCNICA – Marcus Vinícius (administrador e filho de Osmar Scaramussa, dono da fazenda São Luiz)

Naturalidade: Paragominas

Escolaridade: Ensino Superior - Administração e agronegócio

Profissão: Administrador

Origem dos pais: Espírito Santo

Atividade principal fonte de renda: Pecuária

Por que está vivendo na Amazônia: Por que nasceu na Amazônia e foi criado na Amazônia, não pretende ir embora e isso é um dos motivos de entrar no Pecuária Verde.

FICHA TÉCNICA – Pércio (dono da fazenda Rancho Fundo)

Naturalidade: Aimorés, MG.

Escolaridade: Ensino Superior, Medicina Veterinária (UFRRJ)

Profissão: Produtor Rural.

Origem dos pais: Minas Gerais.

Atividade principal fonte de renda: agropecuária - agricultura soja e milho; pecuária cria, recria e engorda.

Por que está vivendo na Amazônia: O pai comprou a última fazenda em Paragominas. Pretendia fazer engenharia civil, mas diante do ocorrido mudou para o curso de Veterinária.

FICHA TÉCNICA – Miguel (dono da fazenda Bonita)

Naturalidade: Vitória, ES

Escolaridade: 2º grau completo

Profissão: Pecuarista e comerciante

Origem dos pais: Vitória, ES

Atividade principal fonte de renda: Exportação de madeira

Por que está vivendo na Amazônia: 22 anos, desde 1991. O pai possui negócios desde a década de 80 em Paragominas, como filho mais velho foi tocar os negócios da família. O pai dele nunca morou em Paragominas. O negócio do pai era uma serraria (Paragominas).

FICHA TÉCNICA – Gilberto (administrador da fazenda Santa Maria, de propriedade de Lourival Del Pupo)

Naturalidade: Paragominas

Escolaridade: Ensino Superior - Médico veterinário

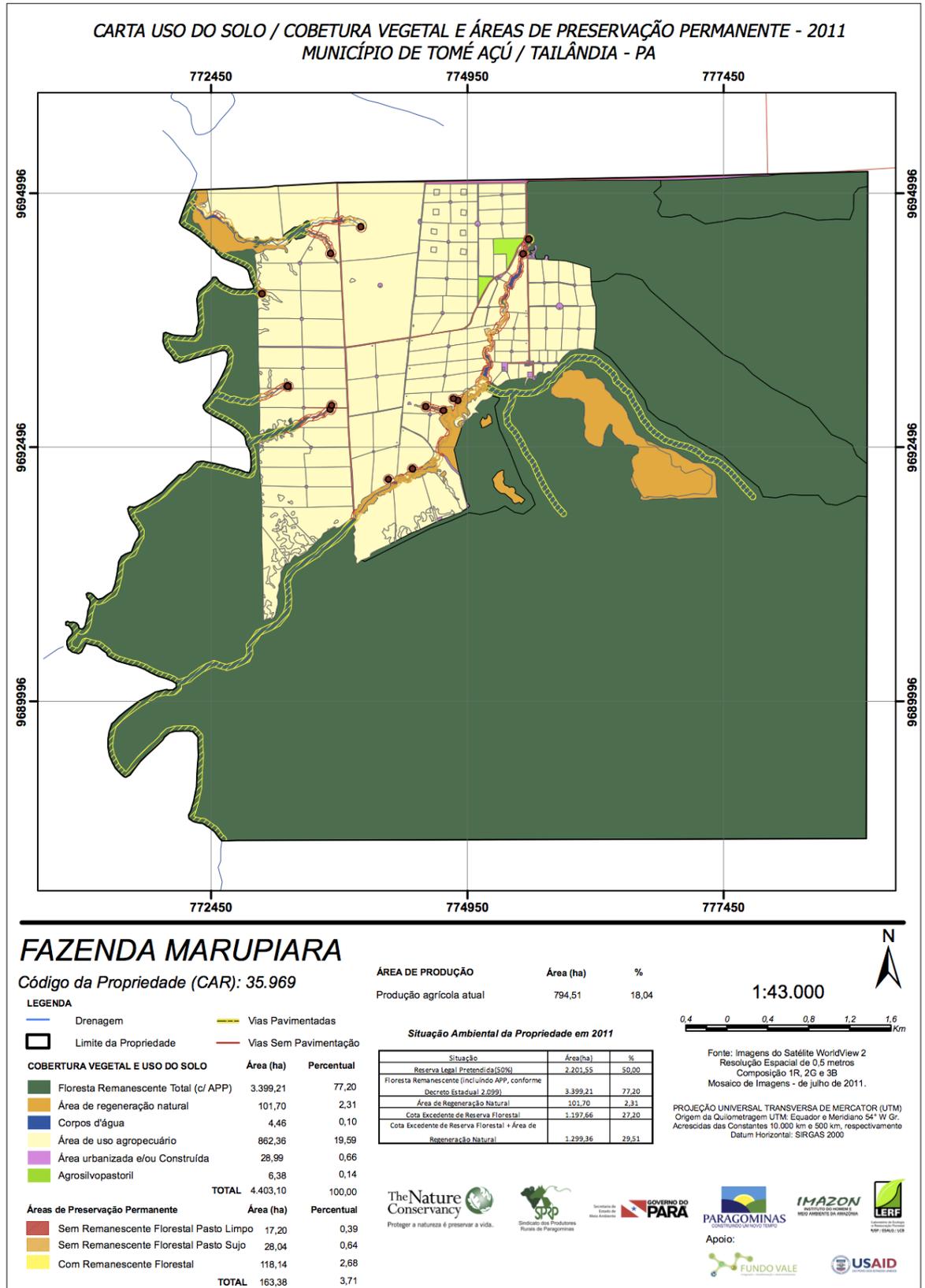
Profissão: administrador e Veterinário

Origem dos pais: Minas Gerais

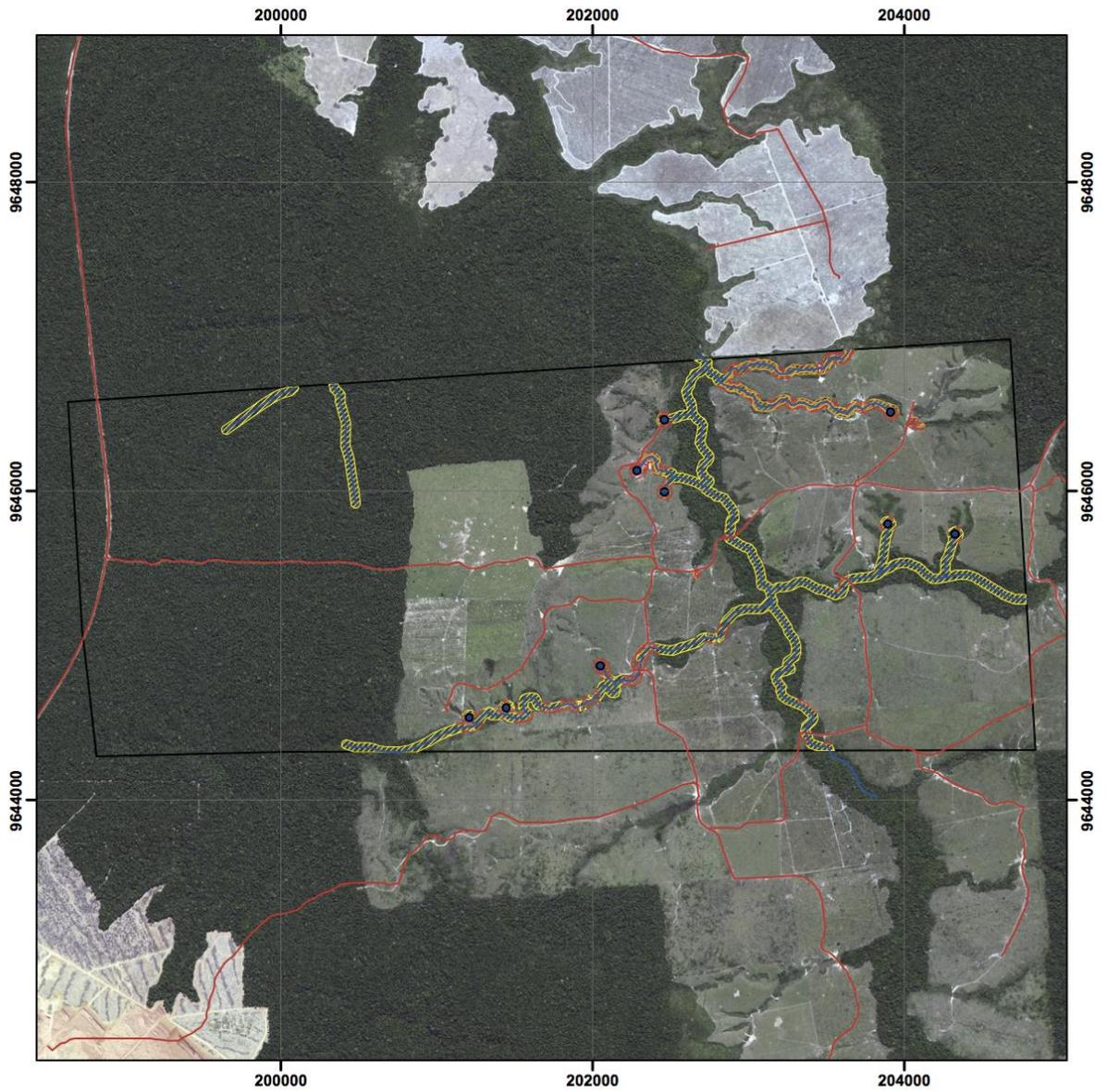
Atividade principal fonte de renda: administração e veterinária.

Por que está vivendo na Amazônia: "Aqui nasci, aqui me criei, aqui criei raízes, minha profissão tá aqui, dentro do que eu faço aqui tem mercado, então junta o lado profissional com o gostar com o prazer...tudo junto"

Anexo 3: Mapa das propriedades



CARTA IMAGEM DE SATÉLITE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - 2011
MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS - PA



FAZENDA SÃO LUIZ

Código da Propriedade (CAR): 40.804

LEGENDA

	Drenagem		Vias Pavimentadas
	Limite da Propriedade		Vias Sem Pavimentação

COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO	Área (ha)	Percentual
	Floresta Remanescente Total (c/ APP)	719,88 48,10
	Área de Regeneração Natural	38,94 2,60
	Corpos d'água	9,43 0,63
	Área de uso agropecuário	711,18 47,52
	Área urbanizada e/ou Construída	17,28 1,15
TOTAL	1.496,71	100,00

Áreas de Preservação Permanente	Área (ha)	Percentual
	Sem Remanescente Florestal Pasto Limpo	8,61 0,58
	Sem Remanescente Florestal Pasto Sujo	14,60 0,98
	Com Remanescente Florestal	63,46 4,24
TOTAL	86,67	5,79

ÁREA DE PRODUÇÃO	Área (ha)	%
Produção agrícola atual	702,57	46,94

Situação Ambiental da Propriedade em 2011

Situação	Área (ha)	%
Reserva Legal - Propriedade (20%)	748,36	50,00
Floresta Remanescente (incluindo APP, conforme Decreto Estadual 2.099)	719,88	48,10
Área de Regeneração Natural	38,94	2,60
Cota Excedente de Reserva Florestal	-28,48	-1,90
Cota Excedente de Reserva Florestal + Área de Regeneração Natural	10,46	0,70

1:35.000

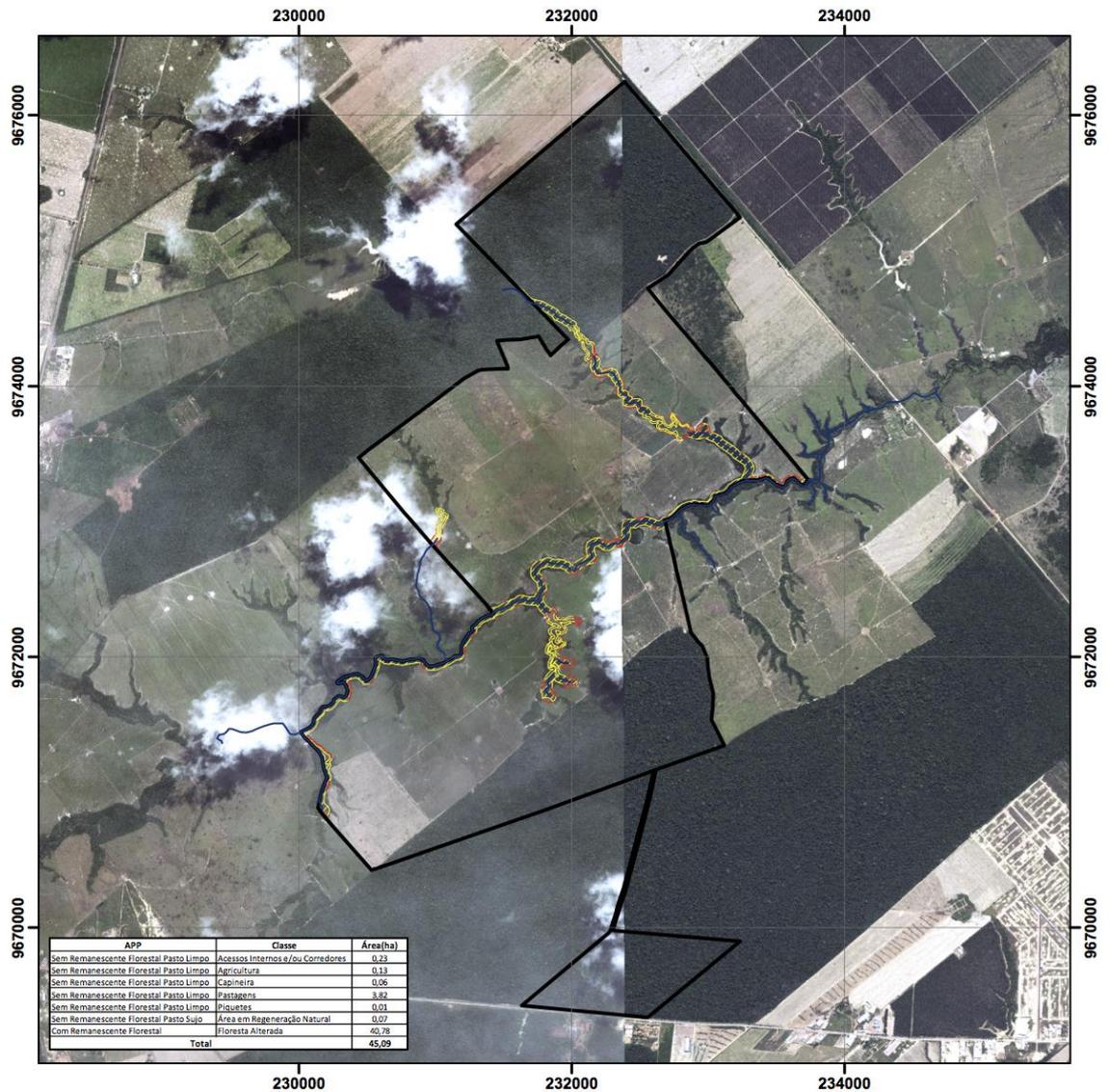


Fonte: Imagens do Satélite SPOT 5
 Resolução Espacial de 2,5 metros
 Composição 1R, 2G e 3B
 Mosaico de Imagens - de julho de 2009.

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM)
 Origem da Quilometragem UTM: Equador e Meridiano 54° W Gr.
 Acreditações das Constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000



ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - 2011
MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS - PA



FAZENDA RANCHO FUNDO

Código da Propriedade (CAR): 10.263

LEGENDA

- Drenagem
- Vias Pavimentadas
- Limite da Propriedade
- Vias Sem Pavimentação

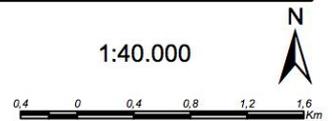
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO	Área (ha)	Percentual
Floresta Remanescente Total (c/APP)	479,26	44,43
Área de regeneração Natural	2,16	0,20
Corpos d'água	4,98	0,46
Área de uso agropecuário	581,95	53,94
Área urbanizada e/ou Construída	10,43	0,97
Reflorestamento	0,00	0,00
TOTAL	1.078,78	100,00

Áreas de Preservação Permanente	Área (ha)	Percentual
Sem Remanescente Florestal Pasto Limpo	4,24	0,39
Sem Remanescente Florestal Pasto Sujo	0,07	0,01
Com Remanescente Florestal	40,77	3,78
TOTAL	45,08	4,18

ÁREA DE PRODUÇÃO	Área (ha)	%
Produção agrícola atual	577,93	53,57

Situação Ambiental da Propriedade em 2011

Situação	Área(ha)	%
Reserva Legal Pretendida(50%)	539,89	50,00
Floresta Remanescente(incluindo APP, conforme Decreto Estadual 2.029/11)	479,26	44,43
Área de regeneração natural	2,16	0,20
Deficit de floresta remanescente(incluído APP, conforme Decreto Estadual 2.029/11)	60,13	5,57
Deficit de floresta remanescente(incluído APP, conforme Decreto Estadual 2.029/11) + Área de Regeneração Natural	57,97	5,37



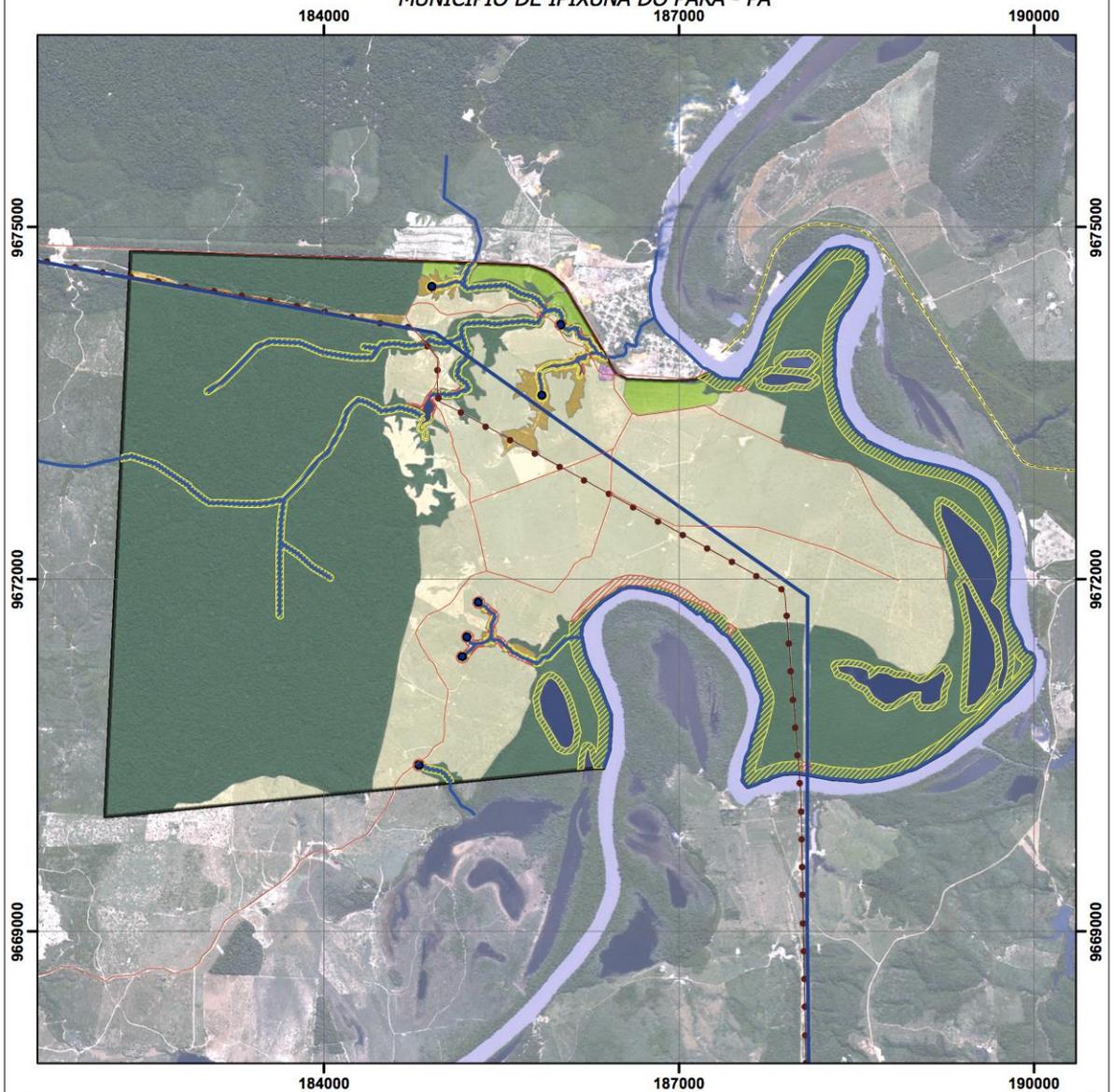
Fonte: Imagens do Satélite SPOT 5
Resolução Espacial de 2,5 metros
Composição 1R, 2G e 3B
Mosaico de Imagens - de julho de 2009.

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM)
Origem da Quilometragem UTM: Equador e Meridiano 54° W Gr.
Acrescidas das Constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente
Datum Horizontal: SIRGAS 2000



CARTA IMAGEM DE SATÉLITE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - 2011

MUNICÍPIO DE IPIXUNA DO PARÁ - PA



FAZENDA TEOLINDA I

Código da Propriedade (CAR): 5.364

LEGENDA

- Drenagem
 - Limite da Propriedade
 - Rede de Alta Tensão
 - Vias Pavimentadas
 - Vias Sem Pavimentação
 - Mineroduto
- COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO**
- | | Área (ha) | Percentual |
|--------------------------------------|-----------------|---------------|
| Floresta Remanescente Total (c/ APP) | 1.595,20 | 57,72 |
| Área de regeneração natural | 48,93 | 1,77 |
| Corpos d'água | 76,55 | 2,77 |
| Área de uso agropecuário | 1.003,31 | 36,30 |
| Área urbanizada e/ou Construída | 1,95 | 0,07 |
| Reflorestamento | 37,81 | 1,37 |
| TOTAL | 2.763,75 | 100,00 |

Áreas de Preservação Permanente

	Área (ha)	Percentual
Sem Remanescente Florestal	17,22	0,62
Com Remanescente Florestal	253,41	9,17
TOTAL	270,63	9,79

ÁREA DE PRODUÇÃO

	Área (ha)	%
Produção agrícola atual	1.023,90	37,05

Situação Ambiental da Propriedade em 2011

Situação	Área (ha)	%
Reserva Legal Pretendida (50%)	1.381,88	50,00
Floresta Remanescente (incluindo APP, conforme Decreto Estadual 2.099)	1.595,20	57,72
Área de Regeneração Natural	48,93	1,77
Cota Excedente de Reserva Florestal	213,33	7,72
Cota Excedente de Reserva Florestal + Área de Regeneração Natural	262,26	9,49

1:45.000

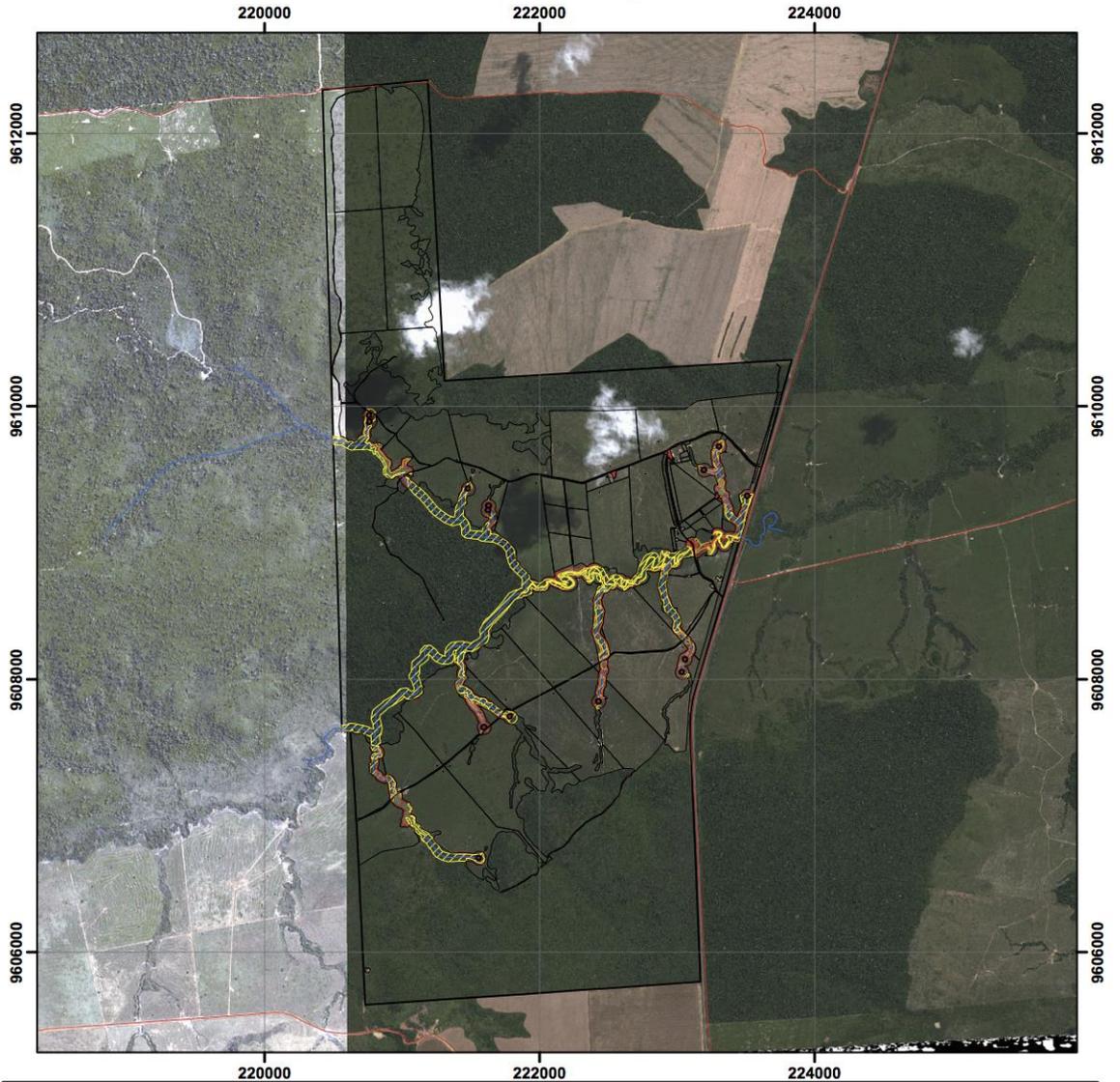


Fonte: Imagens do Satélite SPOT 5
Resolução Espacial de 2,5 metros
Composição 1R, 2G e 3B
Mosaico de Imagens - de julho de 2010.

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM)
Origem da Quiilométragem UTM: Equador e Meridiano 54° W Gr.
Acréscidas das Constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente
Datum Horizontal: SIRGAS 2000



CARTA IMAGEM DE SATÉLITE E ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - 2011
MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS / ULIANÓPOLIS - PA



FAZENDA BONITA

Código da Propriedade (CAR): 27.238

LEGENDA

- Drenagem
- Limite da Propriedade
- Vias Pavimentadas
- Vias Sem Pavimentação

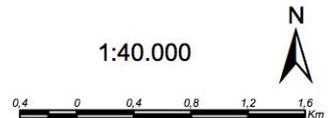
COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO	Área (ha)	Percentual
Floresta Remanescente Total (c/ APP)	578,73	41,19
Área de regeneração natural	109,83	7,82
Corpos d'água / Alagados	6,79	0,48
Área de uso agropecuário	687,42	48,92
Área Urbanizada e/ou Construída	18,82	1,34
Reflorestamento	3,58	0,25
TOTAL	1.405,17	100,00

Áreas de Preservação Permanente	Área (ha)	Percentual
Sem Remanescente Florestal Pasto Limpo	20,50	1,46
Sem Remanescente Florestal Pasto Sujo	8,07	0,57
Com Remanescente Florestal	51,05	3,63
TOTAL	79,62	5,67

ÁREA DE PRODUÇÃO	Área (ha)	%
Produção agrícola atual	670,86	47,74

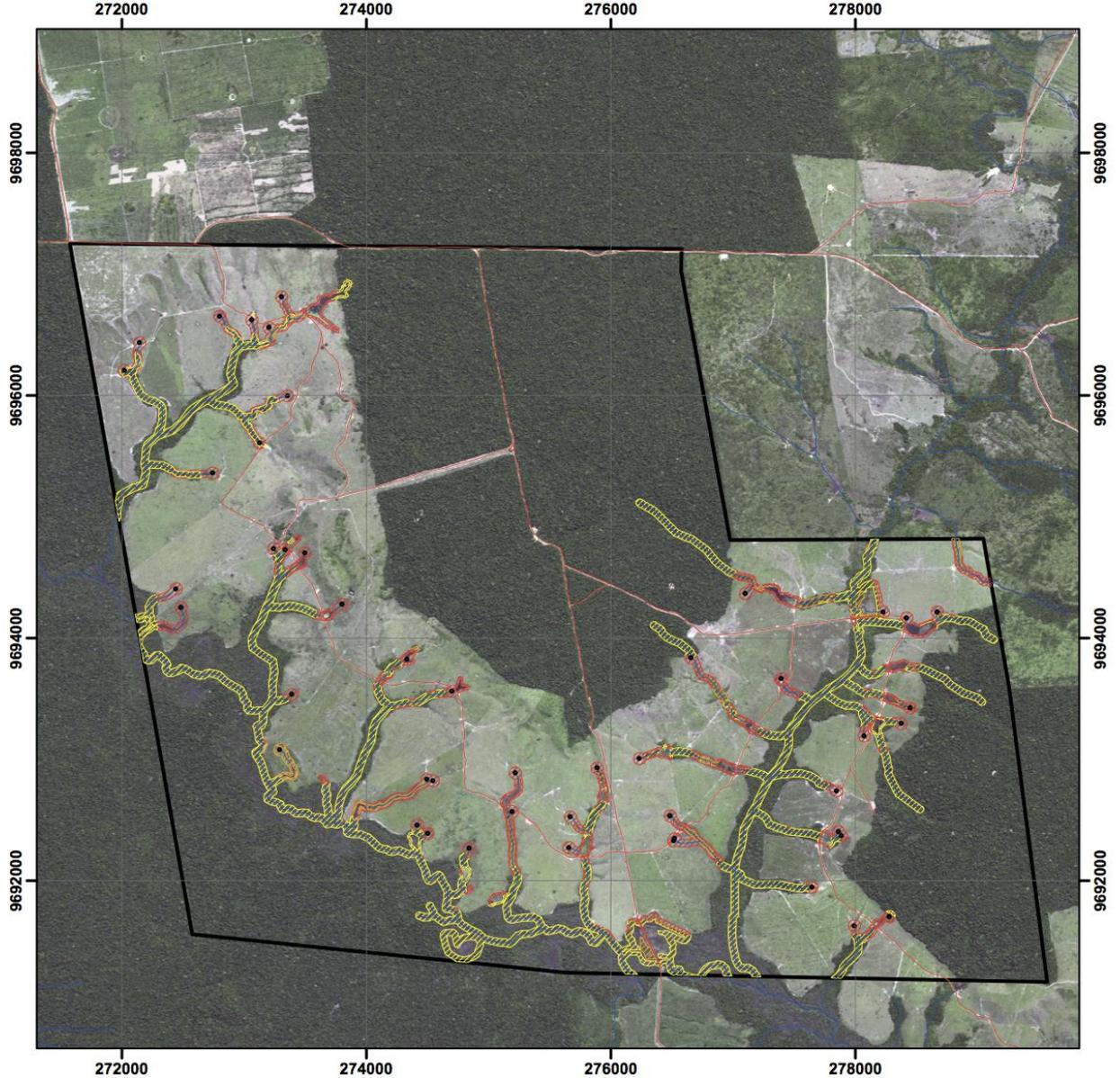
Situação Ambiental da Propriedade em 2011

Situação	Área (ha)	%
Reserva Legal Pretendida (50%)	702,59	50,00
Floresta Remanescente (incluindo APP, conforme Decreto Estadual 2.099)	578,73	41,19
Área de Regeneração Natural	109,83	7,82
Deficit de Floresta Remanescente (incluindo APP, conforme Decreto Estadual 2.099)	123,86	8,81
Deficit de Floresta Remanescente (incluindo APP, conforme Decreto Estadual 2.099) + Área de Regeneração Natural	14,03	1,00



Fonte: Imagens do Satélite WorldView
 Resolução Espacial de 0,5 metros
 Composição 1R, 2G e 3B
 Mosaico de Imagens - de julho de 2011.
 PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM)
 Origem da Quilometragem UTM: Equador e Meridiano 54° W Gr.
 Acrescidas das Constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000

ÁREA DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE - 2011 MUNICÍPIO DE PARAGOMINAS - PA



FAZENDA SANTA MARIA

Código da Propriedade (CAR): 2.180

LEGENDA

- Drenagem
- Vias Pavimentadas
- Limite da Propriedade
- Vias Sem Pavimentação

COBERTURA VEGETAL E USO DO SOLO	Área (ha)	Percentual
Floresta Remanescente Total (c/ APP)	1.969,03	53,59
Área de regeneração natural	38,70	1,05
Corpos d'água	31,61	0,86
Área de uso agropecuário	1.604,42	43,68
Área urbanizada e/ou Construída	30,20	0,82
Reflorestamento	0,00	0,00
TOTAL	3.673,96	100,00

Áreas de Preservação Permanente	Área (ha)	Percentual
Com Remanescente Florestal Pasto Sujo	18,60	0,51
Sem Remanescente Florestal Pasto Limpo	65,38	1,78
Com Remanescente Florestal	206,27	5,61
TOTAL	290,25	7,90

Situação das APP da Propriedade em 2011

APP	CLASSE	Área(ha)	%
Com Remanescente Florestal Pasto Sujo	Abandonada p RL	1,65	0,57
Com Remanescente Florestal Pasto Sujo	Área com Regeneração Natural	16,95	5,84
Com Remanescente Florestal	Floresta Abandonada	206,27	71,56
Sem Remanescente Florestal	Acessos	0,64	0,22
Sem Remanescente Florestal	Cochos de Sal	0,01	0,01
Sem Remanescente Florestal Pasto Limpo	Pastagens	64,75	22,31
Total		290,22	100

Situação Ambiental da Propriedade em 2011

Situação	Área (ha)	%
Reserva Legal Pretendida(50%)	1.836,98	50,00
Floresta Remanescente (incluindo APP, conforme Decreto Estadual 2.099)	1.969,03	53,59
Área de Regeneração Natural	38,70	1,05
Cota Excedente de Reserva Florestal	132,05	3,59
Cota Excedente de Reserva Florestal + Área de Regeneração Natural	170,75	4,65

1:45.000



Fonte: Imagens do Satélite World View 2
Resolução Espacial de 0,5 metros
Composição 1R, 2G e 3B
Mosaico de Imagens - de agosto de 2011.

PROJEÇÃO UNIVERSAL TRANSVERSA DE MERCATOR (UTM)
Origem da Quilometragem UTM: Equador e Meridiano 54° W Gr.
Acrescidas das Constantes 10.000 km e 500 km, respectivamente
Datum Horizontal: SIRGAS 2000



Apoio:



Anexo 4: Roteiro de entrevistas

Nome completo:

Contato (telefone e e-mail):

Idade:

Naturalidade (estado e cidade):

Escolaridade:

Profissão:

Tempo de vivência na Amazônia:

Escolaridade do pai:

Escolaridade da mãe:

Possui filhos? Se sim, quantos?

Qual idade?

Vivem com quem e onde?

O que você espera para o futuro dos seus filhos? Qual o seu desejo?

1. Por que você está vivendo na Amazônia?
2. Qual a atividade representa a sua principal fonte de renda hoje?
3. Quantas fazendas você tem?
4. Qual dessas fazendas está no projeto Pecuária Verde?
5. Quais as atividades praticadas nas suas fazendas? E especificamente na fazenda participante do projeto?
6. Quantos hectares e cabeças de boi você possui na fazenda participante do projeto? É a sua maior fazenda?
7. Como foi para você saber que a sua cidade havia sofrido o embargo da carne em 2008? O que isso influenciou na sua vida?
8. Por que e o que levou você a aderir ao projeto Pecuária Verde?
9. Como você tem participado do projeto?
10. Para você qual é o objetivo do projeto?
11. Qual é a sua maior expectativa com o projeto?
12. Em sua opinião, qual a maior contribuição que o projeto tem para você e para sua fazenda? E para a cidade?
13. O que o projeto te demandou em investimento em termos de dinheiro e tempo? Houve mudança? Como você avalia isso?
14. A fazenda que participa do projeto é a sua fazenda mais rentável economicamente?

15. Quanto ao projeto em si, você acha que tem algum desafio a ser vencido? Se sim, qual?
16. O que o projeto ainda não conseguiu fazer e que você espera que aconteça?
17. E em se tratando de oportunidades, há alguma que você destaque no projeto? Por quê?
18. Qual nota que você daria para o projeto hoje? Por quê?
19. Você vê alguma mudança no município por conta do projeto Pecuária Verde? Se sim, enumere algumas e explique-as.
20. Em caso afirmativo da resposta acima, a quem ou ao que você atribui essa mudança no município? Quem é ou são os atores responsáveis por essa mudança?
21. Para você, qual o papel do Sindicato de Produtores Rurais de Paragominas (SPRP) neste projeto? Após a implantação do projeto o que mudou na instituição?
22. Há uma afirmação de que "O modelo adotado pelo PMV, no Pará, foi inspirado na experiência do município de Paragominas", qual a sua opinião sobre isto? Há ou não uma inspiração no município? Em caso afirmativo, como você vê essa influência do projeto na política pública do estado (PMV)?
23. Comente sobre esta frase: "A pecuária é responsável por cerca de 80% de todo o desmatamento na região Amazônica". Você concorda que a pecuária é o grande fator do desmatamento? Por quê?
24. O que você acha que pode ser feito em Paragominas para diminuir o desmatamento? Você acha que esta solução cabe a toda a Amazônia?
25. Você acha que o projeto responde por essa busca de diminuição do desmatamento no município? O projeto é suficiente ou será preciso algo mais?
26. Qual a sua opinião sobre levar este modelo para todas as outras regiões da Amazônia?
27. Se você fosse prefeito por um dia em Paragominas, o que você faria pela cidade?
28. Para você porque Paragominas diferentemente das outras cidades saiu da lista do MMA em tão pouco tempo?

29. Na sua opinião porque outros municípios do Pará que aderiram ao Pacto do Desmatamento não tem seguido o mesmo caminho de Paragominas e saído da lista? Quais são os obstáculos para isso? Há algo que os sindicatos locais possam fazer para reverter esta situação de forma que este processo ocorra de forma mais ampla e rápida?

Fale a primeira palavra que vem a sua mente quando eu mencionar as palavras:

- Sustentabilidade -
- Fazenda -
- Pecuária -
- Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas -
- Desmatamento -
- Pecuária Verde -
- Paragominas –
- Município Verde –
- PMV -

30. O projeto pecuária Verde é sustentável? Por quê?

31. O projeto Pecuária Verde volta-se para a ampliação da adoção de melhores práticas produtivas e ambientais em seis fazendas modelo. Cite como tem avançado em cada um desses campos através de exemplos.

32. Na época do embargo à cidade foram efetuadas diversas restrições ao município. Houve alguma mudança nessas restrições com a saída da lista do município do MMA e com a implantação de projetos como o Pecuária Verde? Se sim, quais?

33. Paragominas é um município Verde? Por quê?

OBS: Algumas adaptações foram feitas nas perguntas para que se adequassem a cada grupo de entrevistados (participantes do Pecuária Verde; gestoras do projeto, autoridades)

Referências bibliográficas

ALIER, Joan Martínez, *O ecologismo dos pobres*. S. Paulo: Contexto. 2007

ALMEIDA, Oriana Trindade de; UHL, Christopher. Identificando os Custos de Usos Alternativos do Solo para o Planejamento Municipal na Amazônia. IN: MAY, Peter H. *Economia Ecológica: aplicações no Brasil* / May, Peter H. – Rio de Janeiro: Campus, 1995.

ARIMA, E; VERÍSSIMO, A. (2002). *Brasil em ação: ameaças e oportunidades econômicas na fronteira Amazônia*. Belém: IMAZON, 2002.

ARIMA, Eugênio; BARRETO, Paulo; BRITO, Marky. *Pecuária na Amazônia: tendências e implicações para a conservação ambiental*. Belém: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2005.

ARIMA, E; UHL, C. (1996). *Pecuária na Amazônia Oriental: desempenho atual e perspectivas futuras*. Belém: IMAZON (Instituto do Homem e do Meio Ambiente na Amazônia), 1996.

BARRETO, Paulo; SILVA, Daniel. *Como desenvolver a economia rural sem desmatar a Amazônia?* – Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (IMAZON), 2013.

BECKER, Bertha K. *Geopolítica da Amazônia*. Estudos Avançados, nº 19, 2005.

_____. *Amazônia*. Editora Ática. 2º ed. São Paulo, 1991.

_____. *Novas territorialidades na Amazônia: desafio às políticas públicas*. Bol. Mus. Para. Emílio Goeldi. Cienc. Hum., Belém, v.5, n.1, p 17-23, jan – abr. 2010.

_____. *Geopolítica da Amazônia: A nova fronteira de recursos*. Editora Zahar. Rio de Janeiro, 1982.

CARRER, C. da C. et al. *Alguns Aspectos da Política Creditícia e o Desenvolvimento da Pecuária de Corte no Brasil*. Ciênc. agrotec., Lavras, v. 31, n. 5, p. 1455-1461, set./out., 2007

CELENTANO, Danielle; VERÍSSIMO, Adalberto. *O avanço da fronteira na Amazônia: do boom ao colapso*. Belém, PA: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia, 2007.

COMISSÃO MUNDIAL DE MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO. *Nosso Futuro Comum*. Rio de Janeiro: FGV, 1987.

IBGE, (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Pesquisa da Pecuária Municipal 2011. Disponível em:
ftp://ftp.ibge.gov.br/Producao_Pecuaria/Producao_da_Pecuaria_Municipal/2011/ppm2011.pdf
Acesso em Novembro/2012.

GREENPEACE-Brasil. Relatório “A Farra do Boi”. São Paulo. Junho de 2009.

GUERRA, G. A. D. . Sindicatos patronais rurais X sindicatos de trabalhadores rurais do Pará: novas estratégias de representação política. *Fragments de Cultura (Goiânia)*, GOIANIA, v. 9, n.6, p. 1409-1427, 1999.

GIULIANI, Gian Mario. A profissionalização dos produtores rurais e a questão ambiental. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 9, outubro 1997: 102-126.

GUIMARÃES, J., Veríssimo, A., Amaral, P., & Demacki, A. *Municípios Verdes: Caminhos Para a Sustentabilidade* (p. 156). Belém, 2011. Imazon.

HECHT, Susana B. *The Ecologist*, vol.19 n.6 November/December. 1989

LALANDA, piedade. Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica. *Análise Social*, vol. XXXIII (148), 1998 (4º), 871-883.

LAZZARETTIP, Miguel Ângelo e SABOURIN, Eric. Representação e construção da ação coletiva nos sindicatos rurais. UFPB-CH, DAS-MS Artigo apresentado ao 37º Congresso da SOBER, agosto de 1999, Foz de Iguaçu-PR

MACHADO, Lia Osório. A fronteira agrícola na Amazônia brasileira. s/d. [s.l]

MARGULIS, S. (2003). *Causas do desmatamento na Amazônia Brasileira*. Brasília: Banco Mundial, 2003.

MARTINS, Heloisa Helena T. de Souza. Metodologia qualitativa de pesquisas. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.30, n.2, p. 289-300, maio/ago.2004.

PICOLI, Fiorelo. *O capital e a devastação da Amazônia*. Editora expressão Popular. São Paulo, 2006.

PINTO et. al. Diagnóstico Socioeconômico e florestal do município de Paragominas. Relatório Técnico. Belém/Pará: Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia - Imazon. 65 p.

PORTILHO, Maria. “*Consumo verde, consumo sustentável e a ambientalização dos consumidores.*” IN: 2º encontro da ANPPAS (Associação Nacional de Pós- Graduação e Pesquisa em ambiente e Sociedade), 2004, Indaiatuba – SP. Anais do 2º Encontro da ANPPAS, 2004. Disponível em: www.uff.br/lacta/publicacoes/artigoFatimaPortilho.doc

ROMEIRO, A. Economia ou economia política da sustentabilidade. In: May, P.

(org.) Economia do meio ambiente: teoria e prática. 2a Edição. Rio: Elsevier/Campus, 2010, p. 3-32.

SACHS, I. Caminhos para o Desenvolvimento Sustentável. Coleção Ideias Sustentáveis. CDS-UNB. Editora Garamond. Rio de Janeiro. 2009.

SCHNEIDER, R. et al. (2000). Amazônia Sustentável: limitantes e oportunidades para o desenvolvimento rural. Brasília: BANCO MUNDIAL; Belém: AMAZON, 2000.

SMERALD, R. e MAY, P.H. O reino do gado: a nova expansão da pecuária na Amazônia brasileira. Amigos da Terra-Amazônia Brasileira, São Paulo, 2008.

_____ A hora da conta. Pecuária, Amazônia e Conjuntura. São Paulo. Abril, 2009.

SOARES, Samira Iasbeck de Oliveira. Mediação de Conflitos Ambientais - Um novo caminho para a Governança da ÁGUA no Brasil? Juruá Editora. 2010.

VEIGA, J. E. Cidades Imaginárias. Editora Autores Associados. Campinas, 2003. 2º edição.

Fontes pesquisadas

ABIEC (Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne), disponível em: <http://www.abiec.com.br/download/Sustentabilidade%20e%20frigorificos%20associados.pdf>

Akatu. Disponível em: <http://www.akatu.org.br/Temas/Consumo-Consciente/Posts/Mais-bem-informado-consumidor-brasileiro-valoriza-mais-a-sustentabilidade-que-o-consumismo>

Amigos da Terra. Disponível em: <http://www.amazonia.org.br/noticias/print.cfm?id=264200>
Acesso em Junho/2011.

AMIS (Associação Mineira de Supermercado). Disponível em: <http://www.portalamis.org.br/noticias/carrefour-tera-carne-certificada-pela-rainforest-alliance>

Departamento e Agricultura dos Estados Unidos. Relatório “Livestock and Poltry: World Markets and Trade”, 2012. Disponível em: <http://www.thefarmsite.com/reports/contents/lipoct12.pdf>
Acesso em: Maio/2013.

EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária). Disponível em: http://www.embrapa.br/programas_e_projetos/boas-praticas-agropecuarias#
Acesso em: Junho/2013.

FAO (Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação)
Disponível em: <http://www.fao.org/newsroom/en/news/2006/1000448/index.html>
Acesso em: Junho/2011.

Fundo Vale para o Desenvolvimento Sustentável. Disponível em:
<http://www.fundovale.org/home.aspx>
Acesso em: Abril/2013.

_____ . Municípios Verdes.
2011. Disponível em:
http://www.fundovale.org/media/87496/fundovale_municipiosverdes_julho2012.pdf

Greenpeace-Brasil. Disponível em:
<http://www.greenpeace.org/brasil/pt/Noticias/ministerio-p-blico-federal-rec/>
Acesso em: Junho/2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/painel/painel.php?codmun=150550>
Acesso em: Junho/2011.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), PNAD. Disponível em:
<http://www.ibge.gov.br/home/>
Acesso em: Maio/2013.

IDESP (Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará),
disponível em: <http://www.idesp.pa.gov.br/>
Acesso em: Maio/2013

INPE (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais). Disponível em:
http://www.inpe.br/noticias/clipping/img/clip15122010_03.pdf
Acesso em: Junho/2011.

Ministério do Meio Ambiente. Disponível em:
<http://www.mma.gov.br/sitio/index.php?ido=conteudo.monta&idEstrutura=141&idConteudo=7462&idMenu=7551>
Acesso em: Junho/2011.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Disponível em:
<http://www.agricultura.gov.br/>
Acesso em: Novembro/2012.

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). Relatório “Brasil Projeções do Agronegócio 2010/2011 a 2020/2021”. Disponível em:
http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/Ministerio/gestao/projecao/PROJECOES%20DO%20AGRONEGOCIO%202010-11%20a%202020-21%20-%202020_0.pdf

MPF/PA (Ministério Público federal do Pará). Disponível em:
http://noticias.pgr.mpf.gov.br/noticias/noticias-do-site/copy_of_meio-ambienteepatrimonio-cultural/mpf-governo-e-setor-pecuarista-assinam-acordo-no-para
Acesso em: Junho/2011.

ONU (Organização das Nações Unidas). Disponível em: http://www.onubrasil.org.br/doc_quioto1.php
Acesso em: Maio/2011.

_____. World Livestock 2011. Disponível em:
<http://www.fao.org/docrep/014/i2373e/i2373e.pdf>
Acesso em: Novembro/2012.

Pesquisa “Caminhos para uma economia de baixa emissão de carbono no Brasil”, do World Resources Institute e da consultoria McKinsey&Company. Disponível em: http://www.mckinsey.com.br/sao_paulo/carbono.pdf
Acesso em: Junho/2011.

Prefeitura de Paragominas. Disponível em: <http://www.paragominas.pa.gov.br>
Acesso em Abril/2013.

Presidência da República. DECRETO Nº 6.321, de 21 de dezembro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6321.htm.
Acesso em: junho/2013.

Presidência da República. DECRETO Nº 4.297, DE 10 DE JULHO DE 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4297.htm
Acesso em: junho/2013.

Secretaria Extraordinária do Programa Estadual Municípios Verdes do Pará. Disponível em: <http://municipiosverdes.com.br/>
Acesso em: Maio/2013.

Suderj. Disponível em: <http://www.suderj.rj.gov.br/maracana.asp>

Relatório de Situação 2010. Operação Arco verde (2010). Disponível em:
http://www.mma.gov.br/estruturas/sedr/_arquivos/relatrio_de_situao_2010_operao_arco_verde_138.pdf
Acesso em: Junho/2011.

Secretaria de Assuntos Estratégicos (SAE), disponível em: <http://www.sae.gov.br/atlas/>

Scot Consultoria. Disponível em: www.scotconsultoria.com.br
Acesso em Fevereiro/2013.

Sindicato dos Produtores Rurais de Paragominas. Disponível em:
<http://www.sprparagominas.com.br/index.php>
Acesso em: Novembro/2012